

A SUCESSÃO NA CRISE E A CRISE NA ESQUERDA¹

J Chasin

De hábito /.../ é exigido: entusiasmo pelo partido de cujos princípios se comparte, confiança absoluta na sua força, disposição permanente seja para defender os princípios alegando força real, seja para encobrir a debilidade efetiva com o brilho dos princípios. Não cumprimos essas exigências. Não douraremos com ilusões enganosas as derrotas sofridas. /.../ Importa-nos que o partido democrático tome consciência da sua situação. Perguntar-nos-ão porque nos voltamos para um partido; porque, em lugar disso, não encaramos o objetivo das aspirações democráticas, o bem estar do povo, a felicidade de todos sem distinção. Tais são o direito e o costume da luta, e a felicidade da nova época só poderá nascer da luta dos partidos. /.../ Nós exigimos do partido democrático que tome consciência de sua situação.”

K. Marx/H. Burgers
O Partido Democrático
Nova Gazeta Renana, Junho/1848.

A conduta vigorosa e a exigência correta de Marx, nos eventos de meados do século passado - que ensaiavam uma nova era, não alcançaram sucesso. Restou, em compensação, a grande lição prática, emanada de suas recente instauração teórica.

Naquele momento a tarefa de Marx, no interior da *miséria alemã* foi criticar o *único partido democrático existente*. Hoje, no interior da *miséria brasileira*, o trabalho a executar é múltiplo e mais penoso: exige a crítica de vários organismos, alguns *nimialmente de esquerda*, para com isso tentar abrir caminho à emergência de uma

¹ Publicada originalmente na *Revista Ensaio* n. 17/18 em 1989.

posição de esquerda real, ao menos para a disputa de novembro pela chefia da república, cujo resultado ressoará com força por todo o fim do século.

As próximas eleições presidenciais não se darão apenas depois de um amargo jejum de quase trinta anos. As três décadas transcorridas não intercalam somente dois pleitos, mas separam dois mundos distintos.

Quanto Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente contra Henrique D. Teixeira Lott, e logo depois Kennedy derrotava não sei mais quem, o Brasil vivia as últimas ilusões do capitalismo autônomo, recomeçava no “ocidente” a ilusão mais perversa da perenidade do capital, e o “oriente” alimentava a ilusão contrária, ainda mais dramática, de que em poucos anos o “socialismo” superaria matricialmente o universo do capital.

Hoje, no Brasil, o capital *atrófico* repele a autonomia, o capitalismo avançado devora a si e aos outros, e a tragédia do pseudo-socialismo é o desastre do século, que só a dolorida fé sangrada, ou então a má fé, ou ainda a cequeira absoluta não reconhecem.

Tais são as figuras, específicas e interligadas, que dão forma à unidade da crise planetária deste nosso melancólico fim de século. Milênio que finda no fulgor da extrema capacitação humana alcançada na apropriação da natureza, ao mesmo tempo que brumas avolumadas pesam sobre a construção do construtor: o homem - indivíduo e sociedade - que vergam debaixo das piores renúncias. O abandono mesquinho e acorvardado da construção de si - no singular e no plural -, que interrompe um caminho, que o século XIX infletiu e alargou de modo decisivo, mas que vem de muito mais longe. Itinerário para cuja evocação é bastante referir o trinômio constituído pela infância do mundo grego, a generosidade do renascimento e a tomada de posição do iluminismo. Herança e base do que a humanidade conseguiu lograr para si, e para as quais volta as costas,

no plano inclinado pelo qual despenca o padrão atual da prática e reflexão do humano. Estas contraposições são a quinta-essência da crise que avassala objetiva e subjetivamente o fim de século, o mesmo que principiou mobilizando todos os entusiasmos vitais pela emancipação do trabalho.

É nessa atmosfera de *fim dos tempos*, do tempo da crise de todas as crises, que os brasileiros vão escolher um presidente depois de décadas. A questão, obviamente, é muito mais do que política, desde logo porque é social - no fundo e na essência. Que seja encarada, acima de tudo, como política, já é uma tradução da crise.

Todavia, é na crise e em crise, transpassado pelas contradições universais e corroído pelas particulares, que o pleito brasileiro será travado e decidido. Isso obriga a considerar as várias dimensões problemáticas que o envolvem, e torna necessário que as tomadas de posição eleitorais, em sua natural e intrínseca vocação realista, não desconsiderem que, para além de seu próprio nariz partidário, há um fluxo de dilemas fundamentais que nem mesmo a vitória eleitoral dirime.

I - A CRISE NOS DOIS SUB-SISTEMAS DO CAPITAL

A dissociação entre fato e consciência é a maraca geral e profunda do conjunto de todos os processos societários na atualidade. Entre o que é e vai sendo e as formas manifestas de sua representação (filisofia, ciência, arte, ideologia etc) estão postas mais do que simples diferenças ou graus naturais de aproximação, mas contraposições extremas que desresponsabilizam as relações entre ideação e realidade, de tal sorte que à desparametração da primeira corresponde a falsificação da segunda. Assim, o mundo em curso se apresenta como uma vasta usina do falso socialmente necessárioi, *et pou*

cause - não assumindo como tal, que emerge a pretexto da opacidade do mundo, como também da incapacidade intrínseca ou, pelo menos, dos supostos limites agudos da racionalidade.

Importa compreender que a produção da falsidade não se manifesta apenas como figurações da subjetividade (razão manipuladora e irracionalismo), mas, em primeiro lugar, na determinabilidade objetiva que tem prolongado, de uma parte, a utilidade histórica do capital e de sua forma capitalista de sociabilidade e, de outra, pela incapacidade - hoje indiscutível - de superação do capital pelas formas pós-capitalistas conhecidas.

Em conjunto, *prolongamento da utilidade histórica do capital, no “ocidente”, e inviabilidade da superação do capital nos moldes da sociabilidade pós-capitalista experimentada*, mutualmente potencializados, constituem a *ardil do capital*, sob cuja lógica e regência move-se o universo humano-societário contemporâneo, bem sob seu espírito homólogo - manipulador e irracionalistas, que desarma cognitivamente e volitivamente a autêntica capacidade efetuidora da prática humana.

1 - A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

Hoje, a sociedade do capital aparece como um mundo rebrilhante, pletora luminosa de mercadorias, cujo universo alcançou a cintilação perene das esterlas; mesmo porque, liberta de contradições, exorcizou o fantasma que rondava o planeta desde meados do século passado.

Essa é, quando menos, sua auto-imagem e o perfil fenomênico de alguns poucos de seus recantos mais privilegiados, bem como a súpula patrocinada pela cínica reflexão dominante, que faz a rima

perversa de um mundo cujo brilho e ofuscante está na capacidade de produzir e disseminar a imagem inverdida de sua perversidade.

A dissociação entre realidade e pensamento, nesse universo, atinge nos dias em curso externos sem precedentes, cuja medida só pode ser sondada na própria radicalidade da contraposição entre a crise estrutural do capital e a asserção de sua eternidade pela representação ideal.

Não se trata de contraste antidoi, de há muito conhecido. Por duas razões dá-se uma dimensão de efetiva novidade: em primeiro lugar, porque a crise, na abissalidade do concreto, nunca foi antes tão visceral quanto abrangente, pois é gerada não apenas pelos traços mais débeis e problemáticos do capital mas, ao contrário, pelas suas qualidades mais positivas; em segundo lugar, porque a “eternidade da capital” até há poucas décadas, nunca deixou de ser percebida como auto-ilusão ou *wishful thinking*, um faz-de-conta de proprietários, apologetas ou pobres de espírito de toda ordem, ao inverso do que agora se passa, quando muitos passaram a acreditar e proclamar ou, no mínimo, se conformar, até mesmo contra seus hábitos mentais mais caros, com essa metafísica de quinta classe.

É inerente ao sistema do capital a subversão pela qual a produção material dos homens se afasta irreversivelmente dos objetivos dos homens.

Para indicar a lógica propulsora desse distanciamento - a um tempo gerador e destruidor de substância e civilização humanas -, além de progressivo e universalizante para a globalidade dos atos de efetivação, basta recordar com I. Mészáros que “o capital não trata *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca* meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último” (*Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Cadernos Ensaio V, P.22). Disto redundam que a regência e a tipificação dos movimentos do capital são

exercidas pelas suas necessidades intrínsecas de capital, isto é, por sua reprodução ampliada, e não pelas necessidades reais dos homens reais, no andamento próprio e parene de satisfazer necessidades antigas e de criar necessidades novas.

No contraponto entre *necessidade humana e necessidade do capital*, no qual a primeira é subsumida à segunda, é que se desenrola a sociabilidade do mercado, *locus* ideal da “liberdade de iniciativa”, ou seja, do capital entregue à libertinagem na malha cega de sua causalidade.

Legalidade esta que conduz (é o que importa ressaltar aqui) - de figura em figura das metamorfoses do capital e de estágio em estágio de seu desenvolvimento global - à sua forma atual de existência, para cuja manutenção leva ao extremo não apenas a negação das necessidades humanas, mas promove a unificação direta de “vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados - como meio dominante de ordenação do capital superproduzido”. Em outras palavras, a produção capitalista tornou-se a *produção da destruição*, isto “porque consumo e destruição são *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de `realização` capitalista*” (Idem, p. 60).

Em outros termos, e para centrar na decantada *economia de escala*, - no curso atual da superprodução do capital, este devora parcelas crescentes de si mesmo: seja liquidação dos pequenos e médios capitais, tidos como ineficientes ou *inúteis do ponto de vista do capital* (lucratividade, competitividade, produtividade etc), mesmo que fossem, sob outra forma de articulação da produção global, *perfeitamente úteis do ponto de vista social*; seja, então, pela intensificação irrefreável dessa mesma “racionalização” capitalista da produção, que deglute mais e mais capital, reconvertido em meios de produção degenerados, isto é, contrapostos às necessidades humanas existentes e emergentes, e diretamente pospostos aos dita-

mes da expansão do capital. Processo no qual é multiplicado ao infinito, em grandeza e variedades, o desperdício e a dissipação próprias da economia privada: esse novo estágio não se organiza apenas através do esbanjamento nas formas de apresentação, propaganda, sub-utilização e obsolescência programada dos bens de consumo, - mas pela *promoção capitalista da sub-utilização e obsolescência dos próprios aparatos tecnológicos*.

O que equivale a dizer, de modo muito simples, que, no imperativo de sua rota sempre ampliada de crescimento, a lógica do capital desenvolvido obriga à destruição até mesmo de seus resultados mais notáveis. Com isto se põe em evidência sua dimensão autofágica, expressão de superfície de sua essência antropofágica, muito bem conhecida sob a denominação de mais-valia. Com efeito, a novidade não está na verdade de que o capital literalmente se alimenta de homens, mas que radicalizou essa devoração pela devoração de si mesmo. Essa verdade não muda em nada, quando se reconhece que ele agora trucidada pela mediação de recursos esplêndidos, que constituem, devidamente resgatados da mistificação e da ferocidade capitalistas, autêntico patrimônio humano, mesmo porque, como na alusão feita à mais-valia em geral, também a mais-valia relativa é uma questão muito bem conhecida.

Neste ponto, em suma, o que se está ressaltando, a partir desse complexo real de múltiplos real de múltiplas contraditoriedades, é a contradição do capital avançado consigo mesmo. Ou seja, a cerimônia fúnebre des eu círculo vicioso de expansão, onde determinados passos vitais de monopólios ou oligopólios, econômica e extraeconomicamente privilegiados, por fusão, absorção ou aniquilamento de unidades produtivas “menores”, passos alavancados por um dado padrão de capacitação técnica, redundam logo adiante em novo “desequilíbrio” entre a renovada produtividade operante e a potencialidade de uma nova “racionalização” tecnológica, que reabre

o processo da deglutição progressiva de aparatos produtivos, reduzidos à condição de excedente obsoleto e rebeldes à “verdadeira racionalidade” da produção de mercadorias.

A puerilidade teórica ou a indução política tem simplificado rusticamente essa questão, com a tese de que o capital crise, qual fênix robótica, só renasce fortalecido. identifica empiricamente, sem mais, força com expansão e integralidade orgânica, e eficiência com lucratividade, elidindo com isso que o novo patamar de proficiência não é mais do que a aguda manifestação da imperial e unilateral legalidade do lucro com a qual guarda, em todas suas implicações, irremissível vínculo orgânico; dá de ombros para a fragilização estrutural do capital universal promovida pelo gigantismo (a autofagia), como também faz por ignorar com cinismo positivista que todo esse processo de “separação das crises” é feito à custa da queima de quantidades imensas de capital. isto é, à custa do malbaratamento, pela enésima vez, de trabalho humano-societário.

Numa palavra, o discurso apologético do capital torna intercambiáveis determinações completamente diversas: a indicação abstrata e verdadeira de que - as crises, em geral, são fontes virtuais do *novo* -, e a situação, completamente diversa em gênero, número e grau, - de crise estrutural do capital - que hoje perfaz a globalidade da existência deste e de sua forma de sociabilidade.

Crise estrutural, isto, é orgânica e permanente, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambas, crise e sistema, estão fundidas de modo definitivo, condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*. De cada crise do capital não tem brotado o *novo*, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, repro-

duz a si mesmo em proporções inauditas, ao mesmo tempo que re-produz em tamanho correlato sua crise constitutiva. Trata-se da reconversão administrada da crise em meio de existência. É do que consiste, em verdade, sua *mágica*: a faculdade adquirida de sustar, através de meios econômicos e extra-econômicos (atividade estatal incidente no cerne dinâmico da sociedade civil), a vistualidade explosiva da crise. Tamponamento, no entanto, que *não elimina ou resolve* a malha de contradições responsável pela continuada reposição do quadro crítico. É o que obriga a admitir, na representação objetiva, portanto não pré-concebida da realidade contemporânea do capital, a crise como componente ou nexos essencial constitutivo de sua estruturação imanente. É como dizer que a luz e a glória da atualidade capitalista são feitas de crise, geradas por substancialidade crítica ou gestadas através de latente inviabilidade intrínseca, o que põe em evidência sua instabilidade crônica ou contingência temporal como essência, contraposta à fenomênica de sua perenidade ou pernização com que se exhibe, hoje, na passarela do mundo factual imediato e da ideação que o absolutiza e banaliza. Para efeito prospectivo, nem uma coisa nem outra autoriza suposições precipitadas: nem que, na curva da próxima esquina, o capital exhibirá as próprias vísceras, sob o impacto de um encontrão o seu ventre de chumbo consigo mesmo; nem, muito menos, que com mais algum tempo, com o tempo que fosse necessário, elaborando ainda mais seus procedimentos econômicos e tornando mais fina e eficiente a intervenção estatal, na esfera da produção e reprodução material do mundo, o capital, por fim, depurrado de suas contradições, alcançaria a perfectibilidade, quando então, redimido de seu próprio mau caráter, proporcionaria a si e democraticamente a todos a participação no mercado - nirvana, enfim, conquistado para todo o sempre.

Convém insitir, mediando para a conclusão: a normalidade do capital é hoje a sua contidianeidade crítica, uma vez que “o capitalismo contemporâneo atingiu o estágio em que a *disfunção radical*

entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Pois, hoje, as barreiras à produção capitalistas são suplantadas pelo próprio capital na forma que assegura sua própria reprodução - em tamanho sempre maior e em constante crescimento - inevitavelmente como *auto-reprodução destrutiva, em oposição antagônica à produção genuína*” (Idem, p. 102).

Configurado o nervo da crise estrutural do capitalismo, e, seja frisado mais um vez, por meio do melhor de seus dotes, pode ser deixada de lado a lembrança do conjunto de seus atributos negativos, das contradições, também insolúveis, que acarretam suas mazelas e perversidades mais antigas e conhecidas. Todavia, não se pode dispensar, como arremate, uma rápida incursão pelo campo da visibilidade da crise vigente.

A alma do capitalismo é palpável, tanto mais sólida e consistente quanto mais vai maturando pela vida. Sólida e palpável, não por isso isenta de prodígios e sortilégios: tanto que em sua forma primitiva, na infância do corpo que anima e pelo qual é animada, tem tão pouca dignidade quanto o nome que carrega - *vil metal*; só pro impuro de mercador e de usuário, que a idade adulta decanta, sublima e transfigura - *capital financeiro*, deus onipotente, mais facetado do que a própria santíssima trindade.

Tamanha é sua onipresença, que tem em cada coração um altar iluminado; tamanha é a evidência sensível de seus milagres, que desta fé não há descrentes, nem mesmo um só agnóstico; em verdade, cada devoto é um sacerdote convicto de seu culto. Por falso paradoxo, só os teólogos mais recentes deram para quebrar essa unanimidade: muitos deles duvidam do altíssimo, reduzem seus poderes e predicados, e são mesmo incapazes de reconhecer toda sua magia. Mas, tratando-se de um deus tão humilde quanto forte, até prefere

que seja desse modo, ele que lucra de todos os modos. Que faria de loas ou alardes? Deus recatado, dispensa o verbo que testemunha sua divindade. Por isso mesmo, talvez, pelo santo dedo de sua providência, os teólogos deixaram de saber o que se passa no universo de seu império.

Mas, onde há deuses, os demônios comparecem - sempre ruidosos em sua impertinência. Assim, na ciranda do capital, a face demoníaca do capital financeiro acaba sendo a primeira a mostrar o vulto, a face que não pode ser escondida. Mas, como é apenas a *outra face*, ela faz conhecer o rosto inteiro do deus oculto.

A crise estrutural do capitalismo tem a cara medonha da crise do sistema financeiro internacional. Ou melhor, o complexo agudamente contraditório das finanças internacionais é a *máscara* que reveste a estrutura crítica, nos termos referidos, do sistema produtivo global, “Pois o domínio aventureiro do *capital financeiro* em geral é muito mais a *manifestação* de crises econômicas de raízes profundas, do que a sua *causa*, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento” (Cf. I. Mézáros. “A Crise Atual”, neste número da *Ensaio*).

Máscara que assombra antes o mundo periférico, do que a esfera central do sistema capitalista, - centro este que é, no entanto e de fato, pela forma particular de sua acumulação, epicentro da turbulência que perpassa o conjunto em toda a sua extensão. Turbulência que na superfície aparente separa os *credores do centro dos devedores da periferia*, a riqueza competente da miséria incompetente, os fatores do autêntico capitalismo dos praticantes de suas modalidades arcaicas.

Mais uma vez o fenômeno vela e se contrapõe à essência: não há caloteiro maior do que o credor de todos os credores, a *república* exemplar do extremo norte das Américas. A dívida interna e externa dos EUA alcançam cifras fantásticas, do mesmo modo que seus dé-

ficits públicos e comerciais, atingindo sua adição a ordem de grandeza dos trilhões de dólares. São números siderais, - diante dos mesmos a dívida latino-americana é poeira miúda, que some debaixo do tapete. O mais extraordinário, todavia, é que, através desse endividamento que exorbita os limites da pobre imaginação terceiro-mundista, o gigantexco cangancheiro do norte exercita sua modernização civilizadora de caráter imperialista. Não apenas sobre os países da América Latina, mas também sobre as nações européias e asiáticas, incluídas a Alemanha e o Japão, dentre as quais, é caso exemplar e gritante, a triste figura da Inglaterra de Madame Thatcher.

A natureza imperialista desse renitente devedor de *novo tipo* não se altera, quando se adverte que se está diante de um *imperialismo de cumplicidades*. Desde logo, a *cumplicidade* para o capital nunca foi conduta estranha ou enfeitada. Para além disso e concretamente, há que considerar, em seu peso decisivo, como o faz Mézáros no texto há pouco citado, que “Os países europeus parceiros dessas práticas - não menos que o Japão - admitem que estão presos a um sistema de aguda dependência dos mercados norte-americanos e à concomitante ‘liquidez’ gerada pela dívida. Assim, eles se acham em posição muito precária quando se trata de delinear medidas efetivas para controlar o problema real da dívida. Na verdade, são sugados cada vez mais profundamente no sorvedouro dessas determinações contraditórias, através das quais ‘voluntariamente’ aumentam sua própria dependência com relação à escalada da dívida norte-americana, com todos os riscos para si próprios, enquanto ajudam a promovê-la e a financiála”.

Esse *imperialismo de cartão de crédito*, na designação irônica e certa do mesmo autor, que tanto embaraça os teólogos da moda, não é mais racional ou menos contraditórios do que suas versões mais primitivas. Ao contrário, a sua incorporação de manobras mais

sutis, correspondeu a potencialização de contraste e a agregação de confrontos e contradições, precisamente porque sua devoração ultrapassou as franjas do sistema e passou a devastar o próprio *capitalismo avançado*. A *desindustrialização* inglesa, as dificuldades concernentes à efetiva realização da *unidade européia*, bem como contentiosos com o Japão e reações de círculos desfavorecidos do capital ilustram o panorama.

Em verdade, trata-se de um panoram que, mais uma vez, põe em evidência que o desaparecimento do típico mercado concorrencial, marca do século passado, não é algo idêntico à extinção do caráter competitivo do capital. Ao contrário, a superação do mercado livre se transforma num combate de colossos, progressivamente travado com armas colossais, para os quais a praça de guerra é o próprio conjunto do planeta, mesmo quando, por *cumplicidade*, especialmente em certas épocas de “estabilidade”, se trata de uma *guerra velada*, “graças à conspiração do silêncio das partes interessadas”. De modo que podem valer aqui, pela sua plasticidade, certas palavras de Marx, deixadas em *Salário*, um manuscrito pouco conhecido de 847: “A barbárie ressurgiu, agora porém engendrada no próprio seio da civilização e fazendo parte dela. É a barbiérie leprosa, a barbiérie como lepra da civilização”.

Em suma, são as articulações orgânicas entre a *produção destrutiva* e as aventuras do *capital financeiro* que respondem pela fisionomia falimentar do hemisfério ocupado pela “economia de mercado”.

Falência, todavia, que os países capitalistas ocidentais continuarão sustentando, - “em parte devido às contradições internas de suas próprias economias e em parte devido a sua forte dependência dos mercados financeiros e de bens norte-americanos”; desse modo “continuarão a participar com seus recursos financeiros na salvaguarda da relativa estabilidade da economia dos EUA e, portanto, do

sistema global”. Mas essa sustentação não é outra coisa do que *ver na e através da crise*, longe, muito longe, por conseguinte, de qualquer conquista da perfeição e da eternidade.

Em outros termos e arrematando: “só tolos e cegos apologistas poderiam negar que a prática norte-americana vigente de administração da dívida é fundada em terreno muito movido. Ele se tornará totalmente insustentável quando o resto do mundo (incluindo o ‘terceiro mundo’, do qual transferências maciças ainda são extraídas com sucesso, de uma forma ou de outra, todos os anos) não mais estiver em condições de *produzir* os recursos que a economia norte-americana requer, a fim de manter sua própria existência como o ‘motor’ da economia capitalista mundial, perfil sob o qual ainda hoje é idealizada” (I. Mészáros, *op. cit.*).

2 - A CRISE TOTAL DO PÓS-CAPITALISMO

Da mesma forma que, diante do perfil para-falimentar da economia privada, a teoria da perenidade do capital não é mais do que prática de sabujos ou conformismo onanista, a *glasnost* e a *perestroika* são o colapso do onanismo do “socialismo real”.

De fato, as formas atuais da saciabilidade do capital, em suas duas modalidades - privadas e estatal, estão constrangidas à atividade bíblica de Onã. Todavia, com diferenças fundamentais: enquanto no *ocidente o vício solitário é espiritual, por influxo mesmo da extrema fertilidade material - a destrutividade do capital superproduzido; no oriente, a condenação é literalmente ao coito interrompido do capital estagnado.*

Em outro lugar - *Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão (in Marx Hoje, Volume Um)* - tratei de entender o drama da experiência

soviética e seus correlatos de outros quadrantes geográficos, para além da insustentabilidade dos diagnósticos que se movem pelos registros do *capitalismo de estado*, da *revolução degenerada* ou, o pior de todos, do *totalitarismo burocrático*. O entendimento recaiu na determinação de um quadro *regido pelo capital, mais cuja forma de sociabilidade descartara o capitalismo*.

Dito de maneira um pouco menos breve: a tragédia dos países pós-capitalistas dá origem a uma figura histórica imprevista, - uma formação social que desmanchou pela *revolução política* as formas capitalistas de estruturação e dominação sociais (aliás, atípicas e incipientes), mas que foi incapaz, contrangida pelo seu baixo padrão de produção e reprodução materiais da vida, de ascender à *revolução social* propriamente dita, e através desta efetivar a arquetônica de uma sociedade articulada para além da lógica do capital. A legalidade deste “paradoxo” concreto tem por núcleo, pois, a impossibilidade imanente ou a barragem intrínseca do trânsito entre o estatuto organizador do capital e o estatuto organizador do trabalho. E sobre o trabalho é que, precisamente, recai o ônus fundamental do impasse, facultando a identificação da assinalada vigência do capital. Não mais (deveria ser óbvio não o é, por exemplo, para os que fazem o diagnóstico do capitalismo de estado) na forma de propriedade privada, mas também não de *propriedade social* - de propriedade virtual de todos os produtores. Sua apropriação-gestionária, pela fração diretiva do complexo social, faz dele um *capital coletivo/não-social* (como o chamei por falta de expressão mais sintética, no texto referido), o que repõe o problema crucial das relações entre *trabalho morto* (capital). É bem sabido que é próprio da vigência do capital que o *trabalho vivo* seja regido pelo *trabalho morto*; para tanto o capitalismo dispõe de toda a organização social (sociedade civil e sociedade política) feita a sua imagem e semelhança. O que caracteriza a transição para além do capital é precisamente a inversão dos termos dessa equação: o *trabalho vivo* passa à condição de regente

do *trabalho morto*. Mudança estrutural decisiva que não veio a ocorrer nos processos sofridos pelos países pós-capitalistas. Onde a permanência nestes, sob forma peculiar, do capital - canga da atividade humana sensível, praxis, trabalho vivo, canga atada aos cordéis do estado, assim e por isso mesmo, hipertrofiado. Evidências, capital e estado, de uma revolução política auspiciosa que não encontrou o caminho da revolução social, repetindo com isso o defeito maior das revoluções burguesas. Isto perfaz, em paralelo, a verificação dolorosa de uma tese marxiana, tão essencial quanto esquecida, especialmente pelo turvo politicismo contemporâneo: à *revolução política* cabem apenas as *tarefas negativas*, a limpeza do terreno, a demolição do que deve morrer; enquanto que os *encargos construtivos*, a edificação da nova sociabilidade dependem exclusivamente da *revolução social*.

Mas, se no bloco pseudo-socialista o *trabalho vivo* é vítima da mais abjeta contrafação, nele também o *capital* não conheceu seus dias mais brilhantes.

As formações pós-capitalistas, a par da subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto, são *politicamente* constrangidas a consagrar e a tentar exercitar (sem o que perderiam todo fundamento), em exarcerbada contradição com a primeira determinante, uma feição social solidária e não-competitiva, ordenada pelas necessidades do trabalhador, isto é, uma sociabilidade que não seja (des)ordenada pelo valor de troca. Onde, portanto, estejam assegurados, em princípio, ao conjunto dos trabalhadores, vale dizer de toda a população, os meios de subsistência em sua gama fundamental de componentes (trabalho, moradia, saúde, educação etc). Contradição extrema, que resulta em algo extravagante - o reino do capital na ausência do chão social do mercado.

Livre do mercado, o trabalhador poderá ser um indivíduo livre, entre individualidades livres, *se e somente se tiver* acesso efetivo

aos meios de subsistências e em escala crescente, que corresponda à ampliação e à renovação de seu gradiente de necessidades humanas (materiais e espirituais), próprios à construção de sua personalidade, e, simultaneamente, - *sine qua non* -, se exercer a responsabilidade social da auto-determinação do trabalho. É do que consiste, em seu fulcro, a “organização livre dos trabalhadores livres”, ou seja: a sociabilidade ordenada pelo trabalho vivo, ou, como Marx a chamou, “a sociedade humana ou a humanidade social” (*X Tese Ad Feuerbach*).

Já é um truísmo admitir que, nessa transição da ordem do capital para a ordem do trabalho, haja um roteiro de graus e níveis a percorrer. E disso o pseudo-socialismo alimentou ilusões, montou justificativas e arquitetou farsas, algumas cômicas, outras hediondas, numa escalada de falsificações tão brutais que o fizeram emparelhar, quando não sumplantar, a fábrica de alucinações do capitalismo.

O que importa, aqui, é que a geratriz desse auto-engano e dessa mentira é que não ocorria, nem poderia estar ocorrendo, uma transição para o socialismo, mas um processo inusitado de acumulação de capital, mais especificamente, um processo de formação de capital industrial, sob gestão político-estatal-partidária. Formação e acumulação que, vencidos estágios primários, foram se revelando extremamente problemáticos e insuficientes.

O esclarecimento dessa precariedade conduz ao entendimento da *glasnost* e da *perestroika*, ao mesmo tempo que à inexistência de qualquer razão para depositar sobre elas qualquer esperança de redenção so socialismo, mesmo festejando o alívio da opressão que proporcionam.

Já foi configurado que superar a lógica do capital compreende a unidade de um movimento formado pelo atendimento das necessidades fundamentais e da auto-determinação do trabalho. Os dois aspectos, totalmente convergentes e inseparáveis, implicam a

existência (ou criação) de bases materiais que sustentem essa dupla prática cotidiana.

Bases inexistentes na revolução russa, que *matrizou*, para o nosso século, os *processos de passagem*, carecendo por inteiro dos pressupostos materiais requeridos. Hoje, para alguns, isto pode soar como uma novidade, não o era para Lênin e outros personagens de importância, que tinham efetivo conhecimento do problema, tanto que cifravam a *solução* da revolução russa pela eclosão da revolução alemã, ou seja, de um país industrial desenvolvido, diapasão que provinha da própria visualização marxiana da questão. Dificuldade irremovível, que não leva à estapafúrdia ponderação de que, então, a revolução não deveria ter sido feita; quando mais não seja porque não havia para a velha Rússia a perspectiva de uma “solução” pela via do crescimento capitalista. A tragédia da revolução russa, tragédia autêntica de toda a humanidade, quer se queira ou não - e só os muito tolos podem dar de ombros, está precisamente no imperativo de fazer uma revolução que não pode ser realizada.

Sem bases para sustentar a *revelação social* pretendida, e mesmo atado - inclusive voluntária e deliberadamente, ainda que na maioria das vezes e em ampla extensão de forma bárbara, - aos fundamentos e compromissos da *revolução política realizada*, o *pós-capitalismo* sucumbiu, num *intrincado processo de visssitudes*, onde *rolou e rola o mais fantástico emaranhado de contradições*, à *precariedade de seu solo material*.

De início o panorama é razoavelmente claro: garantir a subsistência é escopo, palavra de ordem, esperança e promessa, mas a tarefa efetiva é promover a acumulação que, em outras partes, fora obra própria e natural do capitalismo. *Realizar*, portanto, o *pressuposto incontornável*, sem o qual, de maneira ainda mais rude, também a auto-determinação do trabalho não é mais do que fantasia grotesca.

Realização do pressuposto material, por conseqüência, na adversidade de uma tensão que dilacera e contrapõe a garantia de subsistência, a sociabilidade isenta de competição, o trabalho não medido pelo valor, ao imperativo sem alternativa de o reduzir ao valor mínimo, exatamente para destinar o máximo de excedente (sempre inferior ao necessário) à obra de constituição do pressuposto, em benefício, por princípio, do próprio trabalho. Em verdade, uma coação do trabalho que é, pelo lado mais *nobre* do problema, contraposição radical à auto-determinação do trabalho.

Não importa que o excedente não seja apropriado de forma privada pelas vias do mercado, mas que seja trabalho morto que escape por inteiro ao controle do trabalho vivo, e que funcione em relação a este com a força e a lógica do capital. Precisamente porque não há uma plethora de apropriações privadas, o dispositivo apropriador-gestor, formando pelos segmentos superiores e privilegiados do partido, do planejamento central e da administração, numa palavra simplificadora - o estado, cresce, se agiganta e complexifica em suas crescentes inter-relações. É, pois, a apropriação do trabalho morto, nas condições descritas, que gera o monstro; não o inverso - uma "burocracia totalitária", de gênese e reprodução meramente "política", o que é uma vazia indeterminação, que oprimiria, à custa de seu estatismo instrumental, e por pouco mais do que um parto de lentilhas, visto que a *nomemklatura* não se apodera individualmente de bens de produção, não tem acesso a eles na forma de propriedade privada, nem se certifica a acumulação pessoal de riquezas faraônicas, como acontece em simples ditaduras das repúblicas bananeiras, nem ainda os cargos conquistados e exercidos, mesmo com despotismo, são convertidos em bens hereditários. Considerações estas que não eliminam a presença de facilidades, vantagens e privilégios de monta, progressivamente consolidados e ampliados; em suma, não elidem a formação de um estatuto de *interesses criados*, específicos e orgânico, que distingue e destaca esse setor

social, particularmente pelo desnível em relação às maiorias, cujo padrão é medíocre ou sofrível. Precisar tais aspectos evita o paralelo fácil e impróprio com a *locupletagem* pura e simples, típica de círculos governamentais no capitalismo, e principalmente descarta o reducionismo simplório, que faz dos prosaicos privilégios materiais dos burocratas a malha de fundo e explicativa da opressão estatal pós-capitalista. Em verdade, explicações dessa ordem subestimam a magnitude da opressão e a complexidade do problema que ela manifesta, integraliza e diversifica, tornando ainda mais aguda a contrafação do conjunto dessa forma societária.

Depois, os momentos subseqüentes, - vencidos certos obstáculos e objetivos, sempre parcialmente e de maneira comprometida com as raízes não superadas do processo originário (e o golpe de vista totalizador não pode descartar as relações internacionais, que incluem competição e guerra), se menos claros porque mais complexos, não são por isso, como estrutura problemática de fundo, uma entificação de qualidade essencialmente distinta.

Importa notar, em que pesem seus diferentes graus de intensidade, correlatos à diversidade à diversidade dos níveis sucessivos de desenvolvimento, que se trata permanentemente de uma acumulação na ambigüidade de uma formação social que *politicamente* suprimiu o ordenamento concorrencial da sociabilidade. Uma extração e acumulação de riqueza que exercita, portanto, a desconexão entre mercado e força de trabalho. Ou seja, que postula a libertação da força de trabalho da subordinação às carências, da opressão das necessidades fundamentais que, na lógica do mercado, a constragem ao comportamento de mercadoria que se vende pelo seu valor de produção. Produção e reprodução de força de trabalho deixam, então, de ser determinadas e medidas pelo seu valor, ou ainda ponderadas pelo uso que dela faça o capital, o trabalho morto apropriado coletiva mas não socialmente.

Sim. “quem não trabalha, não come”, mas este princípio, na regência do capital sem mercado, fica reduzido à condição de *slogan*, vagamente repressivo e vagamente ético, dependendo de circunstância e entonação. E visto que não pode haver império da auto-determinação do trabalho, em razão do baixo patamar do sistema produtivo, o que resulta e se manifesta é a liberdade irresponsável da liberdade, que nenhuma coação extra-econômica, por mais virulenta que seja, é capaz de vencer; coação, aliás, que mesmo vitoriosa, na essência está vencida de antemão. Livre do mercado, mas escrava do trabalho morto, a força de trabalho é reduzida à irresponsabilidade, coisa fechada sobre si mesma, tanto menos responsável quanto mais insatisfeita, isto é, quanto menos tenha a perder sem que, por outro lado, perca o embrutecimento em situação mais favorável, uma vez que falecem aqui todas as bases para uma nova eticidade. Ponto de inflexão, em suma, dos *estranhamentos* que vicejam no solo e sub-solo do pós-capitalismo. Liberdade irresponsável da iliberdade, cuja fisionomia, determinação e reforço é completada pela supressão da pluridade dos arpopriadores, pois, com o desaparecimento das *personae* do capital (sem o que não teria havido sequer a *revolução política*), cessa o desperdício da concorrência, *alma mater* da prática do capital privado, mas também, o que é o mesmo - a luta para devorar, mas ser devorado, o que constrange ao *esforço de ser melhor e mais forte, ser o mais igual*, dentre os iguais. O capital no pseudo-socialismo não se bate, nem tem com quem se bater. Tanto quanto a força do trabalho, goza a iliberdade de sua irresponsabilidade; lerdo reitera os círculos viciosos da insuficiência numa espiral de estagnação.

Decerto, trata-se de *um mundo do capital* - monstruoso e fantasmagórico: o iniverso do capital sem mercado. *Capital estagnante*, que não gerou o pressuposto material pretendido, mas a carapaça de granito que hoje entulha, pela força de seu fracasso, os caminhos que podem ir para além do capital.

O capital único - ausência de capitais em concorrência, sem o que, vale repetir, não teria havido sequer a *revolução política*, a eliminação da categoria social proprietários privados e sua forma de dominação estatal - e a iliberdade tutela da força de trabalho, a sociabilidade *institucionalmente* liberada, mas não econômica e socialmente liberta, ou seja, livre de direito, mas não de fato, sem o que, seja também repetido, pereceria o *fundamento político* do empreendimento revolucionário -, ambos, vetores fundamentais que são da formação social pós-capitalista, proporcionam, em seu entrelaçamento e complexificação, um sistema do capital sem medida capitalista. Isto é, sob regência do trabalho morto, mas sem a medida do valor, seja para a força de trabalho, seja para o movimento do capital coletivo/não-social, a desmedida, a arbitrariedade se impõe, toma e cobre todo o espaço. De modo que, no interior do quadro de agudas insuficiências materiais ou, posteriormente, de constantes desencontros e desequilíbrios, onde tudo se passa, a exploração do trabalho tende a ser compelida para o ilimitado, da mesma forma que na efetuação ela se inclina para o insuficiente, pólos de uma mesma incogruência, que tem a outra face no comprometimento do desempenho de conjunto desse capital estatal global, por si só entregue à desparametração, já que não se confronta com nenhum outro e é regido extra-economicamente.

A resultante de tudo é o descompasso, o elementarmente contraditório, a inorganicidade do capital coletivo/não-social, sua inferioridade produtiva, seu caráter degenerado e degenerativo. Impessoal, sem ser social; coletivo, sem ser universal; gerido sem posse e apropriado na forma evanescente de um espectro, desgarrado de toda direção e escapa de toda responsabilidade, a não ser da impostura sonâmbula da burocracia. Tropeça, então, sobre si próprio, vive aos trambolhões, desconexo, trôpego, e por suas dobras e fissuras vão se depositando todas as ferrugens, inclusive a poeira corrosiva da corrupção.

Mutilação, todavia, que não se restringe à dinâmica econômica do pseudo-socialismo, mas que alcança e desfigura o conjunto de todas as dimensões humano-societárias que o integram. Desde logo porque desmente, nas condições reais de existência, o *suposto político* de assegurar a resolução das carências humanas de base e, por conseqüência, a renovação e ampliação do elenco de novas necessidades pelas quais o homem produz a si mesmo material e espiritualmente. Assim, desatendido nos pressupostos de sua autoconstrução e inviabilizado o exercício da auto-determinação do trabalho, a entificação da existência humana prossegue subsumida ao trabalho morto. Não se verifica, nem pode se verificar, o trânsito para a *regência do trabalho vivo*, ou seja, a sociabilidade vigente é incapaz de assumir o *valor de uso* - necessidade humana autêntica - como padrão de intercâmbio, como lógica ordenadora da convivência. Razão pela qual reproduz, em graus distintos, a miséria física e espiritual, desnaturando, tal como no capitalismo, a atividade humana fundamental - a construção do próprio homem.

Numa palavra, a tragédia do pseudo-socialismo é a encarnação real de uma verdade sabida há cento e conqüenta anos. Marx, na *Ideologia Alemã*, exatamente a propósito da superação da ordem do capital, faz ver que isto exige “um mundo efetivo de riquezas e cultura”, ou seja, que “um alto grau de desenvolvimento /.../ é um pressuposto prático absolutamente necessário, mesmo porque, sem ele, apenas a *miséria* se generalizaria e, portanto, com a carência recomeçaria também a luta pelo necessário e, por força, toda a velha merda retornaria...”.

Que fazer diante do retorno da imundície?

Apesar de muitas lições antigas, - submersa na dupla imundície contemporânea, a humanidade, nos dois hnisférios do capital, simplesmente casculha o lixão da história.

Na exata medida em que a supressão *política* dos apropriadores e a instauração, igualmente *política*, da liberdade da força de trabalho deram origem ao capital sem mercado, a *glasnost* e a *perestroika* são, *economicamente*, a busca do mercado pelo *capital do leste*.

A crise explícita e confessa do pseudo-socialismo é matizada pela incapacidade do capital coletivo/não-social de realizar a cumulação ampliada, na magnitude, velocidade e ritmo requeridos paulatinamente pela formação social a que está integrado, seja do ponto de vista do atendimento ao consumo de suas populações, seja do prisma das exigências intrínsecas ao desenvolvimento das forças produtivas, que se agudizam a partir de certos níveis, em particular quando estão em jogo comparações e rivalidades entre blocos internacionais. O conjunto dos países pós-capitalistas perde, assim, ao mesmo tempo, a batalha interna do desenvolvimento e a competição tecnológica a nível mundial.

Em adversidade intestina e de contexto, o crescimento econômico do sistema, desde sempre embaraçado e inconsistente, frustrador de expectativas ao longo de muitas e sofridas décadas, vinha denunciando, de há muito, seus estreitos limites estruturais e explicitando a incorrigibilidade de seu emperramento, e findou por se tornar tão inaceitável quanto a contrafação sufocante do regime político e a mesquinhez da atmosfera espiritual, que envolvem e isolam a formação como uma bolha alvar de mentiras.

Os acontecimentos dos últimos poucos anos, que portam inclusive a inesperada confissão voluntária da crise, envoltos na aura e no alarde da *glasnost* e da *perestroika*, não são, todavia, mais do que a exibição do atestado de fracasso, econômico e político, da experiência iniciada em 17 e que se repetiu em alguns lugares, bem como a tentativa de enfrentar o colapso do “socialismo real” com

subprodutos ou derivações econômicas do próprio fracasso e a velha maquiagem política dos sucedâneos formais.

Para uma breve descrição dos eventos, em nada redutora, basta constatar que ao binômio - desastre econômico, falência política - tem correspondido reformas inestruturais que estão na lógica do capital e de sua conduta política. Em face do monumental problema econômico, da China à Polônia, tendo por centro dilemático a URSS, o apelo uníssono é aos famigerados *mecanismos de mercado*, e, sincronicamente, diante do colapso do paquidérmico aparato político, o remédio é buscado na velha cesta de *costuras institucionais do liberalismo*.

Mecanismo de mercado e formalização da liberdade são, precisamente, o espírito e as armas do capitalismo, encaixam como a mão e a luva. O direito de irrestrito deslocamento, por exemplo, na estarrecedora obviedade, hoje, do que assegura, é grandioso, mas é também aquele que, na organização societária do mercado, dá cobertura igualmente, e pelas suas raízes, ao passeio compulsório pela “praça das trocas”, onde a imensa maioria dos cidadãos é medida e comprada pelo valor de produção de suas energias materiais e espirituais. Ou, como diz Marx, nos *Grundrisse*: “Na livre concorrência não são os indivíduos que são postos como livres, mas o que é posto como livre é o capital. Quando a produção de riqueza no capital é a forma necessária e, portanto, a mais adequada ao desenvolvimento da força produtiva social, o movimento dos indivíduos, no marco das condições puras do capital, se apresenta como a liberdade dos mesmos, liberdade que, todavia, também é afirmada dogmaticamente, enquanto tal, por uma constante reflexão sobre as barreiras derubadas pela livre concorrência” (*Capítulo do Capital, Siglo XXI, V 2, p. 167*).

Essas considerações tocam nos pontos cruciais da questão e levam a identificar a essência real e virtual da *glasnost* e da *perestroika*.

Do que consistem, em suma, os tão propalados *mecanismos de mercado*, cujos poderes e virtudes passaram a ser vistos como capazes de operar milagres, a não ser da bolorenta lógica da concorrência, do estatuto da colisão determinada pelos interesses? O que são tais “recursos” senão as próprias engrenagens letais de uma forma de sociabilidade que regula o intercâmbio, as interconexões dos homens entre si, ou seja, a sociedade em seu conjunto, pela *razão competitiva*, pelo estatuto feroz que toma por reles fundamento, em última análise, uma ameaça sombria - a virtude da inanição? Não se trata, numa palavra, dos mecanismos da “barbárie como lepra da civilização”, tantas vezes aludida por Marx?

Não resta, nem poderia restar a menor dúvida, bastando algumas linhas de Marx para deixar inteiramente configurada a espinha dorsal da questão, Lê-se, também nos *Grundrisse*: “A livre concorrência é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, vale dizer, o comportamento real do capital enquanto capital. As leis internas do capital - que nos pródromos históricos de seu desenvolvimento aparecem somente como tendências - tão somente agora são postas como leis; a produção fundada no capital somente se põe em sua forma adequada, na medida e enquanto se desenvolve a livre concorrência, posto que esta é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital; o desenvolvimento livre de suas condições e de si mesmo enquanto processo que continuamente reproduz essas condições” (p. 167). E pouco mais à frente, prossegue a argumentação no mesmo rumo: “A livre concorrência é o desenvolvimento real do capital. Através dela se põe como necessidade exterior para cada capital o que corresponde à natureza do capital, ao mesmo modo de produção fundado no capital, o que corresponde ao

conceito do capital. A coerção recíproca que nela exercem os capitais entre si, nobre o trabalho etc (a concorrência dos trabalhadores entre si não é mais que outra forma da concorrência entre os capitais), é o desenvolvimento *livre*, e ao mesmo tempo *real*, da riqueza enquanto capital” (p. 168). E, por fim, uma passagem explícita ao extremo sobre a inequívoca fundamentabilidade da concorrência para a *atuação e reatuação* do capital enquanto tal: “O que repousa na natureza do capital só será realmente externado, como necessidade exterior, através da concorrência, o que não é senão que os diversos capitais impõem, entre si e a si mesmos, as determinações imanentes do capital” (Dietz Verlag, p. 545).

Dessa síntese analítica, cujo sedimento ontológico vale a pena deixar assinalado de passagem, o autor desdobra duas especificações fundamentais, que são decisivas para o exame e a crítica do pós-capitalismo em *débâcle*.

A primeira diz respeito ao laço determinativo entre *capital* e *livre concorrência*. Esta é o meio próprio do capital, só através dela é que o conteúdo de sua natureza se objetiva, contudo não é ela que faz germinar o capital, mas o contrário: “O domínio do capital é o pressuposto da livre concorrência... Por conseguinte nenhuma categoria da economia burguesa, nem mesmo a primeira, a saber, a determinação do valor, se realiza graças à livre concorrência, isto é, através do processo real do capital, que se apresenta como interação recíproca dos capitais entre si e de todos as outras relações de produção e intercâmbio determinadas pelo capital” (p. 169).

A segunda questão, vinculada à anterior, versa sobre a liberdade humana. Para Marx, é precisamente a inversão dos termos na relação anterior que conduz à “inépcia de considerar a livre concorrência como o desenvolvimento último da liberdade humana, e a negação da livre concorrência = negação da liberdade individual e da produção social fundada na liberdade individual. Trata-se somente

não mais do que do desenvolvimento livre sobre uma base limitada, a base da dominação do capital. Esse tipo de liberdade individual é, enfim, a supressão de toda a liberdade individual e a sujeição total da individualidade às condições sociais que assumem a forma de poderes objetivos, inclusive de coisas poderosíssimas, de coisas independentes dos próprios indivíduos que se relacionam entre si. /.../ Pretender que a livre concorrência é a última forma do desenvolvimento das forças produtivas, portanto, da liberdade humana, é afirmar que o reino da burguesia é o fim da história mundial: eis por certo uma idéia agradável para os arrivistas de ontem e anteontem” (p. 169).

O capital do “leste”, - único, desprovido politicamente do leque de apropriadores privados, que traçam o perímetro da arena da concorrência, e acumulando às custas da iliberdade do trabalho, estauída também politicamente sobre o solo infértil da miséria, - é o *capital fora de seu meio*, incapaz de se pôr em sua “forma adequada”, de “externar o que repousa em sua natureza”, pois carece da “relação consigo mesmo como outro capital”, da livre concorrência, onde a *pluralidade doa capitais exercem coerção recíproca entre si e sobre o trabalho*, quando exercitam os jogos do valor.

O capital coletivo/não-social é o capital fora de seu reino - a sociabilidade do capitalismo, algo como o capital em seus pródromos, quando suas “leis internas aparecem somente como tendência”. Em seu estrangulamento atual, enquanto capital e enquanto largo processo que objetivou o capital industrial, em que pesem todas as suas limitações e incongruências, não pode simplesmente ter sua *acumulação realizada* posta em igualdade com o colapso do pseudo-socialismo. Este faliu como transição socialista, como itinerário para além do capital; falência não meramente política, porém econômica - da base material de produção da vida, contudo, mesmo assim, isto não zera o acumulado industrial e do complexo econômi-

co em seu todo. O estrangulamento, assim, é a asfixia de um dado capital, na dinâmica de sua geração e desenvolvimento. Sua crise atual, portanto, é também a expressão de suas agudas necessidades atuais, na lógica de seu crescimento. Em outros termos, sua crise total exprime, de qualquer modo, as energias e tendências de seu estágio de evolução enquanto capital. Nesse sentido valem, para o quadro em exame, com os devidos ajustamentos e precisões concretas, as palavras de Marx a respeito do comportamento em geral do capital enquanto processo autoconstitutivo: “Enquanto o capital é débil, procura se apoiar nas muletas de um modo de produção desaparecido ou em via de desaparecimento; tão logo se sinta forte, ele se desembaraça dessas muletas e se põe em conformidade com suas próprias leis” (p. 168). Ou seja, que é próprio ao capital o empuxo para a realização de sua identidade e, por conseguinte, o empenho para a ultrapassagem dos impedimentos que o tolham. Marx refere a questão, por exemplo, tratando da supressão do corporativismo à época de sua gênese: “O aspecto histórico da negação do regime corporativo etc, por parte do capital e através da livre concorrência, não significa outra coisa senão que o capital, suficientemente fortalecido, derrubou, graças ao modo de intercâmbio que lhe é adequado, as barreiras históricas que estorvavam e refreavam o movimento adequado à sua natureza” (p. 167).

Perfilando, então, a crise do pseudo-socialismo pelos traços do desenvolvimento de seu capital, aflora que a introdução dos *mecanismos de mercado* na economia do pós-capitalismo corresponde, para muito além de qualquer artificialismo ditado pelas circunstâncias, a premências do *capital único* pela derrubada dos obstáculos que o restringem, que impedem seu verdadeiro desenvolvimento enquanto capital. Portanto, não se trata hoje, nem há qualquer possibilidade de que venha a se tratar amanhã, de uma iniciativa que venha a aperfeiçoar o socialismo. Pelo contrário, em primeiro lugar porque não se pode aperfeiçoar o que não existe - o processo de

transição socialista; em segundo, porque quanto mais efetiva for a reforma pretendida, tanto mais a *iliberdade do trabalho* simplesmente cederá lugar à *escravidão do trabalho livre*, medido pelo valor através da concorrência processada no mercado; em terceiro, e em suma: aperfeiçoamento do capital - proporcionado pela ressurreição da concorrência, no caso, exclusivamente como coerção sobre o trabalho, pois é desprezível, ao menos por um longo tempo, a pluralização dos apropriadores, - é uma contrafação ignóbil como *teoria e prática socialistas*.

Ignomínia que oscila entre a tragédia e a comédia, quando se leva em conta formulações de Vadim Medvedev, presidente da Comissão Ideológica do Comitê Central do PC da União Soviética, veiculadas muito recentemente pela imprensa, mencionando a publicação de seu livro *A Revolução Continua: Sociedade Soviética em Condições de Reestruturação*.

Sua fórmula é primorosa e, em suma, está resumida na tese de que “O mercado, se se eliminam as distorções do lucro, é uma das mais importantes conquistas da civilização humana”. Não há que se ater ao lado mais risível do enunciado, pois, como verdadeira contradição nos termos encerra, com grande aproximação, o que poderia ser chamado de *verdade consciente*, de finalidade precípua da operação que pretende socorrer a economia pós-capitalista com *estímulos de mercado*, ao menos no que concerne à maioria dos países em causa, especialmente a URSS.

Vista em seu significado extremo, a propositura de Medvedev não visa, de fato, a criação de uma efetiva pluralidade de capitais, dado o obvio de que o pressuposto da diversidade de apropriadores privados é precisamente a garantia de sua movimentação lucrativa no mercado.

De modo que, neste caso, a livre concorrência de mercado, a “recíproca coerção dos capitais entre si e sobre o trabalho”, se ma-

nifesta exclusivamente como coerção sobre o trabalho, coerção econômica do *capital único sobre a pluralidade universal dos trabalhadores*. Ou seja a formação social que foi incapaz de gerar o *pressuposto material* necessário à transição socialista, cancela o seu decreto político da *sociedade solidária* de setenta anos atrás, e reintroduz o princípio de que a força de trabalho é paga pela sua eficiência, isto é, enquanto mercadoria ímpar capacitada a produzir mais valor do que o seu próprio. Volteio, que consumiu três quartos de um século, para chegar ao “Segreso” conhecido e praticado pelo capitalismo desde sempre, com a agravante de não abrir mão da forma coletiva/não-social de apropriação-gestionária do excedente, sobre a qual, pedra angular da questão, não diz uma palavra, mantendo a funesta e perversa identidade, clamorosamente falsa e falsificante, entre estatismo e socialismo.

Tomada a fórmula de Medvedev numa acepção mais branda, nada se altera quanto à coerção unilateral sobre o trabalho, no que tange a ser medido pelo valor, entre as fronteiras da *sociedade de carência, pressuposto e limite da sociabilidade capitalista, fora da qual a coerção econômica perde seu fundamento, pois, na estrutura de seu funcionamento, a verdade de que a carência é a razão de ser do trabalho* é duplamente corrompida, pela redução das carências às carências elementares e pela desfiguração e identificação do trabalho puramente a meio de subsistência. Ou em termos muito mais simples: não há trabalho, quando não há carência, então, quem trabalha, não come. Trata-se, enfim, do “desenvolvimento livre sobre uma base limitada, a base da dominação do capital” - “liberdade individual que é a supressão de toda a liberdade individual”, para empregar, mais uma vez, os expressivos termos de Marx.

A diferença, tomada a fórmula de Medvedev em sentido abrangido, incide sobre a questão da *pluralidade de apropriadores*, na medida em que “distorções do lucro” não signifique eliminação, mas

tolerância de *lucro moderado*. Algo absurdo como *lucro justo*, que identifica a negatividade deste não pela sua natureza, mas pela quantidade, por excessos ou índices de exagero que tende a manifestar e que devem ser coibidos. Essa clivagem moralista entre o bom e o mau lucro admitiria, então, em certo número e para determinadas áreas de atividade,, apropriadores modestos e obedientes, que aceitariam de bom grado a coerção do grande capital estatal, que lhes ditaria o padrão de lucratividade, da mesma forma que dita o valor do trabalho. Em resumo, um enclave do pequeno capitalismo civilizado, uma velha quimera pequeno-burquesa, no interior da marcha do “socialismo reestruturado”. Dispositivo que suprimiria deficiências na produção de bens de consumo, seria instrumento auxiliar na regulagem do valor do trabalho, mas não ofereceria perigo algum para a estrutura dominante do capital coletivo/não-social, mais uma vez inteiramente salvaguardado, ele que constitui o nó-górdio de toda a problemática concreta.

Que essa utopia mesquinha possa promover alívios emediatos, em face da evidente desagregação do sistema, é apenas a dimensão circunstancial da questão. Nem é preciso recusar *in limine* essa eventual eficiência contingencial, para compreender que todo o movimento de reestruturação vai em direção ao pólo oposto em que estão situadas as condições para uma transição socialista.

O *império imoderado* do valor no mercado de trabalho e o *império moderado* do lucro no mercado de bens de consumo aliam a tirania a um voto piedoso, no interior do desencadeamento de um processo, onde os parâmetros da privatização, ainda que setorial e restrita, e os correlatos instrumentos de mercado no enquadramento do trabalho, cada um a seu modo, acentuam e generalizam a *regência do capital*, conferindo teor e aura *privatista* à intervenção corretiva. Em suma, ela se define por soluções próprias ao campo da *propriedade privada*, ao invés de buscar a superação do capital coleti-

vo/não-social pela constituição da *propriedade social*, condição de possibilidade da autodeterminação do trabalho, base, portanto, da liberdade individual para além da *liberdade do trabalho*, assentada sobre o *capital único*, e também da *supressão de toda a liberdade individual*, assentada sobre a plataforma da dominação do *capital privado*. Por fim, não deve faltar também o registro de que a *glasnost* e a *perestroika*, - em suas diversas configurações pelos países do pseudo-socialismo, em alguns de forma mais aguda e aberta, como exemplificam a Polônia e a Hungria, em outros apenas virtualmente -, abrem os caminhos, pela primeira vez na história, para a reconversão ao capitalismo das formações sociais pós-capitalistas.

Em perfeita consonância com as reformas econômicas, e também no espírito das equações próprias às formas sociais privatistas, é que a desagregação política do bloco pós-capitalista está sendo enfrentada.

Registrada e aplaudida a ruptura da carapaça tirânica do colosso estatal-partidário, que se fez acompanhar pela implantação de dispositivos formais das liberdades públicas, importa agregar, não só a crítica destes limites, mas, em especial, do caráter da direção tomada pelos *corretivos* nesse plano.

É decisivo constatar a homologia entre a opção pelos dispositivos de mercado, na organização da sociedade econômica, e as garantias formais, na organização da sociedade política. O acoplamento, tanto positiva como negativamente, revela sua congruência. Não pode haver forma societária competitiva, por mais restrita que seja, que não implique presença, participação e negociação na *praça das trocas*, por mais estreito que seja seu formato, e, por extensão, o assentamento formal e geral da *praça livre*, por mais acanhada, igualmente, que possa ser. Mesmo porque, no caso, a conquista ou concessão das liberdades políticas substitui o *decreto político*, nunca materializado, do princípio da *sociedade solidária*. Aquele precisa-

mente que pretendeu, por simples vontade política, a exclusão da estrutura social competitiva, seja pela dissolução da pluralidade dos apropriadores, seja desembaraçando o trabalho da aferição pelo valor. Agora a competição é readmitida, trabalho e apropriadores terão, igualmente, que se autoproteger, em especial contra o *grande apropriador*, na *arena livre* da política, pelo exercício dos seus estatutos formais. Inequivocamente, Marx tem razão: “Na livre concorrência não são os indivíduos que são postos como livres, mas o que é posto como livre é o capital”. Sob regência do capital, quando a produção nele fundada é a forma necessária, o *movimento dos indivíduos se apresenta como a liberdade dos indivíduos*, isto é, se apresenta como “o desenvolvimento livre sobre uma base limitada”, as liberdades limitadas da forma livre da cidadania, que sucumbe ao poder das coisas; em fim, trata-se de um tipo de liberdade individual que é a “supressão de toda liberdade individual e a sujeição total da individualidade às condições sociais que assumem a forma de poderes objetivos”. Há décadas os impasses do pós-capitalismo estão postos, e, desde princípios dos anos oitenta, com a *Comuna de Gdansk* ficou irrevogavelmente patente que não havia qualquer transição socialista em curso.

A demora tão grande para a afloramento dessa evidência (cuja admissão generalizada está muito longe de já ter se dado) prende-se a um complexo infinito de razões, proporcional à importância inexcusável, crucial para o desenvolvimento da humanidade, posta pelo imperativo da superação do capital e de sua forma de sociabilidade. Impossível ensaiar aqui até mesmo a mais elementar relação de motivos, entre autênticos e espúrios, que produziram e reiteram esse retardo do entendimento. No entanto, desde há um quarto de século, era visível que, nas tentativas eventuais de superar seus dilemas, o pseudo-socialismo teria se pautar ao menos pelo parâmetro de que a solução buscada não se encontraria, nem na reafirmação do “socialismo” como identidade do atraso sectário e dogmático,

nem na capitulação sem reservas às formas econômicas e políticas do capitalismo.

A força de realidade rmpeu, pela crise explosiva, a possibilidade da simples reiteração do atraso sectário e dogmático, mas o vigor da lógica do capital e a completa falta de vigor teórico, em meio à mais extraordinária confusão ideológica mundial, conduziu, nos confrontos de todo tipo com o mundo da iniciativa privada, à capitulação integral aos referenciais do capitalismo, tal como a *glasnost* e a *perestroika* e seus similares tornam palpável em suas especificações concretas de cada lugar.

Por escandaloso que seja, não faltam os que ainda conseguem alimentar *esperanças socialistas* através dos acontecimentos do leste. Não se remete com isso apenas ao velho *seguidismo* de indivíduos e grêmios, mas a organismos tradicionalmente mais críticos, que conseguem devisar, na esteira de teses antigas, desfocadas pelo tempo, prenúncios no leste de breves *revoluções políticas*, que hão de redimir o “estado operário degenerado”. O mais grave, para além da quimera esdrúxula, é precisamente essa fé antimarxiana na política, em particular a fé política no estado e na volúpia castradora de torná-lo perfeito.

Em verdade, entre os componentes de maior relevo do desastre do pós-capitalismo está precisamente o *excesso de política*, a política excedendo seus limites e substituindo desastrosamente as tarefas da *revolução social, estancada e inviabilizada pela ausência de sustentação materail, o que tornou impossível a construção de um novo universo societário, para além da lógica do capital e das formas e arbitrariedades da política, enfim superada porque, então, reduzida à inutilidade.*

É fundamental compreender, até pelas frustrações máximas desse século, que a transição socialista não tem por identidade um ato ou processo político. Não se reduz ou resume a eventos dessa

natureza, nem se expressa ou realiza pela essência destes. Ao longo dos 900, a história profunda dos países que enveredaram pela ruptura com o capitalismo, em razão mesmo de seu ponto de partida - quadros nacionais de baixo padrão de desenvolvimento material, que impediam a projeção e a consecução de um novo patamar de sociabilidade -, foi uma história da *prevalência do político*, de uma aposta política no político, a princípio involuntária e depois, pelo enredamento das situações criadas, irreversível e assumida, ao limite mesmo da bestialidade; por fim, hoje, a desagregação de toda a experiência é a própria história do fracasso da política. Fieira interminável de eventos, que se distribuem por toda a gama que vai do heróico ao abjeto, para cuja exemplificação basta referir sumariamente, tomadas de posição e ocorrência recentes. Desde, talvez, a mais simples ou banal, representada pela reação cubana às mudanças soviéticas, consubstanciada em nítida manifestação de *dogmatismo defensivo*, na rejeição meramente política que ofereceu à “nova linha”, sem que pudesse almejar com isso qualquer efeito internacional, e nem mesmo a intangibilidade de seus procedimentos internos. Posição política igualmente estéril, enquanto afirmação socialista, ademais de fantástica, tendo em vista o êxodo de seus cidadãos, é a da Alemanha Oriental, na reafirmação inflexível e insensível de seus postulados sectários. Exatamente por se tratar da menos mal sucedida economia do leste, ressalta a vacuidade, ao limite, da própria política da truculência. Todavia, o exemplo mais completo do que se quer ilustrar fica por conta da China, que tem exercido ao longo dos quarenta anos de sua revolução a própria exacerbação da vontade política, da fé na política: basta pensar na insanidade da assim chamada revolução cultural. Quando há poucos anos, antecipando-se à *perestroika*, lançou-se à “modernização econômica através dos mecanismos de mercado, mas não adotou a liberdade formalizada dos direitos públicos, o que corresponde, em grande medida, ao fato de que o desenvolvimento de seu capital coleti-

vo/não-social seja inferior ao soviético, traduziu com isso a arraigada convicção, tomada como pressuposto, à semelhança de tantos outros momentos de sua história, de que a transição socialista seja uma sucessão arbitrária de atos políticos, decisões de poder que *reinventam* o mundo. *Tian An Men*, *celestial praça das trocas* e *infernal praça de guerra* é apenas uma ilustração abominável de reinvenção. Mas, o exemplo mais nefando e odioso dessa fé política continua nas mãos dos bandidos do Khmer Vermelho, pela trucidação de dois milhões de cidadãos, no propósito de transformá-los em camponeses, o mesmo que foi feito por Stálin, muito antes, quando decidiu transformar camponeses em comunistas.

Na exata medida em que a construção da sociedade socialista não é uma reinvenção do mundo, a política não é a argamassa com que são moldáveis seus fundamentos.

Por isso o “socialismo real” é a *falsificação política* do socialismo, o velamento politicista da inviabilidade material da revolução social. Hoje, reduzido objetivamente a fragalhos, mas *politicamente* reafirmado em sua “reestruturação”, bloqueia as aspirações socialistas pela monstruosidade de suas façanhas políticas.

Por decorrência, na atualidade, o traçado de um projeto socialista passa necessariamente pelo reconhecimento de que a abertura de aqui, não conheceu qualquer transição socialista, e que a abertura de novos caminhos principia pela ruptura com toda forma de crítica complacente ao pós-capitalismo, pois, em sua transigência, acomoda ambigüidades e uma espessa nostalgia conformista, o culto sofrido de uma derrota incofessa e o desengano recalcado de esperanças e devoções; ou seja, a crítica complacente do pseudo-socialismo é uma ideologia voltada para o passado.

Observados em adjascência, os dois sub-sistemas do capital configuram crises distintas e simultâneas, que parecem desaguar em “soluções” convergentes. Tanto a *produção destrutiva* no ocidente, como a *produção estagnada* no leste, pela inclinação dos “meios resolutivos” que propões e adotam, sugerem encontrar nos mesmos princípios as vias de remoção de seus impasses. denominadores comuns que se resumem a uma dupla fé: crença nas virtudes do mercado e da formalização da liberdade.

De fato, neste mergulho para trás, o que há 150 anos foi des-
cratado pela afirmação de uma nova crítica prática e teórica - facultada pelo advento no cenário público de uma nova categoria social -, hoje se representa como expressão do resgate de uma resolução definitiva. Ora, se na história as repetições resvalam para a comédia, neste caso a comédia não é apenas uma comédia de idéias, já que por detrás correm tragédias reais não resolvidas, o que obriga a reconhecer o caráter tragicômico da cena em curso.

A vaga neoliberal, na diversidade de tons que assume, desde a ponta mais áspera do *liberalismo econômico* puro e simples, até o extremo amaciado do *liberal-democrático*, não decorre de mera retomada doutrina. Tem tudo a ver, isto sim, com as vicissitudes do *capital destrutivo* e do *capital estagnado*. No concernente ao primeiro, porque impulsionado, enquanto capital superproduzido, a invadir sem limites todos os espaços, inclusive os da própria esfera estatal, sem a qual por outro lado, em aparente contradição, é incapaz de realizar suas façanhas e nem mesmo, por certo, teria chegado a ser o feiticeiro que é. Aqui, a equação é muito simples; *estado mínimo* na economia é simetria de *capital máximo* no estado. Todavia, é a falência expedientes de mercado e se limita às liberdades públicas formais, ao invés de enveredar pela sociabilidade do trabalho atra-

vés da socialização da propriedade -, que destrava todas as comportas para a arremetida neoliberal em todos os planos.

De um modo ou de outro, o movimento de restauração do mercado no leste e a desmobilização econômica do estado no ocidente (mais pretendida do que executada) são convergentes. E, na confluência, salientam a “superioridade” da economia do mercado, face à evidência da reprovação histórica do “socialismo” reduzido a sinônimo de economia estatizada.

Por fim, um terceiro componente reforça o alçamento do neoliberalismo: o quadro atual do setor público e dos *estados privados* dos países periféricos, aparatosos quais é imputada a responsabilidade pelo “arcísmo” e estrangulamento dessas áreas econômicas, numa orquestrada transfiguração radical da falência do *estado privatizado* pelo capital enquanto promotor do desenvolvimento social, e da incapacidade estrutural, mais vez tornada evidente, do capital atrofico, em associação subordinada coma finança internacional, em conduzir e efetivar uma acumulação capitalista minimamente coerente e estável, que se difunda pelo conjunto da trama social e a beneficie, ainda que nos termos puramente contraditórios do crescimento capitalista.

É preciso notar que a ressurreição liberal é ponto culminante de uma reorganização planetária do capital, movida dinâmica imamente do próprio capital, mas em confluência e conexão com o ponto culminante também da desagregação igualmente planetária do movimento crítico (prático e teórico) que tinha por alvo o liberalismo e sua base material, ou seja, o capital, sua forma de sociabilidade e seu modo de ideação e sensibilidade.

Processo de combate iniciado em 1848, que evoluiu na definição de contornos em 1871 e veio alcançar em 1917 o grau máximo de ascensão jamais ultrapassado para logo a seguir enveredar, em que pesem o evento chinês de 49 e o episódio cubano de 59, pela

trilha de graves embaraços e contrafações, que termina por conduzi-lo ao colapso neste final dos anos oitenta.

Década, aliás, que reúne traços que compõem um perfil de *fim de época*. Anos que principiaram com a erupção majestosa da *comuna de Gdansk*, que acabou convertida na *sacristia de Gdansk*, pela qual a posse do primê Tadeuz Mazowiecki é consubstanciação e símbolo, pois não se trata simplesmente de uma figura de proa da vasta militância do Solidariedade, mas de um intelectual cujo esforço sempre incidiu no combate teórico e ideológico ao marxismo.

Viso de encerramento de um tempo centrado sobre o complexo das iniciativas soviéticas, às quais se agrega com grande relevo o conjunto dos acontecimentos de todos os países do gênero, onde desabam poderes, desaparecem partidos e até mesmo as repressões mais bárbaras, ainda possíveis, atestam o findar de todo um longo período.

Término histórico só engloba o plano teórico-ideológico - a morte do marxismo vulgar -, mas também a radicalização do desprestígio intelectual que há décadas vem sofrendo o próprio vulto de Marx, desde sempre atacado por inimigos de todo o quilate, em especial pela brutal ignorância do século, que capricha na ignorância de sua obra.

Em suma, colapso prático e teórico, que se constitui em fecho de toda a experiência revolucionária do século, o que torna obrigatória a verificação dolorosa de que - o século e meio de lutas compreendido entre 1848 e 1989 foi um século e meio de insucessos e fracassos, onde o “socialismo” real é a derrota culminante dessa dura história de derrotas.

É urgente compreender que as derrotas de hoje são de natureza totalmente diversa daquelas sofridas no século passado e em princípio deste. Enquanto nas mais antigas, mesmo episodicamente

vencida, a lógica onímota do trabalho se afirmou e rasgou perspectivas, nas mais recentes é o esgotamento de todo um itinerário que se manifesta, envolvendo caminhos e instrumentos. Muito em especial, rotas e ferramentas políticas mitificadas, que não só não correspondem às concepções clássicas, mas que, na forma aberrante em que se impuseram e difundiram, acabaram por se converter, em sua espúria identidade, em motivos fundamentais da própria liquidação da esquerda, enquanto posição e organização política matrizada pela perspectiva da sociabilidade virtual do trabalho.

Sim, há que reconhecer a morte da esquerda, que o surgimento da assim chamada *esquerda não-marxista* só faz confirmar. Ao mesmo tempo, há que admitir que, em toda a sua contrafação, a vaga neoliberal não é uma mera fantasia. Ergue-se através de energias próprias, mas ficando os pés sobre a vasta sepultura da esquerda. Em suas modulações e irradiações torna-se a atmosfera ideológica alternativa deste fim de século, penetrando inclusive as carcaças remanescentes da esquerda-nominal, para não falar da esquerda não-marxista que para além de vontade ou consciência, não pode viver sem o seu sopro.

Vencida até aqui, o que derrota a humanidade para muito além do estéril universo da política, no entanto, a potência onímota da lógica do trabalho não foi nem pode ser extinta, de modo que um futuro renascimento da esquerda, reassentada sobre a autêntica legalidade humano-societária do trabalho, compreenderá uma diversidade cabal na ordem da organização e efetuação políticas, bem como na prática das lutas sociais e sindicais, redefinidas em contraste com as “matrizes” do século XX, o que não implica a ruptura com heranças e princípios legítimos, que as revoluções do século foram incapazes de respeitar e sustentar.

Reconhecer, em toda a extensão de sua gravidade prática imediata, a morte da esquerda real e a ressurreição do liberalismo não é,

portanto, manifestação de pessimismo, nem muito menos uma declaração do fim da história. pelo contrário, é cumprir a exigência revolucionária elementar de aferição do quadro histórico vigente, facultada exatamente pela manutenção de perspectivas, que suscita senso crítico e de realidade, inclusive em circunstâncias de extrema adversidade, como a desenhada neste finais de século.

Quando mais concreta foa a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a *morte da esquerda* não é a *extinsão da perspectiva histórica da esquerda*.

Desde logo e de um só fôlego, porque eliminar em definitivo a prospectiva da lógica humano-societária do trabalho, isto é, o trabalho enquenato trabalho, o que é uma impossibilidade para o homem enquanto homem. É da ignorância teimosa disto que é feita toda a sabedoria dominante dos anos 900, desde o pragmatismo mais rombudo até ao irracionalismo mais empavonado. Assim, de joelhos para o presente e de costas para o futuro, os filosofantes e cientificistas da vigéssima centúria perfazem aquilo que alguém já designou como “a cegueira específica dos profissionais da lucidez”.

É nesse quadro de referências que deve ser feito com todas as letras o registro de que o capital celebra na atualidade a morte de Marx e o enterro da esquerda, e interrogado também por que o faz incansável e reiteradamente.

Se não restam senão cadáveres, por que da intranquilidade do capital e de seus vozeiros? Por que têm eles que praticar diariamente o assassinato do velho filósofo alemão e proclamar sem descanso a extinção da perspectiva de esquerda?

Desconfiam, decerto, que tudo não passa de mais uma de suas muitas ilusões voluntárias. De fato, a morte de Marx é uma missa cotidiana no altar do medo, Mesmo porque as mortes festejadas não

são uma pura ilusão; em verdade, o *marxismo e a esquerda vulgares* estão sepultados, o que torna latente a possibilidade do ressurgimento, por mais complexo e distante que seja, de suas expressões autênticas.

É mais ou menos sabido que o destino histórico do pensamento de Marx foi perverso. Nem bem ele desaparecera, já se impunha e prevalecia a paródia da II Internacional; e dadas as condições e urgências políticas, em que se desenvolveu a tentativa de recuperação de sua obra pela social-democracia russa (até princípios da década de vinte), esse resgate ficou sempre confinado a limites muito estreitos, não obstante certas realizações de brilho, vindo a desaparecer por completo com o predomínio da caricatura teórica da “era stalinista”, que se irradiou pelo mundo, e pela qual, ainda hoje, salvo em restritos bolsões de especialistas, o ideário marxismo é em geral tomado e combatido. O mesmo ocorre, ou quase isso, inclusive com a grande maioria dos inimigos “sérios” de Marx, que prefere se contrapor à máscara desfigurante, quanto não constrói o monstro por conta própria, do que lidar com a sua legítima figura intelectual.

Seja dito, de passagem, que não deixou de haver, além do caso russo, certa reação às falsificações implantadas na virada do século, como, por exemplo, os esforços também circunscritos e nada resolutivos de Korsch, Gramsci e Lukács nos anos vinte, erigidos depois - e pelos seus lados mais errôneos à época - como “clássicos da hereesia”. Basta lembrar que o último, só no decênio posterior infletiu em direção às instaurações filosóficas de Marx, trilhando a partir de então e pelo resto da vida um itinerário de recuperação e desenvolvimento da herança marxiana, que culminou na velhice, cujos resultados, todavia, não exerceram até agora a devida influência.

Resulta que o quadro efetivo se reduz, na primeira metade do século, enquanto teoria largamente praticada, ao *marxismo vulgar*. Aparato de fórmulas, nascido da adversidade soviética para a tran-

sição socialista, é amálgama do *voluntarismo político*, entoadado pela impotência revolucionária em face das transformações sociais não realizadas, e da exacerbação racionalista do *cientificismo* recolhido da II Internacional, que assegura a mecanicidade da sucessão dos modos de produção. O primeiro sustenta e reitera a fidelidade ao objetivo não cumprido, o segundo a validade da rota arbitrária, assumida como sucedâneo. Em suma, mera idealidade política, para cobertura e reforço do exercício político real, substitutivo da revolução social impossível.

E. meados do século, diante da contrafação reducionista do pensamento de Marx a discurso político de justificação, e movida também por vetores teóricos extramarxistas, que moldaram sua fisionomia, teve início a movimentação ipestemologista em torno da obra marxiana, cujo esgotamento é recente, mas em cujo prolongamento atmosférico, em certa medida, ainda se vive. Porém, a dada altura de seu curso, a sofisticação dessa inclinação reflexiva foi insuficiente para impedir a contradita de uma nova reação de caráter político que, à unilateralidade deformante do *epistemologismo*, pretendeu responder com a unilateralidade igualmente deformante do *politicismo* - identificação da reflexão marxiana como centrada e fundada na política.

Em síntese, ao longo deste século, a decadência do marxismo, desencadeada pela II Internacional e levada ao paroxismo pela vulgata “stalinista”, é alimentada também, em que pesem diferenças agudas de níveis e meios, pela especulação epistemologista e politicista, formas da descaracterização e perda da revolução teórica realizada por Marx, através das quais é processado o empobrecimento da inteligência e da sensibilidade de todo o período, assim adubado à perfeição para o vicejar dos consolos irracionalistas e o readvento triunfante do neoriberalismo.

O que fica perdido, quando a obra marxiana é tomada de modo cientificista, seja reduzida a uma disciplina qualquer (economia, história, política), ou à mera reflexão gnoseológica (lógica, epistemologia, teoria do conhecimento). ou ainda à simples ideação da prática política, - é justamente o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constituído pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem; a questão ontológico-prática que funda, transpassa e configura o objetivo último e permanente de toda a sua elaboração teórica e de toda a sua preocupação prática, na ampla variedade em que esta se manifesta. Ou seja, o *ser e o destino* do homem, que abstrata e muitas vezes mesquinhamente atravessa a história recente da filosofia, não é para Marx meramente aquilo que a pobreza de uso acabou por conferir ao termo humanismo; não é um glacê sobre o óco, mas a questão prático-teórica por excelência, o problema permanente e constante, que não desaparece nem pode ser suprimido. Desafio prático-teórico que não perece, nem mesmo quando (e, por certo, nesta hora menos do que nunca) a *morte do homem*, a estagnação e/ou a regressão do padrão de humanidade, correspondente a uma falsidade socialmente necessária, tal como se verifica no universo do capital superproduzido e também no âmbito do pseudo-socialismo e de sua crise.

Numa paráfrase à formulação de Marx, a de que o homem é aquilo que produz e como o produz, vale dizer da imortalidade de Marx que ela é o resumo da produção e do modo ele produziu a sua teoria sobre a problemática imperecível da autoconstrução do homem. Razão pela qual é um autor, e não somente porque a ele são devidas as mais preciosas determinações sobre o sistema do capital, que integram em definitivo o patrimônio universal da cultura, ou ainda porque, a partir delas, pode nascer a inspiração lúcida para o ato político que as cancela.

A obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança - e resta - há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem.

O resto - todas as perfídias cogitadas sobre os graus da pretensa morte de Marx - é enfermidade espiritual: necrofilia filosófica ou ferocidade assassina, não importa o índice de sofisticação ou o nível de rusticidade com que a mortalha seja tecida. Fúria homicida que redundante, é óbvio, em suicídio estúpido, que traz à lembrança antigo mote leniniano, aquele que adverte para a alma viciosa da burguesia, que a levaria a vender a própria corda com que seria enforcada. Na atual subsunção explícita da produção de idéias à forma geral da mercadoria, é imperioso denunciar - com ânimo bom e generoso - que a intelectualidade vem intensificando a fabricação de idéias com que ela própria se trucidada sem glória (o que não significa sem alguma fama certa pecúnia e pequena mordomia). Em suma, discussões infames como as da morte total ou parcial de Marx são evidências da *inutilidade humana* da atividade intelectual como ferramenta da moda, especialmente quando moda competente, usina produtora de vezos para uso e abuso dos poderosos.

O neoliberalismo, em toda gama possível de tons e nuances, de variantes e estilos, tem a força da *última moda*. É enquanto *espírito geral*, que perpassa o elenco de todas as posturas, que tem de ser tomado e entendido, pois é como *estado anímico* que se afirma com mais força e verdade, do que enquanto simples receituário econômico, que o próprio desenvolvimento monopolístico da acumulação capitalista deixou para trás e converteu em alegoria.

Alegoria da liberdade - econômica e política, alusão abstrata à “sociabilidade perfeita”, baseada na clausura das individualidades e nas suas recíprocas contraposições, entendidas estas como artífices naturais do ardid da razão pela afirmação do egoísmo.

Por mais que não se queira ou possa identificar linearmente, *liberalismo* com *democracia*, por mais que se procure reservar o primeiro para o âmbito da vida privada e o segundo para o da vida pública, é impossível dissolver o nexos fundamental entre ambos, que se revela precisamente pela clivagem entre o *público* eo *privado*, em consequência da qual liberalismo e democracia são formas particulares de liberdade - a primeira a vigir no interior da vida privada e a segunda nas fronteiras da vida pública. Formas organicamente articuladas e complementares de liberdades diversas, ou seja, o liberalismo democrático é uma unidade do diverso, e só enquanto tal se afirma como existência efetiva, não importante que na gênese histórica que a concretiza os vetores que a integram tenham seguido a tendência do desenvolvimento desigual e combinado. E enquanto diversidade unificada admite, em suas atualizações, em suas sínteses reais, composições muito distintas, na integração de seus dois componentes em tensão contraditória. Feixe de unidade, diversidade e contradição, no entanto, que não pode ser simplesmente dissolvido de modo proudhoniano - retenção da positividade das *liberdades públicas* e eliminação também sumária das negatividades da *liberdade privada*. Em outros termos, carece de sentido real - prático e teórico - a não ser para efeito de exercícios similares ao sub-hegelianismo proudhoniano, ou de cirandas manipulatórias ainda mais baratas, reter e exaltar a democracia ao mesmo tempo que se recusa e execra o liberalismo. Ambos expressam um certa universalidade, ou seja, uma dada forma de ser-precisamente-assim da liberdade e da concepção que a ela corresponde: a liberdade como exercitação do egoísmo racional, o que significa ter por estabelecido que - o homem é objeto para o próprio homem.

A expressão mais alta e radical dessa liberdade, que tem por suposto o egoísmo racional como essência da sociabilidade, foi a Constituição francesa de 1793, que data a assim chamada democracia burguesa. Seu fio condutor, o princípio que a norteia é a divisão

do homem em duas partes: o *cidadão* da vida pública e o *burguês* da vida privada; ao primeiro é conferida a graça dos direitos públicos universais, ao segundo o direito à consubstanciação de interesses econômicos particulares e desiguais. Sob a designação expressa de *direitos do cidadão e direitos do homem*, o conteúdo dos primeiros é a *participação na comunidade*, especialmente a participação na *sociedade política*, no estado; enquanto que os últimos são os direitos do membro da sociedade civil, isto é, do homem circunscrito ao egoísmo, do homem separado do homem, atalhado da comunidade dos homens. No primeiro caso, abstratamente iguais, os indivíduos são abstratamente incluídos na comunidade abstrata; no segundo, concretamente desiguais, são concretamente excluídos da comunidade concreta. Ademais, as duas ordens de direitos não são paralelas entre si; ao contrário, são postas em rigorosa intersecção; cruzamento fundamental que, tal como Marx escreve em *A Questão Judaica*, rebaixa “a cidadania, a *comunidades política* a simples meio para a preservação dos chamados direitos humanos”, ou seja, “o *citoyen* é declarado servo do *homem* egoísta”. pois, “nenhum dos supostos direitos humanos vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil, quer dizer, enquanto indivíduo separado da comunidade, confinado a si próprio, a seu interesse privado e ao seu capricho pessoal”. Razão pela qual a liberdade é negativamente determinada, tal como a consagra a Art. 6 da Constituição de 1793: “A liberdade é o poder que o homem tem de fazer tudo o que não prejudique os direitos dos outros”. Ou seja, a liberdade é meramente um *limite*, ou a configuração das *entacas de uma linha divisória*: “*Trata-se da liberdade do homem enquanto mônada isolada, retirado para o interior de si mesmo*”. Mônada cuja *substancialidade* é a *pobreza de seu egoísmo*. Liberdade para a qual o outro homem é fronteira ou interdição, cuja presença meramente retraça, sob forma diáfana ou jurídica, a silhueta anêmica da razão de mercado. *Praça das trocas* que é o altar axiológico de toda a religiosida-

de neoliberal, diante do qual fazem genuflexão os homúnculos limitados às próprias escamas.

Religião, além do mais, simplesmente reenvernizada, reposição iformatizada de uma culto arcaico e eletronicamente difundido, pois, “Os membros do Estado político são religiosos pelo dualismo entre a vida individual e a vida genérica, entre a vida da sociedade civil e a vida política. São religiosos no sentido de que o homem trata a vida política, que é estranha a sua individualidade real, como se fosse a sua verdadeira vida; religiosos na medida em que a religião, aqui, é o espírito da sociedade civil, a expressão do abismo que separa e distancia o homem do homem. A democracia política é cristã, uma vez que nela o homem, cada homem, e não só um homem, se afirma como um ser *soberano*, um ser supremo; mas é o homem sob seu aspecto inculto e insocial, o homem na sua existência contingente, o homem tal qual é, ser corrompido por toda a organização de nossa sociedade, perdido para si mesmo, alienado, sujeito à tirania das condições e elementos inumanos, numa palavra - o homem que não é ainda um ser genérico *real*. A quimera, o sonho, o postulado do cristianismo: a soberania do homem, mas do homem como ser estranho, como ser diferente do homem real, tudo isso é, na democracia, realidade sensível, presença máxima profana”.

Isto porque, e não é preciso ir além de *A Questão Judaica* para o saber, “O Estado político acabado é, por essência, a *vida genérica* do homem em *oposição* a sua vida material. Todos os pressupostos da vida da egoísta continuam a existir na *sociedade civil*, fora da esfera política, como atributos da sociedade civil. Onde o Estado político alcançou pleno desenvolvimento, o homem leva, não só no pensamento, na consciência, mas na *realidade*, na *vida*, uma dupla vida - celeste e terrestre. Vive na *comunidade política* onde se afirma como um *ser comunitário*, e na *sociedade civil* onde age como *homem privado*, considerando os outros homens como meios, degrada a si

mesmo ao nível de meio e se torna o joquete de poderes estranhamente. O Estado político comporta-se em relação à sociedade civil de maneira tão espiritual como o céu em relação à terra. Encontra-se face a ela na mesma oposição, vence-a da mesma maneira que a religião supera a estreteza do mundo profano; ou seja, é constrangido sempre a reconhecê-la de novo, de a recuperar e de se deixar dominar por ela. Na sua realidade mais *imediata*, na sociedade civil, o homem é um ser profano. É justamente aqui, onde a si mesmo e aos outros como indivíduo real, surge como figura *carente de verdade*. Em contrapartida, no Estado, onde é considerado como um ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado de sua vida real de indivíduo e dotado de uma universalidade irreal”.

Só através de uma analítica desse caráter, isto é, do tratamento ontológico da política e de seu resultado - a *determinação negativa da politicidade* - é que se torna possível, então, e na mesma ordem de procedimento, reconhecer a importância da política em sua efetiva especificidade e limites, ou nas palavras ainda de Marx: “Por certo, a emancipação *política* constitui um grande progresso; não é todavia a forma final da emancipação humana em geral, mas é a forma final alcançada pela emancipação humana no *interior* do mundo tal como existe até agora. Entenda-se bem, falamos aqui da emancipação real prática”.

De fato, é preciso bem compreender, o que não aconteceu até hoje, a liberdade política, em sua importância própria, é apenas uma forma do processo geral de libertação humana, não a forma final desta, mas somente a última forma de liberdade alcançada, a forma própria de liberdade de um dado mundo, o universo do capital. Trata-se da *liberdade limitada de base limitada*. A construção da liberdade prossegue, portanto, só e somente só para além do capital e sob forma não *política*. A emancipação do homem, a construção

humana do homem exige, pois, a ultrapassagem do capital e da política. A *humanidade social* ou *a sociedade humana* é a sociabilidade livre do capital e da política. A emancipação humana é a regência humana do homem, ou seja, o homem desvencilhado da sociedade civil - pletora das mônadas vergadas sobre si mesmas, o espaço da exclusão da comunidade, e desvencilhado também necessariamente da sociedade política - perímetro da comunidade abstrata. A emancipação humana tem por lugar de edificação infinita - a comunidade concreta dos homens concretos, ou seja, dos homens efetiva e universalmente sociais, dos homens que se tornam homens através da única maneira de que são capazes - pela interatividade que os instaura e faz com que individualidade e sociedade sejam pólos de um mesmo ser.

Nesta parametrização - e só nela - é que se põe a questão e o norte da liberdade na transição socialista. O que transfigura por completo a mal chamada e pior entendida *questão democrática*.

A democracia, não por constituir a forma de liberdade originária da sociabilidade do capital, mas por ser a *forma acabada da liberdade limitada*, tem de ficar para trás, quando se trata de ampliar ou expandir, de dar prosseguimento à edificação da própria liberdade. Tem de ser ultrapassada como desobstrução da rota que conduz a níveis mais elevados e elaborados de liberdade ou emancipação. Caminho que não é, nem pode ser, a dilatação da liberdade política, uma vez que esta - a democracia - é a sua forma final; ou seja, não há *politicamente*, um para além da democracia, ao mesmo tempo que ela é uma figura que estaciona no aquém da *forma "final"* da liberdade. Ou seja, é uma forma particular de liberdade, homóloga à particularidade do modo de produção do capital, e, enquanto tais, formas transitórias de produção e liberdade. A questão, por conseguinte, não se delucida pelo aumento impossível da quantidade de liber-

dade política, mas somente se resolve no terreno de uma nova qualidade de liberdade, em um salto de padrão em matéria de liberdade.

Determinado que liberdade política restrita em âmbito abstrato, o desafio que se estabelece, em realidade, é o da progressão no sentido da liberdade irrestrita (o que não significa indeterminada ou absoluta) em âmbito concreto. Isto é, não mais a simples liberdade política, mas a complexa *liberdade social*. Em outros termos, se a democracia propicia a liberdade cifrada no direito genérico irreal de participação na comunidade ilusória, trata-se de passar para o universo da livre participação efetiva na comunidade real dos homens concretos. O que não quer dizer o mero deslocamento da liberdade da sociedade política para a liberdade da sociedade civil, pois a liberdade nesta já está plenamente assegurada na forma de iliberdade da comunidade da não-comunidade, onde “o direito humano à liberdade não é fundado na união do homem com o homem, mas pelo contrário, na separação do homem em relação ao homem. A liberdade é o *direito* a esta dissociação, o direito do indivíduo limitado, fechado em si mesmo”, ou seja, trata-se da “sociedade civil que faz com que cada homem encontre nos outros homens não a *realização*, mas o *limite* de sua própria liberdade”. A elevação do patamar qualitativo de liberdade implica, portanto, o movimento de superação da própria sociedade civil pelo estabelecimento da efetiva comunidade dos homens, o universo real da interatividade dos homens ativos, porque “Somente quando o homem individual, real recupera em si mesmo o cidadão abstrato e se converte como homem individual em *ser genérico* na sua vida empírica, no seu trabalho individual e nas suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *próprias forças* como *forças sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então a emancipação humana se realiza”.

Essas configurações, estampadas em *A Questão Judaica*, bem como outras anteriormente citadas dos *Grundrisse*, são eixos fundamentais da reflexão política marxiana e aparecem, sem descanso ou contraste, ao longo de muitos de seus escritos, da juventude à maturidade, como entre outros, para ilustrar com dois textos bem afastados entre si no tempo, *As Glosas Críticas* de 1844, escritas contra A. Ruge e os *trabalhos Preparatórios para A Guerra Civil na França* de 1871.

Aqui, particularmente neste segmento, com o auxílio dessas determinações foram sinalizados os contornos do objetivo central de uma efetiva transição socialista, para a qual a posse e o exercício do poder de estado, em sua importância real, tem caráter apenas mediador, razão pela qual não afetam o âmago do tema em exame e dispensam qualquer atenção. Até porque a essência do problema é a própria superação da política.

O que é decisivo, isto sim, ao inverso do que tradicional e sistematicamente tem sido feito com alguma sutileza ou com toda impropriedade, é delinear, fora e para além do terreno político, a verdadeira questão em jogo: a liberdade para além do capital como *emancipação humana real, prática*.

A crítica, tanto de adeptos como de inimigos do socialismo, e também a dos céticos e desiludidos que renunciaram à luta pela emancipação do homem, incide e coincide nos estreitos limites das fórmulas que versam sobre a falta inerente, pretensível vício originário, ou a necessidade admitida, após os descabros históricos, de injetar democracia no socialismo. Em última análise, reduzindo a questão da liberdade - complexa e multiforme, com a qual se confunde a própria história da autoconstrução do homem, - à democracia, simples conjunto das franquias públicas, momento apenas de um percurso muito mais rico e decisivo, seja por fé antimarxista na política, seja por descrença também antimarxista no homem, am-

bas, diga-se de passagem, medidas muito precisas da mesquinhez de vistas que caracteriza a redução, tal crítica, em suma, se esgota na propositura do aperfeiçoamento do estado e da vida política em geral.

Em verdade, encarna o abandono da questão crucial da liberdade, pois, do prisma politicista em que é posta, toda a teoria e toda a prática se resumem em melhorar e multiplicar formas de organização, representação e procedimento, de modo que os laços da cidadania, isto é, da individualidade desencarnada com a comunidade ilusória sejam o mais perfeitamente estabelecidos. Não entra em consideração e é mesmo escamoteada a abstratividade de toda essa “perfeição”, nem muito menos é ponderado, o que é ainda mais grave, que, por mais perfeita e preciosa que seja, enquanto forma restrita de liberdade, a malha das liberdades públicas e seu correto funcionamento, o indivíduo humano, no interior dela e no gozo dos direitos por ela facultados, permanece subsumido ao redutor do eu isolamento real, vergado sobre si próprio ou derrubado sobre as próprias vísceras (o que propicia a base para toda a especulação funesta sobre o homem em derrelição), e subsumido igualmente ao redutor de sua comunidade irreal (que reforça a concepção de que a politicidade seja uma categoria inerente ao ser social). Dito de outra maneira: a “solução” política da liberdade, fazendo recair a ênfase sobre a relação do indivíduo com o estado, isto é, com a comunidade abstrata, e não sobre as relações reais dos indivíduos concretos entre si, apenas se restringe à reafirmação da insatisfatória liberdade individual que não permite aos indivíduos nem a recuperação de si, nem de sua comunidade real. Liberdade parcial e unilateral do homem, e por isso mesmo a plena liberdade do capital - da propriedade privada, categoria inerente à moeda que se verga sobre si mesma, e que se obriga a morrer sobre si própria em idêntico isolamento. De modo que o estado “perfeito”, aliás impossível sob a forma de *estado racional*, não pode corrigir os defeitos do capital, pre-

cisamente porque o estado é a sociedade política perfeita do capital, ou seja, a guardiã insuperável da vida e da morte de todas as mônadas enquanto mônadas fechadas em si. Em suma, o estado e o exercício político são a prática da comunidade ilusória em garantia e benefício da não-comunidade.

O contraste é radical e os problemas são diametralmente outros, quando se considera a emancipação humana para além da liberdade política.

A crítica ontológica simultânea da sociedade política e da sociedade civil faz reconhecer, como fundamento concreto de todas as formas de sociabilidade e, portanto, de todas as formas do devir homem do homem, a interatividade dos próprios homens, ponto de partida sem pressupostos, a não ser a evidência incontornável dos próprios homens ativos.

Pelo clarão dessa decisiva determinação de ordem ontológica, a questão da liberdade não admite mais ter por centro analítico o círculo estreito e unilateral da relação do indivíduo com o estado, ponto de partida que se desqualifica pela sua arbitrariedade (seja estabelecido por via empirista ou especulativa), e obriga a ascender para o território concreto das relações do homem com os outros homens, ou seja, do indivíduo com os indivíduos de seu gênero, o que simultaneamente reconhece a natureza social da atividade humana e de seus agentes.

A interatividade social revela-se, assim, o *locus* real da constituição da liberdade e de todas as suas vicissitudes. Universo intensiva e extensivamente infinito, cuja produção por excelência é o próprio homem. Vale dizer, é da ação dos homens entre si que nasce o *humano e a humanidade* (por mais contraditoriamente que isto se faça), e a liberdade é a possibilidade e o ato dessa efetuação, ou seja, a atualização do ser autoconstituente, a perpétua autoelaboração do homem humanamente em expansão.

Portanto, processo infinito na infinitude das interações, onde cada ação só é pela ação dos outros, de modo que para cada indivíduo os *outros homens* não são o limite, mas a *realização* de sua própria liberdade. Em outros termos, a realização da liberdade não se dá fora ou contra a comunidade real dos homens concretos, não se efetiva na mônada auto-enclausurada, mas, isto, sim, tem por fundamento a relação do indivíduo com seu gênero.

Relação de indivíduo a gênero que não fica restringida a um tempo e a um círculo unilateralizantes da interatividade, como determina a comunidade abstrata da sociedade política, mas relação na plenitude de todas as atividades materiais e espirituais do homem e na globalidade do tempo em que elas são exercitadas. Numa palavra, relação de indivíduo a gênero na vida real, no fluir da cotidianidade.

A recomposição da questão da liberdade, a expansão da liberdade para além das liberdades públicas, a superação da mera liberdade política pela liberdade social, isto é, humana - põe exatamente a questão da liberdade concreta da vida cotidiana.

Liberdade da vida cotidiana que passa a compreender a relação ativa e conciente do homem com a forma societária que o engendra e que por ele é engendrada. Liberdade da vida cotidiana que requer muito mais do que a universalidade abstrata da cidadania, pois exige a possibilidade da autoconstrução cotidiana do homem e de sua mundaneidade. O que significa que pela potência onímoda da lógica do trabalho, difundida por toda a enervação da consciência, o indivíduo recupera em si mesmo o cidadão abstrato, não mais separa de si força social sob a forma de força política, reconhece e organiza suas próprias forças como forças sociais, de modo que se converte, por tudo isso, na vida cotidiana, no trabalho individual e nas relações individuais, em *ser genérico*, em individuação atual pela potência de seu gênero. Ou seja, viver cotidianamente em liberdade é vi-

ver em autoconstrução, em conhecimento, porque é efetivar a existência na e através da comunidade interativa dos homens. Numa palavra, ser livre é ser socialmente humano ou, o que é o mesmo, humanamente social, como o indica a X Tese *Ad Feuerbach*.

A construção da liberdade cotidiana é pedra angular da transição socialista. As experiências que intentaram a travessia não dispunham de base material nem mesmo para fazer dela uma figura da imaginação. Agora, depois do naufrágio, ela adquiriu a clareza de um imperativo, a não ser para aqueles que, em regressão, satisfazem sua falta de apetite emancipador com prato feito da democracia.

Que seja bem entendido, fala-se aqui da liberdade na sociedade do capital. Mesmo porque, numa transição socialista real, diante do processo de construção da liberdade cotidiana, a ausência de democracia estaria correspondendo à reabsorção social das forças sociais alienadas sob a forma de força política.

A tragédia da irrealização das transições intentadas é que gerou o poder político oceânico e odioso do pós-capitalismo, e com ele um falso problema, pois, tanto quanto é absurdo supor a existência de *socialismo sem liberdade*, é uma simples contradição nos termos falar em socialismo democrático, ou seja, de um socialismo que conforma apenas com a liberdade política, ou pior ainda que possa se regenerar através dela.

O estado calitoso em que se encontra a reflexão sobre o socialismo, movido pela miséria revolucionária do século XX, articula-se às mil maravilhas com o estado anímico do neoliberalismo.

Isso porque o pensamento hoje dominante se reduz, em última análise, a uma demolição incessante, por meio de diversas transgressões intelectuais, da fonte de todo o pensamento: o homem ativo que pela sua atividade cria e modifica as suas categorias (é no que

consiste, afinal de contas, a história). Em termos mais breves, conhecidos e desgastados: é a negação da natureza histórica da razão. Que isto seja feito pelo reducionismo irracionalista, que recusa toda racionalidade, refluindo para biologismos ou imaginários fantasmagóricos, ou pela redução mais higiênica da razão aos jogos anêmicos das formas e da mera logicidade, apesar de suas diferenças nada desprezíveis, não é, todavia, fundamental, pois que em sua complementaridade operam a destituição do homem ativo e reimplantam de modo mais torpe a hipótese central da velha cultura, qual seja a de que o isolamento do indivíduo da sociedade é o fulcro da liberdade, não atinando sequer, depois de tudo, que do recíproco isolamento de todos é que pode nascer o despotismo de alguns.

Ora, o isolamento deliberado do homem regido pelo capital privado, e o isolamento compulsório do homem regido pelo capital coletivo/não-social são naturalmente postos emissores e receptores da superficialmente religiosa da teoria do homem isolado, do mesmo modo e nos mesmos universos em que a eternidade do capital e o pseudo-socialismo são complexos fenomênicos imediatos e, enquanto tais, aparentes, cuja propriedade mais notável é, em ambos os casos a capacidade de velar sua essência.

O pensamento, a arte, a política, em suma, as formas ideológicas da eternidade do capital e do pseudo-socialismo são as reflexões de toda essa aparência, que se unificam sob o escândalo universal das filosofias da aparência, hoje emgalanadas pelo espírito neoliberal.

II - OS IMPASSES DA VIA COLONIAL DO CAPITALISMO

A América latina - parcela do terceiro mundo em geral - integra a periferia do sistema capitalista, hoje dominado e desgovernado pela *produção destrutiva*.

América Latina, África e parte da Ásia, - na generalidade e sob muitas singularizações, das quais não podem ser abstraídas uma infinidade de distinções qualitativas e quantitativas no traçado concreto de cada caso -, constituem o espaço induzido da efetivação capitalista: a objetivação pela *via colonial* do capitalismo, que particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua incontemporaneidade, armada sobre a *incompletude de seu capital incompletável* e, por isto, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais dominantes e, por decorrências, sobre a inorganicidade de suas categorias sociais subalternas.

Neste final de século, sobre o conjunto dos países latino-americanos, incidem as irradiações de todas as crises. A crise interna de cada país exhibe estruturalmente, enquanto componentes material, a determinante de fundo da *crise estrutural do capitalismo*, e sobre cada uma dessas nações paira, como espírito maligno, demolidor de consciências, a *crise total* do pós-capitalismo, que cancela, através de seus próprios malogros alternativas práticas (variantes para o intercâmbio comercial e tecnológico) e teóricas (referenciais para a transição socialista).

O continente, depois de cerca de vinte anos de ditaduras intermitentes e ferozes, recompôs sua forma de dominação política e ensaia mais um turno de jogod democráticos. Implante ou retomada das liberdades públicas de modo frágil, enviesado e por vezes cari-

cato, como quase sempre ocorreu em seus países, ao lado de uma completa irresolução de seus problemas sociais e econômicos de fundo. De fato, do México à Argentina o território está recoberto pela atmosfera do impasse e da falta de horizonte. Toda a região foi atirada às ditaduras pelos mesmos dilemas que agora a avassalam de maneira ainda mais aguda e generalizada. Mudou o tamanho de economia e o tamanho dos problemas, mas a natureza das questões é a mesma. E a pergunta fundamental continua armada pelo mesmo desafio, - como resgatar a parcela da humanidade que habita suas fronteiras. Em sua expressão mais elementar, todavia vital e inco-tornável, o resgate se resume simplesmente a safar do barbarismo da fome. NO mundo reluzente do capital, o emprego da palavra *fome* tornou-se manifestação de mau gosto e o generalizado conservantismo bem pensante prefere tratar de *mistérios* e *angústias* metafísicas, ou se entregar à lapidação da perversidade do pragmatismo *de ponta*. Em sua expressão mais elevada, o resgate compreende a contribuição a dar, deste lugar mal parido, à batalha universal pela desobstrução dos caminhos que permitem ideal e praticamente retornar a construção da liberdade, ou seja, de nós mesmos.

Os países latino-americanos mais importantes exibem perfis estruturais muito semelhantes em suas crises, Basta pensar em dívida externa, ou seja, desequilíbrio radical das relações internacionais; índices inflacionários explosivos, isto é, valorização improduti-va do capital levada ao paroxismo; privatização do estado, vale dizer, instrumentalização estrutural do poder político pelo capital atrofico em seu benefício exclusivo; superexploração da força de trabalho, numa palavra, determinação de seu valor muito abaixo do *limite histórico ou social* configurado nos países centrais, e mantido, em grande escala, abaixo de seu próprio *limite mínimo ou físico*; incapacidade privada e pública de projetar e dar consecução a um itinerário de desenvolvimento auto-sustentado; e outras tantas características que não carece enumerar. Importa, sim, deixar bem grifa-

do que, na origem e na resultante e envolvendo todo esse quadro desalentador, estão as estruturas de conexão e subordinação ao capital metropolitano superproduzido que, em sua própria crise estrutural, expressa na forma de produção destrutiva, não pode dispensar o espaço latino-americano para as aventuras compulsórias do capital financeiro internacional que, recordado seja de passagem, se apresenta em unidade solidária, mas não isenta de tensões e disputas intestinais, tendo por centro a crise do dólar, desde meados da década de sessenta, e o aparecimento de capitais não acomodados, ainda que cúmplices das tropelias da atuação econômica norte-americana. Em suma, a malha complexa e atual do que com toda a propriedade e correção os antigos chamavam de imperialismo.

Complexão latino-americana, tantas vezes denunciada em sua miserabilidade material e espiritual, que especialmente sob o influxo do neoliberalismo, expressão ideológica em particular das arremetidas do capital financeiro em acumulação galopante, passou a ser tematizada, em clara regressão teórica e ideológica, pelo vetusto diapasão que patrocina a pobreza analítica resimida à contraposição entre o arcaico e o moderno.

Em torno desse contraste abstrato e rombudo, verdadeira *abstração irrazoável* na acepção marxiana, é que se verifica atualmente, no terceiro mundo, a dissociação entre realidade e pensamento.

É sabido que a mundialização do capital subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimento desiguais e combinados. A universalização capitalista, não sendo uma expansão uniforme de lava homogênea, mas a irradiação da lógica substantiva de um modo de produzir, compreende um bom número de variações e índices de efetivação. Com ela não se processa, a não ser formalmente, é óbvio, uma igualização internacional, mas a constituição de uma cadeia de leos muito desiguais, cuja dinâmica constitutiva, grau de configuração, capacidade de auto-sustentação e potência reprodu-

tiva são profundamente distintos. Diversidade necessária pela própria legalidade do capital, uma vez que a expansão em tela é uma forma de reprodução ampliada de certos capitais circunscritos, que ultrapassam seus limites à procura de circunscrições mais alargadas, para efeito de suas exercitações. Movimento, pois, que reguer campos receptivos ou que sejam configuráveis como tais, portanto, diversos dos primeiros, embora com estes obrigatoriamente articuláveis. Em síntese, espaços característicos da universalidade do capital, porém diferentes e hierarquicamente dispostos, sem o que a conexão entre eles não atenderia a finalidade que os combina.

O que importa ressaltar, nesta sumária colocação do processo, é que pela *via colonial* da objetivação do capitalismo o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento. Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos iminentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integram a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente *incompletos e incompletáveis*. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do “arcaico”, para a qual todo estágio de “modernização” alcançada é imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o “arcaico” é a condição de existência do receptor. Por consequência, a passagem deste ao *moderno* só pode ser dada pela ruptura da subordinação; se esta é impossível, a *modernização efetiva* é igualmente impossível. Donde, tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a pregação da *modernização semruptura* é meramente a *reciclagem do arcaico*, o reajustamento da desatualidade, sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante, é até mesmo a simples sustentação do espaço capitalista subalterno fica comprometida em sua estagnação.

A fórmula, que polariza entre o arcaico e o moderno e tem por chave resolutiva a modernização, é versão abrandada e desfigurante do equivoco teórico e político mais cleho que oferecida a propositura do capitalismo nacional autônomo. Ambos têm por centro propulsor o objetivo de patrocinar o *acabamento* do capital atrofico; o que os distingue é a figura pretendida do *capital concluso*.

O projeto do Capitalismo nacional supunha, em última análise, a reprodução do padrão integral do capital desenvolvido, autonomizado pela ruptura com o capital metropolitano, de modo que seria alacançado o traçado clássico do sistema do capital, abstraídas distinções quantitativas, o que sugere um inverossímel sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares. A teoria da modernização, por sua vez, tem como impossível a autonomização do capital local, porém, omitindo por inteiro a problemática das diferenças essenciais entre a completude do capital subordinante e a incompletude do capital subordinado, projeta o *acabamento* do capital atrofico em termos de *vontade política* e competência tecnologica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. Em outras palavras, as duas posições perseguem a completude do capital, a primeira *contra*, a segunda *através* do capital metropolitano. A primeira sucumbe à utopia da automatização, a segunda ignora acriticamente o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, que leva cada processo de integralização do capital atrofico a reproduzir, em novo grau, sua incompletude. De sorte que, ao sonho arcaico do capitalismo autônomo, consciente ao menos do lugar da batalha, corresponde a moderna quimera desgraciosa de *civilizar* o imperialismo, de humanizar o capital em meio à *produção destrutiva*, isto é, no estágio em que definitivamente se desvencilhou dos constrangimentos do consumo genuinamente humano.

Ademais, convém agregar, por *arcaico* é tomado generalizadamente tudo que, de algum modo, é restritivo ao universo contemporâneo da acumulação do capital; por *moderno*, tudo que dá consecução e engalana a referida acumulação. Já que para a pequenina inteligência neoricardina, que costura a plataforma da modernização, basta repetir com o mestre que é da essência do capital a superação das barreiras que se levantam à sua produção, palavras que são erigidas em base de apoio para as formulações arquiconservadoras relativas à perenização do capital.

É quanto basta para medir o valor e as possibilidades da teoria e da plataforma política da modernização, de sorte que a dissociação entre realidade e pensamento que nela se verifica é ainda mais aguda e desorientadora do que aquela outra que nutria o engano do capitalismo nacional autônomo.

Redunda desse panorama que mais uma vez a teorização latinoamericana se entregou à fabricação de mitos; - é nisso que se tem resumido o pensamento dominante do continente, seja este de origem conservadora ou de procedência dita progressista. Em verdade, o fazer teórico dessa parte do mundo é marcado por uma profunda descontinuidade - todos a propósito de tudo são compelidos a estar sempre recomeçando - e nele, com raras exceções, há sempre um certo sabor epifenomênico, pois a reflexão não é edificada sobre a malha peculiar da vida societária real. Motivo pelo qual malogra ou como *cosmopolitismo abstrato*, envolvido na pseudo-universalidade das tendências da moda, ou como *provincialismo estreito*, submergido no sub-solo dos regionalismos particularistas.

Perfil de consciência tanto mais lastimável uma vez considerado que a ideação em toda parte despensou, como já foi indicado, para esferas inauditas da produção do falso. Lástima potencializada porque, de imediato, não dispõe de recursos para compensar o vazio cavado pelo retrocesso da ideologia e da cientificidade que vai pelo

mundo. Caso contrário, não só ela se beneficiaria de maior lucidez, como poderia, talvez, escorar o deslizamento, reduzir ao menos a velocidade com que declina o pensamento em todos os quadrantes civilizados. Mas, é sob a condição desse duplo desfavorecimento, - influxo dos vetores internos e externos da ideação -, que o continente terá que reagir aos desafios irremovíveis que brotam de sua realidade. A premência, a necessidade vital de vir a conhecer a si mesma e de se projetar para além dos estrangulamentos, gera a possibilidade, nunca anteriormente tão efetiva, da reflexão latino-americana vir a reconhecer a orfandade intelectual em que se encontra e através dela enveredar pelo caminho da dissipação de seus próprios mitos doutrinários.

É tão somente uma possibilidade, todavia, uma Europa capitalista *socialmente paralisada*, o que não desconsidera a riqueza de seu desenvolvimento, nem de seu padrão de existência material, e *intelectualmente regressiva*, - tanto quanto o conjunto dos demais países do primeiro mundo, onde pontificam os USA com os mesmos contraste - oferecem, em cada um de seus exemplos, os motivos pelos quais os países restantes - que constituem a imensa maioria - têm de buscar por conta própria a solução ideal e prática de seus dramas reais. Rota a partir de si na retomada imediata da universalidade posta pelos países centrais, mas que hoje estes não são mais capazes de sustentar e desenvolver.

É mais do que apropriado lembrar aqui, por diversos motivos, as formulações de Marx que relacionam e distinguem a história alemã da história inglesa e francesa. Para ser breve: enquanto estas realizam concretamente um novo mundo, aquela só foi contemporânea de seu tempo no pensamento. Mas, se ingleses e franceses antes fizeram o mundo do que o pensaram e os alemães antes o pensaram, do que o fizeram, todos eles, em âmbitos distintos e em tempos diversos, foram encarnações da vanguarda da humanidade, os tece-

lões da universalidade há pouco referida, enquanto que hoje o primeiro mundo só tem por prática de futuro a repetição inchada de presente, e por pensamento a razão da manipulação universal e a universal negação irracionalista da universalidade, ambas renúncias perfeitamente coerentes para quem perdeu o sentido da universalidade e desocupou de há muito o espaço da vanguarda, ou seja, que não é mais o corpo e a cabeça dos processos de ponta.

Isso põe a questão de onde estejam ou possam estar virtualmente - o corpo e a cabeça - da vanguarda da humanidade, dos processos societários de ponta que retomem a arquitetônica da autoconstrução do homem.

O longo percurso expositivo procurou, até aqui, tornar evidente que nem o universo do capital superproduzido, nem a esfera do pseudo-socialismo encerram tal virtualidade no presente. Em outros termos, na atualidade é inverossímil qualquer ruptura da inamovibilidade dos países ricos e é igualmente fantasiosa, além de funesta, qualquer estimativa ou crença relativa à gestação de socialismo a partir da miséria. De modo que o quadro dilemático que se apresenta faz transparecer que não coincidem os lugares das rupturas possíveis com os lugares das transições socialistas viáveis. No entanto, concluir pela inviabilização absoluta da conjugação de tais processos não seria apenas bisonhamente formal, mas preguiçosamente pueril, uma vez que a miséria material e seus dramas explosivos existem de fato e cobrem a maior parte do planeta, e a miséria espiritual, por outro lado, e só o cinismo pode tergiversar a respeito, cobre o planeta inteiro.

Para avançar é preciso não se deixar embair nem mesmo pelos melhores conceitos. *Riquezas* e *miséria*, termos indicativos genéricos, quando absolutizados na universalidade abstrata, são convertidos em coágulos metafísicos excludentes, imprestáveis para a reflexão concreta. Basta arejar quantitativamente esses termos para al-

cançar o perfil de uma graduação muito mais próxima da realidade. Não se trata aqui de construir a *medida* da riqueza ou da miséria, mas de reconhecer que elas têm objetivamente medida. Basta isso para compreender que o *lugar da ruptura* e o *lugar da transição* não podem coincidir quando sãl *lugares extremos*: a miséria extremada de um lugar pode, em princípio, levar à ruptura, mas não levará jamais ao socialismo; a riqueza extrema será, também por princípio, virtualidade socialista, e, no quadro histórico de referência, exclui a possibilidade de ruptura.

Combinando a *exclusão de extremos* com a avaliação de realidade dos países contemporâneos e ainda presente a experiência proporcionada pelas tentativas revolucionárias do último século, é possível identificar com fundamento razoável a existência de um número bem reduzido de países para os quais ruptura e transição socialista podem virtualmente coincidir.

A Europa, pela inamovibilidade de seus países ricos e por sua irradiação nos países circunvizinhos e também pelas reversões em curso na área pós-capitalista, fica desde logo excluída. Na Ásia, em tese, a única possibilidade seria a Índia. Todavia, em que pese sua industrialização e significado tecnológico em termos de recursos humanos, a grande parcela de pobreza existente e o quadro geopolítico em que se insere não permitem manter a hipótese. Os países africanos, quase sem exceção, configuram casos extremos, pela incipiência econômica, pela “solução” neocolonialista das lutas de libertação nacional e por questões peculiares, muito intrincadas no plano político-cultural e étnico-religioso.

É na América Latina que, longe dos extremos, há alguns poucos países com razoável industrialização e produção agrária consistente, índices de experiência sindical e política apreciáveis e atividade intelectual demarcada, que conjugam, portanto, graus de riqueza e miséria que armam a tensão para a ruptura e xibem base

potencial (mínima, ao menos) para dar início a uma transição árdua e difícil, especialmente pelas implicações no terreno político internacional, mas que não estaria compelida a repetir a trajetória aberrante do caso soviético, chinês ou cubano. E ordem alfabética e com diversidades em vantagens e desvantagens, em prós e contras: Argentina, Brasil e México.

Há para os três a perspectiva de um itinerário não comprometido, desde logo porque partiriam de um universo real totalmente distinto daqueles que estiveram presentes nas tentativas passadas; não seria, nem poderia ser uma retomada do mesmo figurino, pois há entre os dois momentos a derrocada do mesmo; nem mesmo uma mera retomada ou repetição das experiências em geral dos últimos cento e cinquenta anos. Tudo porque é inimaginável uma revolução futura, que possa ser concebida, preparada e efetivada, que não sustentada mudanças radicais no complexo da ideação e da prática, comparativamente às fórmulas vencidas. De sorte que, à guisa de alusão geral e sumária, há que pensar em: *caráter ofensivo* da organização e da prática sindical e política, substitutivo da natureza defensiva que marcou tais movimentos até aqui, ou seja, luta sindical e política centrada na perspectiva do trabalho, desenvolvimento a contradição estrutural entre capital e trabalho; o que significa ter por arrimo *ênfase teórica decisiva*, de modo que a atividade prática seja decorrência rigorosa da diagnose de realidade e das postulações formuláveis a partir dela; *atividade política tomada como meio, instrumental de objetivos e atividades de caráter social, isto é, atividade política que supera a política; ou que decorre da recuperação do valor universal da autoconstrução humana*, ou seja, da liberdade, decifra esta e aquela em sua identidade como revolução permanente.

É evidente por tudo isso - peso adverso do momento histórico objetivo e extrema complexidade dos atos que possam vir a refundar a revolução - que o mundo dos nossos dias não dispõe de uma van-

guarda encarnada. Razão pela qual ele se mostra como uma humanidade sem bandeiras, gênero estagnado e poluído, onde a individualização soçobra na inautenticidade. Este o motivo superior e radical que obriga a não desprezar qualquer virtualidade de reencarnação, por mais débil aparentemente que seja, dos processos societários de transformação.

Desse prisma, a delimitação dos espaços potenciais, alcançada em relação à América Latina, não pode mais ser perdida de vista; ao contrário, passa necessariamente à condição de centro de interesse de primeira linha, que reorienta a esperança, a inteligência e a atividade.

É preciso deixar muito bem ressaltado que a virtualidade dos três países só foi afirmada enquanto potência objetiva, tanto no que tange à ruptura, quando à transição para além do capital, ao mesmo tempo que foi estabelecida a inexistência de paralelo no campo ideativo. Ou no jargão consagrado: a possibilidade existente é relativa às condições objetivas, ao passo que são infirmadas as condições subjetivas.

O grande desafio se põe precisamente aí e sob a dupla feição já consignada: a debilidade intrínseca da formação subjetiva do continente e as novas demandas postas nessa esfera pela exigência de transfiguração cabal das fórmulas antigas de procedimento.

Contudo, a criação da nova subjetividade revolucionária, ou seja, a recomposição ideal da vanguarda humana pelo reencontro de sua universalidade própria a partir de condições que a negam com radicalidade, não é uma contradição desconhecida. Ao inverso, constitui marxianamente a própria condição de possibilidade de sua efetuação: é precisamente a exclusão da comunidade dos homens, a perda do homem enquanto homem que se faz por si mesmo, que constitui o motor da revolução universal.

Que seja uma empresa árdua e longa ao extremo é o chamado óbvio ululante, tanto mais que hoje e no futuro próximo essa dificuldade monumental compreende a literalidade incontornável do *recomeço*. Todavia, o esforço ígite requerido é proporcional à grandeza do próprio objetivo, além de ser, o que exclui qualquer outra consideração, o único *meio* possível e conhecido para dar início à construção da liberdade.

A constituição da nova subjetividade revolucionária, desenhada como exigência de alguns lugares latino-americanos, não é abertura de perspectivas somente para esse reduzido número de países, mas se irradia para o conjunto do continente. E, dada a importância deste e em particular dos países identificados pela sua virtualidade especial, há de ser compreendido que, em verdade, não se trata de modo nenhum projeto restrito, nem muito menos particularista, mas de algo repercute e envolve a esfera internacional. Ou seja, é uma propositura que localiza o território de uma possibilidade e faz a indicação de sua carência fundamental; por consequência, pode estabelecer a elaboração da consciência adequada como mediação fundamental e imediatamente imperiosa, o que de pronto a remete à universalidade dos problemas e das perspectivas do conjunto da humanidade. Em outros termos, faz a síntese entre *resgate da fome* e contribuir para a questão vital e insuperável, na falta da qual nenhuma outra faz sentido, - da *emancipação humana* -, grosseira e cinicamente abandonada pelo conjunto dominante da reflexão desmoralizada de nossos tempos.

O potencial localizado em alguns poucos países da América Latina não implica privilégios históricos, mas responsabilidades ideais e reais, como também não subentende a adoção para efeito imediato da plataforma política da transição socialista. Esta, posta necessariamente na linha do horizonte, orienta, isto sim, os rumos difíceis da superação da *via colonial* da objetivação do capitalismo. É disto

que se trata na imediaticidade, do processo de rompimento do capitalismo estruturalmente induzido e subordinado. o que significa compreender a ruptura como processo complexo, que objetiva necessariamente reorganizar o *sistema de produção*, sem perseguir a superação do *modo de produção*, mas promovendo a desestruturação dos aspectos mais gravosos da efetivação do capital atrofico e de sua (des)ordem societária. Ruptura coma a *via colonial* de desenvolvimento que, em outros textos, denominei de *primeira transição*, para deixar evidenciado o perfil global do processo e a conexão de seus objetivos imediatos e remotos: a *primeira transição*, designação aqui reafirmada, está vinculada em sua distinção à *transição socialista*, consubstancia as transformações imediatamente possíveis e abre estruturalmente para a transição última, que projeta para além do capital. Compreender esse todo processual, como o conjunto de uma *dupla transição*, supera radicalmente qualquer dos equívocos relativos à promoção da *completude do capital* e evita, pela raiz, toda sorte de politicismos e as esdrúxulas justaposições do etapismo explícito ou camuflado. Em suma, a *dupla transição* reafirma o socialismo ao mesmo tempo que reconhece a impossibilidade de sua realização imediata, sem conduzir ao imobilismo e sem permitir que a afirmação socialista seja transformada em discurso melancólico da mais nobre volição ou da mais tacanha teimosia.

Afirmção do socialismo ancorada, pois, aos dois pólos a que se obriga toda análise que não se restringe, nem aos vagos enunciados de princípios, nem à mera defesa de passos táticos imediatistas. Sustentação, portanto, que articula as razões de longo curso, os motivos fundamentais que sintetizam e impulsionam o - *de onde para onde* - do homem em construção, com as demandas prementes, à flor da cotidianidade, que exigem, não que se faça simplesmente *alguma coisa*, mas a *coisa certa*, a um tempo resolutiva para o momento vivido e abertura ou passo real o andamento do processo globalizante.

Em poucas palavras conclusivas: tanto o capitalismo quanto o pseudo-socialismo são a demonstração historicamente realizada de que o capital, sob qualquer de suas formas, é incapaz de solucionar - para o conjunto dos homens existentes - os problemas de subsistência material, e constitui, de outra parte, o inimigo mortal a ser eliminado,, se não se abandona ou renuncia à *empresa humana* e com ela a todo e qualquer sentido de *vida autêntica*.

Em suma, trata-se de não tergiversar: já é sabido onde se chega com o capital no habitat do mercado, e também com o capital desprovido de mercado; o que permanece desconhecida é a experiência de uma vida societária sem capital e sem mercado. E dessa descoberta não se pode abrir mão.

III - O CASO BRASILEIRO

NA ENCRUZILHADA DA SUCESSÃO

A *via colonial* do capitalismo, em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte. Por si só esta característica da história brasileira é responsável por traços fundamentais *do modo de ser e de se mover* da formação nacional. Para efeito de contraste, basta recordar que só a revolução burguesa configurou a fisionomia definitiva e consumada tanto da França como da Inglaterra. Que certa historiografia recente esteja se contorcendo para dizer o contrário, não muda em nada o curso

do passado e só confirma a acentuada involução da maior parte do trabalho intelectual contemporâneo.

Sem revolução burquesa, o Brasil vem a ser a herança de uma unidade territorial e linguística constituída na subsunção formal ao capital, através de uma sociedade escravista. Herança, por consequência, de uma forma desagregada, sem dimensão de sociabilidade nacional, identidade econômica ou cultural, a não ser a ficção da autonomia política.

O que possa ser chamado de *identidade econômica* vem sendo configurado pela dinâmica de fôlego restrito dos agentes internos - privados e públicos - combinada com a impulsão externa, sempre retora, através dos processos de universalização do capital, o que confere ao país papel subalterno, periodicamente modernizado em sua subordinação estrutural. Assim, a nação é intermitentemente cosmopolita, sem nunca ter deixado de ser provinciana, e os brasileiros internacionais, sem nunca sido nacionais.

O decisivo é que a *falta de identidade*, sob seus distintos aspectos, não é uma questão superficial de personalidade ou cultura, mas de forma de vida e, raiz, um problema que avassala o nível elementar da própria subsistência física dos indivíduos que integram o país.

Não há como escapar da questão de que a *identidade nacional* é muito mais do que uma espécie de conjunto de traços e características peculiares, e que, apesar do índice atual de internacionalização ou mundialização do capital, continua sendo uma demarcação incotronável, pois, no que importa e é decisivo, é no seu perímetro que se põe a equação relativa à produção e reprodução das categorias sociais que a integram. A nação continua sendo, no planeta real, uma sorte de “município soberano”, onde, de fato, se vive e come, ou mais precisamente - onde na imediaticidade é *decidido* quem vive e come, material e espiritualmente, e de que maneira.

Interessa destacar que essa *decisão estruturalmente* diz respeito, em suma, à relação entre *evolução nacional* e *progresso social* e que ela é muito diversificada no interior da universalidade do capital. Retomando os exemplos da história da França e da Inglaterra, contata-se que ambos se apóiam e estimulam mutuamente, em contraste com o que se passou na Alemanha, onde a evolução nacional se afirmava contra o progresso social. A contraposição, sob as condições de existências geradas pela *via colonial*, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais.

Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução nacional*.

Em síntese, à *via colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência auto-reprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória. Desse modo, ao mesmo tempo que encobrem por *inacabismo*, seus processos empuxam, pela via da *irresolução crônica* das questões mais elementares, a contradição estrutural entre o capital e o trabalho. Ou seja, na mazela do

capital atrofico, a sua falta de perspectivas corresponde a abertura de possibilidades da perspectiva do trabalho. Enquanto a lógica do capital subordinado simplesmente reitera a atrofia renovada, a lógica do trabalho perfila a virtualidade da superação do impasse. Conclusivamente, a ruptura da *via colonial* não é uma empresa do capital, mas do trabalho, mesmo quando não se trata ainda da inflexão que supera o universo do capital, como é o momento do caso brasileiro. A desconsideração desse complexo determinativo tem condenado ao fracasso teórico e prático o conjunto das tentativas políticas que de algum modo pretendem representar uma posição de esquerda.

A poucas semanas da eleição, a campanha sucessória em marcha repete, lamentavelmente, essa verdade.

1 - SUCESSÃO: O CURSO POLÍTICO DA AUTOCRACIA BURGUESA

Com o pleito de 15 de novembro, a chamada *transição democrática* estará realizada. Dali até a posse, no curso de poucos meses, abstração feita dos preparativos do novo esquema de poder, rigorosamente do ponto de vista formal, será apenas um tempo convencional de espera. não vem ao caso que muita coisa fluirá, sempre que compatível com o início aguardado do novo governo. Qualquer coisa de outra natureza, que não leve à cerimônia da posse, ou a efetive com traços distintos dos constitucionalmente prescritos, é a deflagração de um golpe, a violação da ordem estabelecida pela Constituição proclamada em outubro de 88, por via de cujos dispositivos o próprio pleito se dará. Portanto, como nada mais, é óbvio, pode impedir que ele seja celebrado, a transição praticamente chegou ao fim.

O crucial, todavia, não está nessa simples constatação, mas na determinação precisa da caminhada - de onde se veio e a que ponto se chegou.

Nesse sentido e de forma sumária, vale recordar que o golpe de 64 foi, ao menos como clima ou pretexto, isto é, enquanto justificativa ideológica de seus agentes e aproveitadores, um golpe *na esquerda*, ou mais precisamente no processo de mudanças que forcejava por se impor à época. No pólo de chegada, o mais notável é que a ultrapassagem da ditadura e de seu apêndice, a assim alcunhada NOva República, que compreende a dita transição, não fez retornar a um cenário de mudanças. De um extremo ao outro muita coisa foi alterada, a mais extraordinária das quais é o desaparecimento em geral da reflexão e do empenho pelas transformações, enquanto centro estruturador da atividade social e política. Tanto mais significativo isso se mostra, sempre que a justo título se considera que a transição deixou intacta a estrutura econômica montada pela ditadura e suas pavorosas conseqüências sociais. Quadro geral que não precisa ser descrito, pois não é outro senão o da própria crise de mil pontas que assoberba o país de cima a baixo, que todos dizem reconhecer, apesar dos diagnósticos falaciosos através dos quais o fazem e das receitas ainda piores que predominantemente oferecem.

Em verdade, não só a estrutura econômico-societária foi preservada, como também a essência da sua correlata dominação política proprietária que caracteriza o país: o autocratismo buguês. É suficiente ilustrar o fenômeno com os estupros perpetrados contra a novíssima Constituição tanto pelo executivo federal como pelo Congresso. O primeiro na forma ativa das *medidas provisórias*, reinstituindo informalmente o decreto-lei, e o segundo na forma passiva como as acolhia, até mesmo sob a versão aviltante de suas reedições. Será preciso, por acaso, detalhar os procedimentos relativos ao famigerado Plano Verão - versão farsista dos aleijões dos Planos

Cruzado e Bresser, ou então à provocadora Lei de Greve, ou ainda à disciplina intencional dos congressistas, que até hoje não regulamentaram a maioria dos dispositivos fundamentais do texto constitucional que dependem dessa medida para ter eficiência, reeditando, assim, de modo radical, o velho macete nacional de negar ou embaraçar, através de lei ordinária ou pela sua falta, o que as constituições brasileiras contenham de mais generoso?

Sem mais delongas, mesmo porque tratei deste como de muitos outros aspectos aqui aludidos em diversos textos anteriores, - a *transição* lerda, longa e limitada, foi o movimento pelo qual, assegurada a estrutura econômica vigente, a dominação política do capital atrófico transitou des seu perfil *bonapartista* para a sua forma de *autocracia buguesa institucionalizada*, figuras ambas do mesmo domínio antidemocrático que a tipifica. Em outras palavras, a transição consistiu na auto-reforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento - a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação.

Crise de acumulação que já perdura há década e meia, sucessora que é do “milagre econômico” esgotado em 1973. Desde então e sem sucesso, a sociedade civil e política dos proprietários tem vivido de expedientes e aventuras, à procura da porta de acesso para um novo ciclo de acumulação econômica e a orgia da especulação financeira, ambos em sua desfaçatez, bem como a trivialidade velhaca do governo Sarney, reduzido a manobras pedestres, das quais a mais bizonha foi o golpe de Sílvio Santos, constituem os elos harmônicos, no quadro atual, da impotência inerente à incompletude de classe do capital atrófico.

Todavia, paralisada por si e pelas suas circunstâncias, a dominação proprietária guarda as reservas necessárias para processar a sustentação do arcabouço essencial de seu poder - econômico e

político. A longa e penosa transição é a evidência mais eloqüente dessa verdade, que se conjuga com uma outra, tão importante quanto a primeira, que perfaz a determinação global desse quadro: a reprodução das vigas fundamentais do sistema vigente se deu e vem se dando, ao longo de todo esse extenso período, na ausência de qualquer contraposição programaticamente articulada das forças latentes que estruturalmente a ele se opõem, uma vez que permanentemente desmobilizadas pelo *politicismo* dos partidos de oposição, tal qual antes já ocorrera melancolicamente durante a assim chamada resistência democrática à ditadura.

Na folga desse enquadramento de vetores, a transição chegou a uma Constituição que, - ainda quando não sejam dela abstraídas certas luzes -, não afeta ou altera os objetivos e os modos de afirmação do autocratismo burguês, e alcançou também a reafirmação da fisionomia econômica plantada há um quarto de século, mesmo que hoje sob as condições de sua máxima ineficiência, que os altos índices de inflação e miséria denunciavam com veemência. A transição não superou também a componente militar nas equações do poder, a não ser nos limites consentidos pela auto-reforma da ditadura, mesmo porque é intrínseco, às formações do tipo da brasileira, a incapacidade do capital de organizar por si só estatuto de seu ordenamento; e, por fim mas não por último, não alterou em nada, apesar de algumas escaramuças, as relações desiguais que associam o país ao sistema financeiro internacional. Ao inverso, quanto mais a crise foi se aprofundando e generalizando, por efeito da própria lógica da associação tanto mais a transição foi gerado o “entendimento” de que a saída para os impasses está no *alargamento* da própria associação subordinante. Sob este aspecto, a transição completa o movimento circular pelo qual a fração da burguesia monopolística interna e outras que ela arrasta vem mordendo a própria cauda.

É no que se resume a herança da transição e o objetivo dos que a conduziram, infelizmente com sucesso, apesar de todos os percalços e da mediocridade governamental com que o fizeram. Aliás, a mediocridade neste caso é o meio próprio e eficiente para a natureza do fim perseguido.

Assim, ao cabo de sua formação, o capital incompleto e incompletável abandona definitivamente qualquer ilusão de autonomia se é que a teve concretamente alguma vez, e identifica *modernidade* com *integração subordinada*. De modo que seu sonho passa a ser o estabelecimento da *boa parceira*, da vivência e gozo da *boa cumplicidade* com o titã que vem, de fora, a um tempo mestre e senhor, o que ensina e eleva, orienta e dirige. O capital inconcluso, sôfrego em sua alma porstituta, se transveste em noiva obsequiosa, disposta aos sacrifícios da purificação, para que o impossível hime-neu seja celebrado, inclusive com uma gota de sangue sintético.

Porém, a materialização dessa quimera perversa pela mágica do voto universal, em meio à crise aguda e à angústia ressentida da miséria, depende rigorosamente do advento de um demiurgo.

Trata-se, desde logo, num cultural e policamente depredado e analfabeto, de massas física e espiritualmente exauridas, de uma tarefa para um aprendiz de feiticeiro, pois os velhos bruxos já esgotaram seus truques. Estes, a seu tempo, retiveram a fascínio das multidões, receberam aplausos retumbantes e foram os depositários das esperanças coletivas, mas suas largas mangas de prestidigitadores escondiam pouca coisa, apesar das muitas promesas e da vasta propaganda que fazem de suas raras habilidades.

Para ilustrar essas miragens, é bastante atentar para a campanha eleitoral que Ulysses Guimarães vem desenvolvendo. É o filme que já foi visto, o espetáculo aplaudido de outrora. De fato, mais do que a sua indiscutível, frustrante e inaceitável imbricação com a mesquinhez do governo Sarney, o que sufoca a candidatura Ulysses

é sua plataforma eleitoral, pois é a bandeira vazia do já realizado - as instituições formais da democracia - e a garantia desacreditada, intrinsecamente incompreensível porque imanentemente falsa, de que agora, por decorrência da efetivação daquela, chegou a vez de *tratar da vida*. Mais uma vez, agora em seu rápido declínio e desagregação, confirma-se o que assinaei inúmeras vezes, durante os longos anos de ascensão e apogeu do MDB/PMDB: este nunca empunhou a bandeira real de que carecem as maiorias brasileiras, nem mesmo quando foi a voz elevada da resistência parlamentar ao bonapartismo, uma vez que sempre se tratou de uma resistência circunscrita aos limites estreitos das formas institucionais, do estado, resistência intrinsecamente incapaz de *tratar da vida*, concebida sempre, conseqüentemente, como uma mera fábula pós-democracia. Ou em termos menos prosaicos: as lutas do MDB/PMDB sempre tiveram por base e horizonte a convicção fetichista de que as instituições, isto é, o conteúdo e a forma do direito e do estado, constituem as forças soberanas da humanidade. Por isso Ulysses está sendo punido e humilhado; como indivíduo de extrema dedicação à causa sofre uma enorme injustiça, como político de visão muito restrita é tudo que merece, a reprovação irremediável, enquanto síntese que era de sua falida agremiação política, protótipo nas idéias e na prática do *politicismo* militante.

Sim, o feitiço da *boa complicidade* demanda uma aprendiz de feiticeiro, mesmo porque o espetáculo tem de ser obrigatoriamente afastado do terreno próprio da política e encenado na assim denominada esfera das condutas psico-sociais.

A performance tem de convencer a aliciar os miseráveis e os poderosos, satisfazer a fantasia dos primeiros e consquistar a confiança dos últimos, garantir a salvação daqueles e assegurar o império da vontade destes. A tarefa contraditória é menos complicada do que parece. A crença dos de cima tem por condição a adesão dos de

abixo, e esta pode ser promovida, no desamparo material e espiritual da imansa maioria do eleitorado brasileiro, através das operações do marketing político, ou seja, da prática da razão manipulatória, expressa em termos de técnicas apuradas no emprego sistemático daquilo quem com propriedade os antigos designavam como demagogia, que eles próprios empregavam apenas intuitiva e rusticamente.

O exercício científico da demagogia requer, no entanto, muito dinheiro e um protagonista. Da presença simultânea desses fatores, quando capazes de se fundir, pode resultar um desfecho (in)feliz. No caso da sucessão brasileira, isto está se dando pela convergência de umas das mais fantásticas usinas mundiais de produção de fantasias, recursos financeiros ilimitados e de um protagonista que, por equidade, tendo em vista que no mundo contemporâneo a eficiência é o valor supremo, tem de ser reconhecido como competente, enquanto reedição revista e ampliada de seu antecessor de trinta anos atrás, Jânio da Silva Quadros. Mas a diferença entre ambos é um verdadeiro sortolégio da modernidade e da tecnologia, se forem comparados as pobres caspas, caretas e capotes do primeiro com os recursos de super herói de Fernando Collor de Mello. Diferenciação, aliás, que já provém de suas respectivos berços desiguais: enquanto o matogrossense, ao que parece, numa conseguiu se livrar de um certo raquitismo, o carioca residente nas Alagoas é um consumado praticamente de lutas orientais do mesmo modo que o mais velho nunca deixou de trupicar sobre os próprios pés, o mais moço salta muros cinematograficamente e faz desafios em longas caminhadas debaixo de sol ardente. Em suma, enquanto Jânio só foi dar um jeito no seu estrabismo entrado em anos, Collor é a própria encarnação da beleza e elegância cultivadas. Todavia, como já foi dito, eles têm algo em comum - a essência, a política horrenda que praticam.

Mas esse horror político não é outra coisa do que o autêntico movimento da dominação do capital atrófico. Compelido pela sua lógica à *integração subordinada*, na malha econômica do capital superproduzido, tem literalmente que embair os excluídos. Por força estrutural age desse modo cotidianamente; de forma explícita, para escândalo de ingênuos e equivocados, nos momentos ímpares dos embates eleitorais. Então, há que encantar a platéia desesperada, fazer-se instrumento de sua revolta, propiciar ao eleitorado massacrado pela miséria o doce sabor da vingança: os que estão no poder serão esconraçados, em nome dos vingadores o demiurgo será entronado, e assim renascem as esperanças. Tão simples como isto. Tudo se passa fora do solo político, território da sordidez execrada, no exterior do qual, é óbvio, estão os sofridos, que não assentam os pés sobre ele, nem muito menos o cultivam. Eis a *renovação* promovida na esfera psico-social, ou seja. a mudança realizada no universo da imaginação. E o capital não se incomoda de consumir e trucidar seus líderes, de deglutir seus serviçais, é para isso mesmo que eles prestam, é por isso que vestem manto e ganham coroa transitórios.

Collor, o renovador, usa mistérios da computação e músculos exercitados, Jânio dispunha apenas de uma vassoura de piaçaba e Enéas tem somente o próprio nome de sua ingenuidade extravagante. Para efeito político eleitoral, não vem ao caso se acreditam ou desacreditam no que fazem, interessa apenas que são renovadores impolutos a serviço da moralidade pública. Os três, em seus distintos graus de honestidades, simplesmente falsificam pela raiz a esfera política, quando a reduzem a uma questão de probidade, não importa que os dois primeiros por malícia e o último por ignorância.

Mas não basta a denúncia e o entendimento da falcatrua embrutecedora, nem mesmo a identificação de seus agentes principais. É preciso admitir também e com a devida ênfase que operações des-

sa ordem transcorrem em lugares e tempos determinados, não se dão no vácuo mas no solo concreto de realidades onde, por suposto, estão presentes atores políticos de antureza diversa. Em verdade, como é o caso personificado por Collor de Mello, se a figura de um semi-desconhecido vem sendo o desaguadouro da insatisfação popular, é porque o aparato partidário existente - seus programas e candidatos, suas atuações passadas e presentes - não tem correspondido consistentemente à sensibilidade e às inclinações das maiorias. Estas, na precariedade de existência e formação que as jugula, buscam encontrar de alguma forma, a cada oportunidade, a encarnação de seus próprios anseios. Propósitos que não são mais do que reações imediatas a partir do sofrimento cotidiano, que não têm como ultrapassar o nível do depoimento sincero e pungente, mas desarticulado, incapaz de projetar ou até de distinguir soluções globais e reais. Assim, ficam as grandes populações à mercê dos cantos de sereia, submetidas à mais bárbara exploração espiritual, tanto mais se as organizações partidárias que pretendem atuar a partir delas deixam o campo livre ou se mostram incapazes de as sensibilizar e esclarecer, por efeito de suas próprias falácias e debilidades. Os equívocos das massas desvalidas subentendem, pois, fraquezas e erros políticos maiores e mais graves - reais e ideais - das agremiações partidárias, muito em especial daqueles que se auto-intitulam de esquerda.

Com efeito, este é o caso de fenômeno Fernando Collor de Mello. Desde há um quarto de século é o que se passa no cenário político brasileiro, cuja responsabilidade maior não pode ser meramente atribuída à repressão dos anos duros, mas dividida aos menos com os descalabros teóricos e práticos do arco partidário que vai dos democratas aos socialistas.

É nesta condição de extrema fragilidade que as oposições (o plural agrava o problema) perplexas faceiam a *renovação moraliza-*

dora collarista, que não é outra coisa senão a reatualização da substância econômico-social implantada à força em 64.

Foi em torno principalmente da problemática do *capital estrangeiro* que as clivagens brotaram e produziram o golpe militar de vinte e cinco anos atrás. Na seqüência foi o *boom* econômico, articulado sobre a “poupança internacional” e a superexploração do trabalho nacional (a mão-de-obra barata); depois de poucos anos a “ilha de prosperidade” feneceu, as dívidas não foram pagas, novos empréstimos foram feitos para pagar as dívidas passadas, até que ao longo de toda a década de oitenta tudo se resumiu em “saldar os compromissos internacionais”, em pagar uma dívida - várias vezes paga - e impagável. A dívida foi estatizada, no estilo consagrado da privatização do estado que caracteriza as relações brasileiras de poder, e o estado arruinado, que então foi contraindo uma dívida interna que o humor nacional vem chamado de cassino financeiro, para uso e abuso do capital atrofico, que passou a crescer de noite e rigorosamente descansar de dia, à espera de novos *aportes* internacionais para então se decidir a voltar ao trabalho. A solução, portanto, como em 64, é esperada de fora. Mas, antes, consta que tem de ser feita uma faxina, senão o anjo bom não abrirá as asas sobre nós.

Collor de Mello é, assim, candidato a demiurgo e faxineiro. Sempre robusto na dupla roupagem, consubstanciará a continuidade civil do golpe de 64, legitimado pelo voto universal, ou seja, efetivará o projeto econômico de 64 sob a aura do neoliberalismo, ao mesmo tempo que será a finalização da distensão anunciada por Geisel, encaminhada em alguns passos por Figueiredo e transada depois por Sarney, em suma, será a carne democrática da própria transição. De tal modo que o *vazio* de Collor é, em verdade, o conteúdo da auto-reforma da ditadura, a alma de 64 que encontrou sua forma charmosa. Não vem ao caso, ao menos é extremamente se-

cundário, que ele não seja o *eleito* do antigo sistema ou dos poderosos palacianos, mesmo porque o vigor de sua postulação deriva exatamente da aparência do contrário. Mais do que isso, o sistema na berlinda e o palácio caído em desgraça, bem como os partidos, que serviam a ambos, reduzidos à impotência, não poderiam ungir o escolhido. O demiurgo tem que ser um estranho no poder, um fenômeno de rejeição ao sistema político dominante, polarizador de descontentamentos, exterior aos partidos atuais. Basta pensar em Maluf e Afif, faces distintas do mesmo pesadelo político, para compreender que está sendo como tinha de ser. Collor brotou da essência a que pertence, da aventura bem calculada de uma ponta da sociedade civil e, posto a cavalgar sobre a cabeça do povo, disseminado por toda a sua superfície; hoje, a partir dessa força, já tem conquistada boa parte do “establishment” econômico e político que o reconhece como seu candidato. Que a aventura integre também sedimentos oligárquicos regionais, só confirma o exposto quanto à natureza e estrutura da dominação proprietária brasileira, tanto quanto a própria dimensão de aventureirismo pessoal, que a candidatura exibiu em seus empuxos iniciais, sublimado no processo da campanha em ousadia e coragem, oferecidas como traços inerentes à figura do Príncipe Valente em seu galope redentor, atlético e eletrônico. Tudo perfaz, às mil maravilhas, o amálgama irrepreensível que constitui resolutivamente o desaguadouro aguardado pelos anseios e ansiedades que genericamente perfilam a direita brasileira.

A faxina do Príncipe Valente não é apenas, decreto, sua tarefa menos nobre e mais desagradável, mas também provalmente a mais áspera e perigosa, porque imprevisível em termos de viabilidade, ritmo e alcance. Faxina que visa acima de tudo preparar o terreno para o escancaramento dos portos aos *dinheiros do mundo*, desconhecido o lado sério da questão da moralidade pública, que escapa do barateamento de consciência ou da pura demagogia. problema que é decifrado pela compreensão de que a corrupção da adminis-

tração pública é tão somente a forma particular do aviltamento geral do trabalhador sob o império do capital, e desde que a corrupção é uma relação que inclui não somente o corrompido, mas também o corruptor - cuja infâmia ainda é maior - o próprio capital recai sob a categoria da corrupção, muito mais agudamente ainda nas condições do estado privatizado e do capital atrofico e subordinado.

É evidente que, sob esse prisma, Collor não tem, nem pode ter, uma palavra sequer a respeito, tudo se resumido a uma extensão da “caça aos marajás”, na invocação pomposa, ainda que muito batida, do *saneamento ou reforma da administração*, cujo ponto de inflexão é uma pretendida revisão do papel do estado, que se restringiria à prestação de serviços públicos e ao planejamento da economia. O que compreende a adoção do roteiro da privatização, cujo processo concreto estaria aberto à participação do capital privado nacional e externo, envolvendo áreas até agora adstritas ao monopólio estatal. No mais, o discurso de campanha é uma manifestação de fé no “choque de credibilidade”, a ser deflagrado pela excelência do postulante, única dimensão radicalizada, em contraste com certa moderação no que se refere aos demais pontos arrolados, particularmente se comparados com a ênfase que ganham, por exemplo, os temas da privatização e da desregulamentação nas falas de outros candidatos da mesma esfera político-ideológica. Em suma, Collor de Mello quer ser apreendido como o radical de uma única radicalidade - a intransigência moral, núcleo aparente de sua modernidade, que reatualiza com espírito neoliberal um projeto antigo e falido. Postura de conjunto que, no segundo turno, deverá aparecer ainda amis mitigada, numa tentativa de se aproximar do halo social-democrata.

2 - SUCESSÃO: A AUSÊNCIA DA ESQUERDA

E O CURSO POLÍTICO NA ESQUERDA

Afirmar a indistinção entre esquerda e direita está se convertendo em um turismo para o “espírito da modernidade”. E a *débâcle* da experiência soviética e do conjunto do leste europeu passou a usinar diariamente toneladas de poeira, que dão lastro a essa enormidade, expressão antes de tudo do júbilo de profetas e apregadores de esquina do mais reles conservantismo.

Há, no entanto, por dessubstanciação da própria esquerda, acordos verdadeiros nesse canto da falsidade. De modo que, por constrangedor e doloroso que seja, em pleno fim de milênio, ter que repor o sentido de palavras consagradas pelo uso de gerações, não há como escapar dessa sintomática imposição das circunstâncias.

A designação, no que concerne à *esquerda*, surgiu como indicativo de polaridade ou consequência, determinação de radicalidade ou máxima expansão da lógica imanente à forma de sociabilidade do capital, ao tempo da instauração de seu domínio político. Posição ou lugar extremo, portanto, na escala dos patamares de realização do mundo burguês. Enquanto tal move-se no espaço do capital e, por mais aguda que seja a transfiguração societária que promova ou preconize, não ultrapassa o estatuto e as fronteiras do matrizamento daquele. Desse circuito, onde capital e trabalho são tomados somente enquanto vetores complementares, cujo ajustamento esgota a problemática, onde também por afinidade - esquerda e direita - são índices de um mesmo gradiente político-societário, os designativos transpassam para o universo da contradição estrutural entre capital e trabalho, quando então, de *graus* de coerência ou homologia de um mesmo universo, passam à condição de *campos* distintos, antagonicamente contrapostos. A partir daí, genericamente, *direita* compreende o conjunto das proposituras práticas políticas subsumidas à lógica do capital, e esquerda aquelas outras que são próprias às lógicas do trabalho.

Em suma, *esquerda* e *direita* designaram originariamente e ainda designam *graus* no interior do universo político do capital, e, por outro lado, o que é sua acepção plena, historicamente desenvolvida, *campos* políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias. O que distingue, por consegüência, o campo da *esquerda*, figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho, de posições *na esquerda* do leque político do capital.

A questão envolve um complicador específico, quando se trata de formações sociais cuja objetivação capitalista foi processada e continua se processando pela *via colonial*.

Com efeito qual deixei configurado em textos anteriores, a crítica prática e teórica irradiada a partir da lógica do trabalho, isto é, *da esquerda*, nos países capitalistas de “tipo europeu” - denominação marxiana para os casos (inglês e francês) em que a revolução do capital fez brotar “o triunfo de um novo sistema social” e não apenas “a vitória de uma classe particular da sociedade sobre o *antigo sistema político* (Cadernos Ensaio I) - principiou por onde findava a crítica e a prática revolucionária dos proprietários. Convém lembrar precisamente que, segundo Marx, só em 1830 a burguesia liberal realizou suas aspirações de 1789 e com uma diferença fundamental: “suas luzes políticas estavam plenamente consumidas, e ela não mais acreditava encontrar no Estado representativo constitucional o ideal do Estado, a as salvação do mundo e os fins universais da humanidade, mas, ao contrário, havia reconhecido neste estado a expressão oficial de seu poder exclusivo e a consagração política de seu interesse particular” (*A Sagrada Família*). De maneira que, nas formações sociais que objetivaram revoluções do “tipo europeu”, a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomaram e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários. A figura integralizada da bur-

guesia e de seu mundo é a cidadela material e espiritual contra a qual principia a configuração do universo humano-societário do trabalho, o combate *da esquerda*. Esta começa por onde aquela termina.

Muito distinta é a situação da *esquerda* onde a encarnação burguesa, pela lógica da *via colonial*, jamais completou seu parto. Na história brasileira das *personae* do capital, a dominação proprietária “nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos quando aquelas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve entregue à salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares. A esquerda brasileira, portanto, não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face de integralização histórico-social de um inacabamento. Aqui, a crítica prática e teórica dos trabalhadores não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam terminar nunca. Assim, a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, a mesma planta, jamais poderia ser sua. A esquerda brasileira nasceu, portanto, submersa no *limbo*, entre a inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores. *Alma morta sem batismo*, não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere. Posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata e a realidade concreta de um capital incompleto e

incopletável, a esquerda sucumbe, naturalmente, à presença real e às tensões e pressões efetivas da segunda. Entre a idealidade esgarçada de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o *objetivismo* da empreitada que visa a última, e o devaneio de principiari a integralização de classe dos trabalhadores é reuzido a voto piedoso, quando não a disparate grosseiro. Por fim, com o tempo e os enganos multiplicados, a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável se amesquinha progressivamente em simples e melancólico ativismo caudatário que agride e desencanta, limita e desorienta o conjunto dos trabalhadores” (J. Chasin, A Esquerda e a Nova República, ENSAIO 14).

Na última década, com o espaço aberto pelo colapso nacional e internacional da esquerda tradicional, é a hora e a vez da *nova esquerda* mergulhar no *limbo*, com duas agravantes: pretende, com toda razão, porém sem atinar com os maeios, evitar a reiteração de erros passados, mas destes não chega sequer a formular uma intelecção consistente, contendo-se com uma recusa impressionista da prática vencida, o que não esclarece, nem protege contra o perigo da repetição de equívocos; planta-se, desde logo, independentemente de pretensões ocultas ou confessas, nas extremidades do gradiente político do capital, pois na sua revisão epidérmica do passado local e mundial, cede antes aos temores e fantasmas, não distinguindo entre os *campos políticos do capital e do trabalho*, mesmo porque se constitui - por sua própria gênese, em suas vertentes e componentes predominantes, no espaço militante do antimarxismo e do politicismo mais rústico.

De sorte que uma visão de conjunto, especialmente de 64 para cá - o que não é ir longe demais, não propicia, para dizer o mínimo, uma cena brilhante, nem muito menos do que razoável, do que é e vem sendo a esquerda brasileira. Em verdade, nesse longo período,

em que viveu sua fase mais atribulada de dissensões e dissidências, em paralelo com seu mais agudo empobrecimento teórico, o campo *da esquerda* organizada se restringiu a ponto de ter desaparecido, se é que alguma vez foi realmente efetivo enquanto figura política fundada e norteada pela lógica humano-societária do trabalho. Restam ou surgiram alguns organismo partidários, de portes distintos, que, perdidos em suas pobres diferenças, desvalidos para tudo que não sejam disputas irrelevantes de caráter bizantino, se igualizam como organizações políticas que ocupam posições na *esquerda* do arco político do capital.

É nesta condição objetivamente fantasmagórica de - *campo ausente* - que a esquerda comparece ao processo sucessório em curso, oferecendo seus sucedâneos no pólo da radicalidade burguesa. Ou seja, ocupando o espaço que a incompletude de classe do capital está impedida de preencher. Pelas suas limitações intrínsecas, a perspectivas do capital atrofico não se estende sequer aos limites de sua inerência enquanro capital, ficando muito aquém de sua própria universalidade genérica, ou melhor, particularmente de interesses que há século e meio já destituiu o estado proprietário dos fins universais da humanidade. Assim, abantesma embrechado no ôco do capital a esquerda se limita e esgota *na esquerda* de uma legalidade que lhe é estranha e que a desfugura. Todavia, é enquanto tal que ela comparece ao pleito presidencial e enquanto tal tem de ser considerada em seus diverssos braços ou representações.

Posta na inautenticidade que a fragiliza de modo cabal, que pode almejar a esquerda, no desafio global constituído pela disputa eleitoral do poder, num país paralizado pela crise e embrutecido pela miséria? A questão só é planamente adequada na abordagem simultânea com a indagação relativa ao potencial de transformação atual do perfil da realidade do próprio país. E ambas, em pacífica evidência, não oferecem no presente um horizonte largo ou genero-

so: a esquerda organizadora por tudo que deixou de ser e fazer, por tudo que nunca foi, nem sonhou que deveria ter sido; o processo nacional, em que pese a objetividade de suas agudas crises econômicas e social, não trouxe à superfície, pela natureza peculiar da formação social, os componentes contraditórios que entretecem e perfazem sua inamovibilidade, as quais, ao invés, mais e mais vão integrando o amálgama de sua indiferenciação aparente. Ademais, os dois aspectos se potencializam reciprocamente: tanto mais o campo *da esquerda* se autodestitui e descaracteriza, tanto menos suscetível a alterações se mostra a arcabouço da dominação dos proprietários e, vice-versa, quando mais pesada e rígida se apresenta a arquitetura do capitalismo subalterno brasileiro, tanto menos o campo *da esquerda* revela capacidade para atinar com sua identidade. Inamovibilidade de chumbo do capital atrofico e identidade de fumaça da esquerda hoje reforçadas, em suas negatividades, pelo complexo regressivo das tendências mundiais.

Basta a explicação sumária desses traços marcantes do quadro atual para advertir, com facilidade, que nem o país está próximo de transfigurações de vulto histórico, nem a esquerda organizada de façanhas memoráveis. O que, todavia, não impede que perspetive e desenvolva ação lúcida, própria e eficiente. Escapa às suas possibilidades reais a efetuação de um empenho, na ordem da lógica onímoda do trabalho, que assegure modificação positiva substancial das engrenagens de fundo da vida nacional. Nem tem como alimentar, por si, a esperança de passos concretos que conduzam na imediaticidade a um *quadro de melhorias*, mesmo porque não contruiu tal esperança, nem sabe dizer, a rigor, do que ela consiste. Isto é, a esquerda até aqui não gerou uma alternativa da perspectiva do trabalho, nem para o curto, nem, menos ainda, para os prazos mais dilatados.

Nestas condições e em consonância com o pesadume do edifício nacional, já seria de grande monta valer-se da disputa sucessória para desmistificar amplamente a estrutura vigente, revelar as engrenagens perversas que a articulam, ou seja, sacudir o país com seus problemas, de modo a promover a explicitação de suas contradições, visando lançar as bases para a *constituição de uma autêntica oposição, não meramente ao governo de plantão, mas rigorosamente ao sistema de dominação econômica e política implantado em 64. Se ao cabo da campanha sucessória uma oposição orgânica dessa ordem viesse a emergir, o sucesso alcançado seria da mesma grandeza de uma vitória eleitoral, para todos os efeitos das ações futuras, imediatas e remotas.*

Sob tal prisma, assiste-se a uma disputa que deixa quase tudo a desejar, sucumbindo partidos e candidatos, salvo raras exceções e em dados momentos, aos ditames da perseguição ao efeito imediato, o que os nivela por baixo e despolitiza, e assim os lança à vala comum das performances regidas por supostos psico-sociais.

Essa, porém, é apenas a fenomênica da morbidez política de fundo, que envolve a presente sucessão presidencial, do ponto de vista do campo da esquerda e da faixa partidária na esquerda. Em verdade, no fluxo atual dos acontecimentos, o campo da esquerda é notável somente, como já foi dito antes, pela sua ausência, intervindo na exposição, enquanto universo possível, como parâmetro político e referência analítica. Estes em concreto têm de considerar que, nas eleições presidenciais de 89, a esquerda se resume a posições de partidos e candidatos situados no pólo da radicalidade burguesa, espaço que o capital subordinado nunca preencheu, dado o caráter autocrático de sua dominação, que implica a exclusão dos de baixo, isto é, do povo e do princípio de sua soberania.

Pelo povo e sua soberania apresentam-se à disputa o PDT, centrado sobre a figura de Leonel Brizola, o PT, que se expressa através

de Luís Inácio da Silva, o PSDB com Mário Covas e o PCB, traduzido por Roberto Freire.

Não fosse a circunstância de uma eleição em dois turnos e dada, a esta altura, a certeza de que Collor de Mello será, mantido o conjunto das candidaturas principais, o dianteiro com larga margem de vantagem, o quadro dos postulantes *na esquerda* já seria totalmente diverso. Ou seja, a preservação dos quatro candidatos (e até mesmo de outros, como por exemplo Ulysses Guimarães) é uma injunção exterior ao próprio significado político que encerram. Vale dizer, se *tudo* fosse ser decidido no próximo dia 15 de novembro, de um ou outro modo, não mais existiriam efetivamente, nesses poucos dias que faltam para a votação, tantos candidatos na faixa da radicalidade burguesa. A não ser por estúpida vocação suicida, que tem de ser obrigatoriamente descartada, composições já teriam se dado, se não voluntárias ou consentidas, por imposto de múltiplos entendimentos e transferências de apoios pela pior das vias - a subterrânea.

Essa situação esdrúxula, sobre a qual observadores e analistas não têm dito uma única palavra, o que dá bem o formato do trabalho que estão realizando, implica a constatação de que a legislação em vigor, independentemente de qual seja seu espírito, propiciou até aqui e, por certo, o fará até o fim, a despolitização do pleito *na esquerda*, uma vez que facultou, a quase todos os partidos situados nesse segmento a subversão do sentido das eleições ao permitir que invertessem a relação entre meios e fins, ou seja, a relação entre poder e partido.

Disputa eleitorais em plano federal, isto é, no âmbito da sociedade global - universo próprio da política, especialmente as que concernem à presidência da república, configuram o momento raro (não só porque a atual é realizada depois de quase trinta anos), o instante central e efetivo da luta pelo poder, que constitui por qual-

quer aspecto a finalidade de todo p processo, para o qual os partidos são também sob qualquer prisma, meios - importantes, sim, mas enquanto meios.

está rigorosamente prevalecendo sobre a finalidade da busca do poder, ou seja, posta acima do propósito de se fazer presente na moldagem de sua figura. Essa subsunção ao inverso, além de errônea, é perversa, porque dessubstancia, ao contrário do pretendido, o partido em sua natureza de *meio*, ao convertê-lo em pseudo-finalidade em si, ao mesmo tempo que o corrompe através dessa mistificação.

A “acumulação de forças”, sempre alegada como justificativa do procedimento, é várias vezes falsa: primeiro porque a responsabilidade política de pleitear o centro do poder subentende obrigatoriamente *força acumulada*, não o contrário; segundo, a acumulação de forças partidárias não se resume à acumulação de sufrágios; terceiro, porque nem mesmo votações muito expressivas, porém insuficientes para a vitória, se convertem necessariamente em lastro para ações ulteriores; em suma, a própria justificativa expressa o desnaturamento da ordem efetiva da relação entre poder e partido.

Ademais, essa transgressão atinge em cheio a boa fé do próprio eleitorado eventualmente conquistado, que sufraga por intenção manifesta de intervir na configuração do poder, não de promover algum lance estritamente partidário porque questões dessa ordem não são postas a sua consideração, de modo que a respeito delas, de fato, está impossibilitado de decidir. Muma palavra, política eleitoral, especialmente *na esquerda*, quando em jogo o centro nevrálgico do poder, só se legitima quando voltada, não para o *meio* partidário, mas para o país e nucleada sobre a nação dos excluídos.

A profunda gravidade da transgressão é tão mais gritante quando não esquecida a óbvia excepcionalidade da presente eleição. seja pelo conjunto da história republicana dos últimos sessenta

anos, seja pelo contorno das graves crises que atravessam o país; tudo sintetizado no fato de se tratar de oportunidade especial para a tentativa de ruptura com a herança massacrante de 64. Mais do que oportunidade, ocasião obrigatória para concentrar todos os esforços nessa direção.

Por lástima, não é assim que a quase totalidade dos partidos *na esquerda* compreendem o momento, ao privilegiarem a si próprios em detrimento do propósito de assegurar um novo perfil do poder.

É o PCB, não surpreendentemente, que agride da forma mais melancólica o reto procedimento político, em razão mesmo da sua absoluta impossibilidade de alcançar a presidência. Assim, explora com a máxima leviandade o dispositivo legal dos dois turnos, motivado apenas em deixar insepulto, por mais algum tempo, seu cadáver orgânico. Da tagarelice caudatária (como sempre) a respeito da perestroika partirá, no primeiro momento, para a simples adesão (também como sempre) sem reservas e sem dote a qualquer dos outros que chegar ao turno decisivo. Em suma, fez do pleito um miserável joguinho especulativo, aguando ainda mais o ideário socialista, e perfazendo aquilo que, por certo, é sua cerimônia da adeus e, quando muito preparação da candidatura de Roberto Freire à prefeitura de Jaboaão.

O PT e o PSDB configuram os casos sérios e graves da transgressão, ambos porque sustentam candidaturas de certo peso eleitoral, desenhando com isso, em dada medida, identidades representativas com relação a determinadas categorias sociais. Nestas condições, é irresponsabilidade redobrada o comportamento que manifestam, dobrando-se sobre si próprios e medindo suas atuações por si mesmos e não pelos imperativos da reconfiguração do poder político da república. Como agentes reais, nos limites das parcelas eleitorais que lhes dão sustentação, estão desconsiderando a evidência que

per si não alcançam a credencial para o exercício do mando político, reiterando seu jogo apenas pelo lado mais vazio das regras formais do jogo, seja pela mera manifestação de fé irredutível em si mesmo como o PT, seja pela sofisticada sonolenta que José Serra exhibe em nome do PSDB, apregoando as excelências de Covas para o derradeiro *round*. Posições, as duas que priorizaram desse modo a *lógica de partido*, em detrimento da finalidade da luta política pelo poder.

No que tange a comprometimentos na ordem crucial dessa transgressão, entre os partidos que ocupam a faixa da radicalidade burguesa, a única exceção é o PDT. Talvez, enquanto partido, até mais por suas debilidades do que por méritos eventuais, mas o fato é que seu candidato, desde o princípio da campanha e com ênfase crescente desde então, vem assinalando o sentido fundamental do embate, a natureza da luta travada, acentuando a imperiosa necessidade de impedir a reprodução do poder político da estrutura de dominação gerada em 64. Em nenhum momento, até aqui, Leonel Brizola tropeçou na correta relação entre poder e partido, explicitando inclusive com todas as letras que o acesso e o exercício do mando público só se viabiliza, para o conjunto e para uma das legendas que integram as chamadas forças progressistas, pela capacidade que tenham pronto para se articular e compor.

A inobservância das exigências imanentes da ordem verdadeira entre fins e meios está descaracterizando e enfraquecendo politicamente o conjunto partidário *na esquerda*, ressaltando com toda evidência, mais uma vez, a impropriedade com que a esquerda brasileira em geral conduz seus passos, mesmo quando o desafio é muito claro e extremamente nítido o rumo que deveria ser tomado, tal como se dá na sucessão presidencial em curso.

Diante do parâmetro indiscutível de visar a desmontagem do sistema de dominação implantado desde o golpe de 64, em vias de reprodução pela candidatura extremamente forte de Collor de Mello,

e dada a fraqueza e parca organicidade da faixa partidária à esquerda, a *confluência eleitoral* sobre uma única candidatura dessa natureza, resultante de entendimento político compenetrado, é o desaguadouro lógico e responsável para o quadro dilemático que há meses está configurado, a equação à altura das demandas de realidade que, no entanto, não sensibilizaram, nem mais sensibilizarão, para vergonha dela e infelicidade de todos, a maioria dos partidos *na esquerda*, sejam quais vierem a ser os resultados que em poucos dias de todos serão conhecidos.

A *confluência eleitoral na esquerda* teria proporcionado não apenas a garantia de um candidato desse círculo no turno final, o que há dias esteve seriamente exposto a perigo, quando do lançamento debochado de Sílvio Santos, o que ressalta a grande fragilidade dessas candidaturas em separado, mas também estimulado o fortalecimento *qualitativo da candidatura sustentada pela conjunção dessas forças, dado que potencializaria os melhores atributos de cada uma delas, ao mesmo tempo que neutralizaria, ao menos em parte, seus aspectos mais débeis. Só a arrogância partidária mais pretenciosa pode dizer o contrário, manipulando abstratamente com o princípio da coerência e utilizando a arotimética escandalosa, em curso livre por alguns setores, que assegura que a soma só subtrai e que a subtração é que multiplica.*

Em concreto, a somatória não foi realizada, vale porêrem tomar consciência do que foi perdido e também porque a perda foi inevitável.

Cada um dos três candidatos, que de fato preenchem com seus partidos a extremidade do arco político do capital, expressa e representa conteúdos distintos e convergentes. Na distinção, são objetivamente parcelas de uma mesma lógica que, na confluência das partes, se integraliza, explicitando em concreto a figura real da radicalidade sociopolítica atualmente existente e operante, uma vez

que no cenário brasileiro prima pela ausência qualquer proposta e atuação política centrada na perspectiva da lógica humano-societária do trabalho.

O panorama da luta atual pelo poder de estado desconhece, portanto, posições contrapostas pela afirmação e negação do capital e de sua forma de sociabilidade, de modo que PDT, PT e PSDB consubstanciam expressões na esquerda, e não de esquerda, cujos conteúdos marcantes interessa enumerar.

O PDT traz à cena política as dimensões do *popular* e do *nacional*, o PT a parte mais dinâmica do *movimento sindical* e o PSDB principalmente os *setores médicos* e algo do *círculo empresarial*. É a partir dessa representatividade particular que cada um deles se auto-projeta como representante universal do conjunto dos interesses da sociedade brasileira. Lançam-se enquanto tais, conflitam entre si, mas não alcançam a identificação pretendida, sejam quais forem as extensões de seus méritos reais, tolhidos pelo tamanho ainda maior de suas insuficiências igualmente verdadeiras.

O que importa, nesta passagem, não é tanto o detalhe das mazelas respectivas, mas a indicação da compatibilidade intrínseca dos melhores conteúdos das três organizações partidárias e da expressão potencializada que assumiram, caso tivessem sido cuidadosamente combinados em um programa único dos partidos *na esquerda*.

Já foi remetido, nos parágrafos iniciais desta Parte III, à problemática das relações entre *evolução nacional* e progresso social, quando ficou dito que, nas condições de existência geradas pela *via colonial*, manifesta-se uma contraposição perversa entre esses dois processos, através da qual a primeira se afirma pela excludência do segundo, ao limite mesmo da nulificação social de vastos contingentes da população. esta remissão é suficiente para evidenciar a importância estrutural, na cena e no discurso políticos, dos problemas

relativos ao *popular* e ao *nacional*. A simples presença conjunta a articulada de ambos, numa plataforma partidária e eleitoral, constitui tomada de posição crítica e combativa em face de um dos eixos fundamentais que sintetizam a crueldade da estruturação da sociabilidade brasileira. Relacional programaticamente o *nacional ao popular*, é se contrapor à fereza do processo histórico brasileiro, que vem gestando a *identidade nacional* exclusivamente pela dinâmica induzida do capital atrofico, no feitio de sua lógica autocrática. É contrariar e negar essa linha da *evolução nacional*, afirmando em seu lugar uma *identificação nacional* centrada no *estatuto popular*, isto é, no *progresso social*. Trata-se, em síntese, de uma propositura de inversão das polaridades sobre as quais podem ser organizados os atos constitutivos da malha social do país. Inversão de pólos no universo do capital, bem certo, que, todavia, fere seu ordenamento atrofico, na medida em que elgitima a transferência automática de sua caraga de insuficiências para os *ombros populares*, ao promover a inclusão do *parâmetro popular*. Ou seja rompe com a *exclusão* social do universo popular de necessidades, que tipifica os procedimentos do capital inconcluso e, ao contrário, *inclui o progresso social* como princípio legítimo e imperativo de ordenação nacional.

Que a estreiteza intelectual reinante só tenha sido capaz de enxergar unilateralmente, no princípio popular de ordenação nacional, economicismo nacionalista, pretensão a capitalismo nacional autônomo ou artimanha burguesa, não faz a menor diferença, a não ser para medir e efetivo interesse desse tipo a menor estrangulado de elaboração teórica pelo progresso social, especialmente quando desenvolvida em um país e num continente onde a *exclusão do progresso social* é o modo pelo qual se põe e repõe a civilização do capital atrofico.

O que importa, no entanto, para efeito da análise das eleições em curso, é que a propositura política que relaciona o popular ao

nacional, centrando a *identificação nacional* pelo *progresso social*, independentemente de suas viabilidades e vicissitudes, pela amplitude de seu contorno e pelo seu ponto de inflexão, combina e se ajusta sem qualquer dificuldades com outras dimensões positivas, presentes no círculo dos partidos situados *na esquerda* do arco político do capital.

Progresso social e combatividade sindical não são apenas confluente, mas se articulam como universalidade e particularidade. Enquanto o primeiro compreende uma infinidade de dimensões ou positivities virtuais, decorrentes da transformação e do desenvolvimento do país, irradiadas para o conjunto da sociedade, a segunda especifica benefício e beneficiário, concentrando esforços em favor das categorias sociais mais expostas à dominação e, no caso concreto, em grande medida *excluídas*. Ou ainda, a luta sindical, a luta cotidiana dos trabalhadores como auto-defesa e combate de sobrevivência, no interior da estruturação societária que tem por lógica sua redução ao aviltamento material e espiritual, é uma forma aguda e peculiar, básica, embora delimitada, de dar início ao levantamento dos andaimes com vistas à construção do progresso social em sua multilateralidade genérica.

Sendo assim, o encontro desses dois *conteúdos* ou dimensões programáticas favoreceria a ambos, pois, como princípio de ordenação, o que o *progresso social* exhibe em amplitude e diversidade, possui também, por sua generalidade, em *indeterminação*, ao inverso da natureza do movimento sindical, muito menos largo ou multidacético enquanto plataforma das progressões societárias, mas por isso mesmo muito nítido em seu *caráter bem determinado*. No caso, a afirmação do *progresso social*, como centro organizador da *identidade nacional*, francamente positiva em si, uma vez que contraria o eixo sobre o qual tem se processado até aqui o andamento do capital atrofico, ganharia em contorno e determinação, seria fortalecida

e especificada, teria estaqueado seu núcleo estruturante pelas energias e urgências do movimento sindical. Por outro lado, igualmente benéfico, o vetor sindical pela sua ponta mais evoluída ganharia politicamente os lineamentos de um projeto nacional, do qual até aqui é orfão.

Em outros termos, PT e PDT possuem em separado *porções* de força política e programática que não se equilibram por si, que só em conjunto perfazem uma figura sócio-politicamente estruturada, capaz de se impor como representante universal da sociedade brasileira. Isoladas uma da outra ficam expostas à impotência quando não à caricatura. O que vem a ser extremamente grave, em face de uma colocação, anteriormente feita, segundo a qual a ruptura com a *via colonial* de objetivação e reprodução do capitalismo não é uma empresa para o capital, mas uma tarefa para o trabalho.

É completamente imprópria qualquer contra-argumentação que venha no sentido de que toda essa consideração é desenvolvida no interior dos limites do capital, uma vez que se as duas candidaturas em causa estão programaticamente inseridas justamente nessas fronteiras, e é delas - pelos seus aspectos mais positivos - que aqui se fala.

Ademais, por se tratar de ação político-eleitoral no universo do capital, é preciso admitir que, por enquanto, o desenho está incompleto, que falta um protagonista do jogo sucessório situado *na esquerda* do arco partidário - o delicado protagonista que é o PSDB.

Esse terceiro componente da *confluência eleitoral na esquerda*, aqui em delineamento, é dos mais problemáticos, uma vez levado em conta sua gênese, composição e representatividade. Todavia, em sua fragilidade, é portador de clara significação, que não pode ser desconsiderada, quando se trata de armar um dispositivo eleitoral para vencer, tendo por propósito impedir a reprodução modernizada da herança de 64.

Grifar as origens peemedebistas dos tucanos é obrigatório, pois assinala com a força necessária a matriz *politicista que os articula, sobre a qual eles vêm se dedicando a tecer sem fim um manto uníxex, mais para tecnocrático do que para social-democrata, independentemente de suas mais acarinhadas intenções. Aliás, sua autoimagem é reveladora: tomam-se por cenáculo da inteligência e mais parecem uma dispendiosa equipe de assessores, pretendem-se o paradigma das instituições partidárias e mais se assemelham a uma coligação parlamentar transitória.*

Contudo, mais pelas debilidades do que por suas virtudes, atraem um segmento populacional numeroso, que se identifica com suas indefinições e ambigüidades e também com seu ar pretencioso e arrigante. Mas, no faz-de-conta da existência dos setores médicos, onde prudência e serenidade são cada vez mais as máscaras da tibieza e da hipocrisia, ponderação e racionalidade os disfarces da mesquinhez e do arrivismo, há algumas verdades. A primeira é que as máscaras e os disfarces são antes papéis societários do que opções pessoais voluntárias, figurações necessárias no legítimo teatro de absurdos do capital. A segunda e decisiva é que a multidão assalariada das classes médias é o suporte da criação, emprego e difusão dos saberes técnico-científicos e dos valores culturais, que perfazem as engrenagens da produção e reprodução materiais e da desprodução espiritual do mundo contemporâneo. A terceira, em suma, é que por seu número e peso, até mesmo por suas ambigüidades reais e ideais, dão corpo a um significado sócio-político, cujas afinidades com uma identificação nacional regida pelo progresso social são nítidas, por mais que estilos e procedimentos possam afastá-las da rispidez do embate sindical e mais ainda do clamor inorgânico dos excluídos.

Desse perfil potencial de uma confluência eleitoral na *esquerda*, traçado pelos melhores e mais significativos conteúdos do PDT,

PT e PSDB, emerge um contorno programático consistente e, sem dúvida, passível de plena exercitação prática, que lamentavelmente não veio a emergir no processo sucessório real, apesar da evidência de sua propriedade e factibilidade. Pior ainda, nada semelhante a isso pode se afirmar plenamente, desde logo porque o confronto interpartidário atirou em grande medida os três partidos para a ribanceira dos procedimentos psico-sociais, cada qual procurando envergar um estereótipo que o demarcasse na preferência do eleitor.

Convém ponderar que o esboço programático traçado não poderia ser o resultado somente de entendimentos de gabinete. É preciso ultrapassar a mesquinhez com que a idéia de negociação é alardeada. Em qualquer forma de conviniência, a prática da negociação tem seu lugar garantido, uma vez que não seja desnaturada em panacéia universal ou fonte exclusiva de decisões. No caso, delineada a plataforma através de iniciativa interpartidária, sua exercitação pública a conduziria a níveis mais ricos e desenvolvidos de significados, em todos os âmbitos temáticos de que fosse integrada. Ou seja, a própria campanha seria, em última análise, o processo de usinagem dos objetivos comuns, pelos quais os esforços igualmente conjugados travariam a guerra pelo poder.

Muito do que se está assistindo de gravemente defeituoso teria sido evitado, pois a campanha não descambaria, como praticamente descambou, para a simples catação de votos, propiciando, ao contrário, a oportunidade rara para tentar elevar os padrões de reflexão política de amplos contingentes populares. Ao mesmo tempo, os partidos não teriam se amesquinhado pela redução a simples legandas eleitorais, mais ou menos sofisticadas, a dispositivos de arrecadação de votos quase a qualquer custo, que vão mudando suas vozes de acordo com as flutuações mais primitivas do eleitorado, em vez de o impulsionar pelo esclarecimento e pela mobilização razoavelmente fundamentada.

Mas, não apenas sob o aspecto de entidades obrigadas a informar e orientar, a exercer, em suma, um papel *político-pedagógico*, que os partidos em questão se expuseram, em graus distintos, à merecida censura durante os embates do primeiro turno que estão chegando ao fim. Em verdade, ao não terem perfilado uma confluência eleitoral *na esquerda*, deixaram de exercer o papel fundamental dos partidos políticos, qual seja o de formular a equação eficiente de poder para as demandas objetivas dos setores sociais que pretendem representar. Em outros termos, um partido político se afirma autenticamente enquanto tal na medida em que pela realização da melhor das análises de realidade, seja capaz de dirigir suas ações como meios de efetivação, a mais próxima possível, dos conteúdos projetados pelas necessidades imediatas e virtualidades gerais das categorias societárias que assume, em tese, por parâmetro e base de apoio. É o que credencia o partido como instrumento legítimo de atuação política, na relação sempre complexa, mas fundamental, entre o plano social e o político, pois a completa dissolução deste laço, ao limite impossível no movimento real, é o rebaixamento da política aos piores aspectos de um mero jogo, na esfera ideal.

A gravidade do abandono dessa função essencial, indiretamente examinado mais atrás, quando foi apontada a forma subversora como, especialmente o PT e o PSDB, vem desatendendo a relação entre poder e partido, torna-se extremamente visível ao se tomar em conta que, dentro de poucas semanas, na abertura do segundo turno, haverá uma corrida desesperada e frenética por adesões e apoios. Seja quem venha a ser o segundo colocado, ele terá se classificado com algo em torno de 15% dos sufrágios, um cacife incontornavelmente irrisório para enfrentar o desafio collorista, que estará com alguma coisa próxima do dobro e ostentando a aura do primeiro colocado.

Será a vez da ansiedade agônica por composições, cuja propriedade e validade terão sido negadas até às vésperas, a ocasião da tentativa mágica de converter hostilidades grosseira e estúpida em fraternidade entusiástica. Onde só havia diferenças pretensamente antagônicas serão descobertas afinidades substanciais. Não será, por certo, o mais belo dos espetáculos, nem o melhor dos exemplos de conduta política, mesmo contando que haverá algum bom senso e inclusive alguma generosidade, uma vez que restará o fato irremovível de que, em um dos dois momentos, alguém terá simplesmente mentido ou abusado do uso taticista da linguagem, senão todos.

Que a estreiteza intelectual reinante só tenha sido capaz de enxergar unilateralmente, no princípio popular de ordenação nacional, economicismo nacionalista, pretensão a capitalismo nacional autônomo ou artimanha burguesa, não faz a menor diferença, a não ser para medir e efetivo interesse desse tipo a menor estrangulado de elaboração teórica pelo progresso social, especialmente quando desenvolvida em um país e num continente onde a *exclusão do progresso social* é o modo pelo qual se põe e repõe a civilização do capital atrofico.

O que importa, no entanto, para efeito da análise das eleições em curso, é que a propositura política que relaciona o popular ao nacional, centrando a *identificação nacional* pelo *progresso social*, independentemente de suas viabilidades e vicissitudes, pela amplitude de seu contorno e pelo seu ponto de inflexão, combina e se ajusta sem qualquer dificuldades com outras dimensões positivas, presentes no círculo dos partidos situados *na esquerda* do arco político do capital.

Progresso social e combatividade sindical não são apenas confluente, mas se articulam como universalidade e particularidade. Enquanto o primeiro compreende uma infinidade de dimensões ou positivities virtuais, decorrentes da transformação e do desenvol-

vimento do país, irradiadas para o conjunto da sociedade, a segunda especifica benefício e beneficiário, concentrando esforços em favor das categorias sociais mais expostas à dominação e, no caso concreto, em grande medida *excluídas*. Ou ainda, a luta sindical, a luta cotidiana dos trabalhadores como auto-defesa e combate de sobrevivência, no interior da estruturação societária que tem por lógica sua redução ao aviltamento material e espiritual, é uma forma aguda e peculiar, básica, embora delimitada, de dar início ao levantamento dos andaimes com vistas à construção do progresso social em sua multilateralidade genérica.

Sendo assim, o encontro desses dois *conteúdos* ou dimensões programáticas favoreceria a ambos, pois, como princípio de ordenação, o que o *progresso social* exhibe em amplitude e diversidade, possui também, por sua generalidade, em *indeterminação*, ao inverso da natureza do movimento sindical, muito menos largo ou multidacético enquanto plataforma das progressões societárias, mas por isso mesmo muito nítido em seu *caráter bem determinado*. No caso, a afirmação do *progresso social*, como centro organizador da *identidade nacional*, francamente positiva em si, uma vez que contraria o eixo sobre o qual tem se processado até aqui o andamento do capital atrofico, ganharia em contorno e determinação, seria fortalecida e especificada, teria estaqueado seu núcleo estruturante pelas energias e urgências do movimento sindical. Por outro lado, igualmente benéfico, o vetor sindical pela sua ponta mais evoluída ganharia politicamente os lineamentos de um projeto nacional, do qual até aqui é orfão.

Em outros termos, PT e PDT possuem em separado *porções* de força política e programática que não se equilibram por si, que só em conjunto perfazem uma figura sócio-politicamente estruturada, capaz de se impor como representante universal da sociedade brasileira. Isoladas uma da outra ficam expostas à impotência quando

não à caricatura. O que vem a ser extremamente grave, em face de uma colocação, anteriormente feita, segundo a qual a ruptura com a *via colonial* de objetivação e reprodução do capitalismo não é uma empresa para o capital, mas uma tarefa para o trabalho.

É completamente imprópria qualquer contra-argumentação que venha no sentido de que toda essa consideração é desenvolvida no interior dos limites do capital, uma vez que se as duas candidaturas em causa estão programaticamente inseridas justamente nessas fronteiras, e é delas - pelos seus aspectos mais positivos - que aqui se fala.

Ademais, por se tratar de ação político-eleitoral no universo do capital, é preciso admitir que, por enquanto, o desenho está incompleto, que falta um protagonista do jogo sucessório situado *na esquerda* do arco partidário - o delicado protagonista que é o PSDB.

Esse terceiro componente da *confluência eleitoral na esquerda*, aqui em delineamento, é dos mais problemáticos, uma vez levado em conta sua gênese, composição e representatividade. Todavia, em sua fragilidade, é portador de clara significação, que não pode ser desconsiderada, quando se trata de armar um dispositivo eleitoral para vencer, tendo por propósito impedir a reprodução modernizada da herança de 64.

Grifar as origens peemedebistas dos tucanos é obrigatório, pois assinala com a força necessária a matriz *politicista que os articula, sobre a qual eles vêm se dedicando a tecer sem fim um manto unixex, mais para tecnocrático do que para social-democrata, independentemente de suas mais acarinhadas intenções. Aliás, sua autoimagem é reveladora: tomam-se por cenáculo da inteligência e mais parecem uma dispendiosa equipe de assessores, prrrtendem-se o paradigma das instituições partidárias e mais se assemelham a uma coligação parlamentar transitória.*

Contudo, mais pelas debilidades do que por suas virtudes, atraem um segmento populacional numeroso, que se identifica com suas indefinições e ambigüidades e também com seu ar pretencioso e arrgante. Mas, no faz-de-conta da existência dos setores médicos, onde prudência e serenidade são cada vez mais as máscaras da tibi-eza e da hipocrisia, ponderação e racionalidade os disfarces damedes-quinhez e do arrivismo, há algumas verdades. A primeira é que as máscaras e os disfarces são antes papéis societários do que opções pessoais voluntárias, figurações necessárias no legitimo teatro de absurdos do capital. A segunda e decisiva é que a multidão assalariada das classes médias é o suporte da criação, emprego e difusão dos saberes técnico-científicos e dos valores culturais, que perfazem as engrenagens da produção e reprodução materiais e da desprodução espiritual do mundo contemporâneo. A terceira, em suma, é que por seu número e peso, até mesmo por suas ambigüidades reais e ideais, dão corpo a um significado sócio-político, cujas afinidades com uma identificação nacional regida pelo progresso social são nítidas, por mais que estilos e procedimentos possam afastá-las da rispidez do embate sindical e mais ainda do clamor inorgânico dos excluídos.

Desse perfil potencial de uma confluência eleitoral na *esquerda*, traçado pelos melhores e mais significativos conteúdos do PDT, PT e PSDB, emerge um contorno programático consistente e, sem dúvida, passível de plena exercitação prática, que lamentavelmente não veio a emergir no processo sucessório real, apesar da evidência de sua propriedade e factibilidade. Pior ainda, nada semelhante a isso pode se afirmar plenamente, desde logo porque o confronto interpartidário atirou em grande medida os três partidos para a ribanceira dos procedimentos psico-sociais, cada qual procurando envergar um estereótipo que o demarcasse na preferência do eleitor.

Convém ponderar que o esboço programático traçado não poderia ser o resultado somente de entendimentos de gabinete. É preciso ultrapassar a mesquinhez com que a idéia de negociação é alardeada. Em qualquer forma de conviniência, a prática da negociação tem seu lugar garantido, uma vez que não seja desnaturada em panacéia universal ou fonte exclusiva de decisões. No caso, delineada a plataforma através de iniciativa interpartidária, sua exercitação pública a conduziria a níveis mais ricos e desenvolvidos de significados, em todos os âmbitos temáticos de que fosse integrada. Ou seja, a própria campanha seria, em última análise, o processo de usinagem dos objetivos comuns, pelos quais os esforços igualmente conjugados travariam a guerra pelo poder.

Muito do que se está assistindo de gravemente defeituoso teria sido evitado, pois a campanha não descambaria, como praticamente descambou, para a simples catação de votos, propiciando, ao contrário, a oportunidade rara para tentar elevar os padrões de reflexão política de amplos contingentes populares. Ao mesmo tempo, os partidos não teriam se amesquinhado pela redução a simples legandas eleitorais, mais ou menos sofisticadas, a dispositivos de arrecadação de votos quase a qualquer custo, que vão mudando suas vozes de acordo com as flutuações mais primitivas do eleitorado, em vez de o impulsionar pelo esclarecimento e pela mobilização razoavelmente fundamentada.

Mas, não apenas sob o aspecto de entidades obrigadas a informar e orientar, a exercer, em suma, um papel *político-pedagógico*, que os partidos em questão se expuseram, em graus distintos, à merecida censura durante os embates do primeiro turno que estão chegando ao fim. Em verdade, ao não terem perfilado uma confluência eleitoral *na esquerda*, deixaram de exercer o papel fundamental dos partidos políticos, qual seja o de formular a equação eficiente de poder para as demandas objetivas dos setores sociais que pre-

tendem representar. Em outros termos, um partido político se afirma autenticamente enquanto tal na medida em que pela realização da melhor das análises de realidade, seja capaz de dirigir suas ações como meios de efetivação, a mais próxima possível, dos conteúdos projetados pelas necessidades imediatas e virtualidades gerais das categorias societárias que assume, em tese, por parâmetro e base de apoio. É o que credencia o partido como instrumento legítimo de atuação política, na relação sempre complexa, mas fundamental, entre o plano social e o político, pois a completa dissolução deste laço, ao limite impossível no movimento real, é o rebaixamento da política aos piores aspectos de um mero jogo, na esfera ideal.

A gravidade do abandono dessa função essencial, indiretamente examinado mais atrás, quando foi apontada a forma subversora como, especialmente o PT e o PSDB, vem desatendendo a relação entre poder e partido, torna-se extremamente visível ao se tomar em conta que, dentro de poucas semanas, na abertura do segundo turno, haverá uma corrida desesperada e frenética por adesões e apoios. Seja quem venha a ser o segundo colocado, ele terá se classificado com algo em torno de 15% dos sufrágios, um cacife incontornavelmente irrisório para enfrentar o desafio collarista, que estará com alguma coisa próxima do dobro e ostentando a aura do primeiro colocado.

Será a vez da ansiedade agônica por composições, cuja propriedade e validade terão sido negadas até às vésperas, a ocasião da tentativa mágica de converter hostilidades grosseira e estúpida em fraternidade entusiástica. Onde só havia diferenças pretensamente antagônicas serão descobertas afinidades substanciais. Não será, por certo, o mais belo dos espetáculos, nem o melhor dos exemplos de conduta política, mesmo contando que haverá algum bom senso e inclusive alguma generosidade, uma vez que restará o fato irremoví-

vel de que, em um dos dois momentos, alguém terá simplesmente mentido ou abusado do uso taticista da linguagem, senão todos.

De qualquer modo será uma tentativa de composição feita às pressas, no afogadilho do escoamento célere dos poucos dias disponíveis, sem estruturação e maturação adequadas. Será o improvisismo na balbúrdia de lances cuja sedimentação permanecerá uma incógnita; frágeis sob todos os aspectos, especialmente porque não depurados e enriquecidos pelo exercício público de os submeter democraticamente aos verdadeiros interessados - os eleitores.

Mais ainda, será uma aglutinação, maior ou menor, de força em torno de uma figura escolhida mais pelo *acaso* do que pelo exame consciencioso, que permitiria a indicação do politicamente mais apropriado (por ele próprio, pela correlação de forças e pelas condicionantes em geral do momento), uma vez que as sondagens de opinião vêm facultando a certeza de que as diferenças, entre o que passará ao turno final e os outros dois que ficarão de fora, serão de pequena monta ou até mesmo politicamente insignificantes. O que acentua a irresponsabilidade partidária salienta, fazendo, perceber que tudo, ou quase isso, se transformou numa *queda de braços* completamente fora de lugar, numa aposta rude e deliqüescente.

Acima de tudo, constituindo o critério decisivo, a gravidade da renúncia à função precípua das entidades partidárias vem à tona brutalmente com a evidência de que não existe nem a mais remota possibilidade de um governo estritamente petista, pedetista ou pesedebista. Qualquer um dos três candidatos da radicalidade política do capital, se eleito presidente, só poderá sustentar o mandato através de uma coligação e jamais se apoiado exclusivamente em seu próprio partido. Em conclusão, a postura partidária dominante durante a campanha eleitoral é exterior e inversa às exigências do objetivo que, por princípio, está perseguindo. Basta isso para termi-

nar dizendo que a postura partidária se resolveu em impostura política, tanto maior mais alardeada é sua intransigência.

Impostura ou impropriedade política extrema que convém trabalhar um pouco mais, no sentido de precisar um tanto a determinação dos fatores que tornaram impossível adotar a solução política mais adequada, posta objetivamente pela alternativa racional da confluência eleitoral *na esquerda*.

Um emaranhado de motivos históricos e razões teóricas impediram o reto procedimento político do círculo partidário *na esquerda*. Com isso foi perdida, antes de tudo, a possibilidade do empenho pela vitória através do dispositivo mais vigoroso e, portanto, que detinha a maior probabilidade de sucesso. Fora dele, qualquer resultado positivo conterà sempre uma parcela de *casualidade propícia*, de *acaso favorável* ou de *impoderabilidade afluyente* que traduzirá, na vitória surpreendente ou inesperada, os graves riscos corridos e a inaceitável irresponsabilidade política praticada. Razão pela qual compreender o encaminhamento falacioso que prevaleceu é essencial, até mesmo se não vier a ocorrer o pior, o desastre completo da reprodução civil da herança funesta de 64. Ou ainda, na vertente positiva, se algum representante da radicalidade burqueza assumir o poder, é vital que todos se compenetrem que o caminho, apesar de tudo inconsistente que o alçou, não poderá ser nunca a protoforma do exercício e da manutenção do poder conquistado.

De há muito o problema das coligações, frentes ou composições partidárias fixou-se como ponto central da história política brasileira. Prática e teoricamente é em torno dessa questão que têm girado as equações de poder, bem ou mal sucedidas. Que as alianças políticas sejam um fenômeno universal, não é obviamente o que se está ressaltando, mas a experiência vivida de que, no quadro nacional, elas sejam praticamente a forma compulsória para o exercí-

cio do mando estatal. Abstraia a Velha República do Partido Republicano, que se articulava, aliás, por meio das alianças entre os governadores, nunca mais o país conheceu um partido político capaz de dispensar o respaldo de outras agremiações para galgar o poder e exercê-lo.

A decifração completa dessa esfinge está por fazer e compreenderia a elaboração essencial de mais de cinquenta anos de história, mas não é fora de medida nem desprovido de fortes indicadores afirmar que essa impotência partidária está estreitamente vinculada à própria impotência imanente ao capital atrofico, incapaz de projetar a si mesmo como representante universal das categorias societárias brasileiras. É o que o leva a ser e a se mover sempre como uma particularidade, no próprio interior do universo que se põe pela sua lógica, e nele se afirmar como *parte autocrática*.

Ademais, particularidade fragmentada, cuja unificação, árdua desde o início, é cada vez mais difícil e penosa, na medida em que a malha econômica nacional vai se complexificando, acolhendo e diferenciando vetores e seus interesses correspondentes, como por exemplo o tripé formado pelo capital privado nacional e estrangeiro e pelo capital estatal. além disso, há que agregar também a diferenciação promovida, em decorrência, no âmbito das classes subalternas, desde o assalariado de alta estirpe até o rebanho de párias.

Não tem cabido nessa moldura grandes partidos, fortes e estáveis, aptos a projetar uma identificação nacional efetivamente integradora dos diversos personagens societários brasileiros. Em seu lugar, nos momentos incisivos, têm se formado os *conglomerados* de múltiplos interesses, tendências e extrações, que se esgotam tão logo são atingidos ou ultrapassados os objetivos que os moldam.

De toda forma, seja debaixo de uma única sigla, seja pela via mais densa e coerente da articulação de legendas, o fato é que as *alianças* políticas vêm se constituindo na chave mestra do acesso e

ocupação do poder político. Talvez por isso mesmo a *aliança política* acumulada sobre si virtudes e pecados que embaraçam a não poucos, especialmente aos produtores de idéias políticas, em particular muitos dos que se situam *na esquerda* e tanto outros que se afirmam *de esquerda*.

Em tempos recentes, os embaraçados por obra e graça dos demônios nacionais, se viram reforçados em suas instituições por eventos como a Campanha das Diretas, a Aliança Democrática e a desagregação em curso do PMDB. *Reforçados* é o termo, pois suas convicções são muito mais antigas e arraigadas, dado que velhas pelo menos de quase trinta anos, já que se esboçaram nos limites do golpe de 64.

Às vésperas da intervenção militar, espalhando-se depois grande desentonação, brotou restritamente uma atitude de inconformismo e repulsa à prática política da esquerda tradicional, cuja fórmula de atuação estava centrada sobre a celeberrima *aliança de classes* que, apesar de clivagens importantes quanto a concepções e objetivos, redundava sempre pela condução do PCB numa política conciliadora e caudatária.

A reação de caráter eminentemente prático, ainda que nem sempre vinculada aos pequenos agrupamentos que então afloravam, tinha por referência principal a carência de radicalidade do movimento operário, entendida como embotamento derivado da subserviência dos comunistas à burguesia e a seus governos. Desse modo e num movimento crítico pouco matizado, o *direitismo* do PCB é identificado à *política de frente* e, curto-circuito as mediações, o combate aos então chamados *desvios de direita* se reduz praticamente à *excomunhão das alianças políticas* em geral. Tudo parece se dar por um anseio legítimo, ainda que confuso e teoricamente desamparado, de maior e adequada radicalidade, e sempre por invocação genérica à dinâmica própria da classe trabalhadora. Nos primeiros passos

desse itinerário, tudo está cifrado em suplantar a irremediável atuação pecebista, *recuperando com isso supostamente os verdadeiros caminhos revolucionários, dados como sabidos e evidentes e que não são postos em dúvida. Em suma, naqueles primeiros momentos, tudo é muito prático e pouco refletido; a teoria não ocupa, como sempre no Brasil, muito espaço nem exerce muita atração, mesmo porque lineamentos genéricos do marxismo, na pobreza em geral com que são compreendidos, continuam a ser a parametração da conduta ideológica.*

Os primeiros textos teóricos, diretamente moldados a partir de um desenvolvimento dessa temática, serão publicados pouco depois da estabilização do primeiro governo militar, já a braços portanto com uma dupla problemática, que pode ser resumida numa frase bem curta: a questão da esquerda no interior da diversidade da ditadura.

Daí para frente, no intervalo de alguns anos, com plena expressão na década de 70, será a incorporação e a multiplicação de um conjunto de temas e facetas que pretenderão constituir o desenho teórico do caso brasileiro, numa tranfiguração cabal, portanto, das características do processo em suas origens mais remotas.

Ressultou, ao cabo de todo esse tempo, uma produção numerosa e complexa, com muitas ramificações e não poucas modulações ou até mesmo vertentes, que compõem, decerto, no panorama intelectual brasileiro, uma de suas fases influentes e volumosas, a ponto de ser hoje praticamente o arcabouço dominante da reflexão nacional.

Seria impossível, se não absurdo, pretender enfrentar aqui com alguns poucos parágrafos esse conjunto de idéias, que hoje molda o pensamento do país, da imprensa à academia, do teatro aos partidos políticos, numa irradiação tão generalizada que chega a ser divertido observar muitas das polêmicas que são tracadas, pois seus

contendores, nesses casos, são transparentemente frutos da mesma horta de idéias. Em verdade, está mais do que na hora de estimular o surgimento de um movimento crítico, que enfrente sistematicamente a necessidade de levantar a devida contraposição a esse caudal quase que incontrastado. Há que advertir que será uma batalha árdua em condições muito adversas, pois até mesmo os espaços mínimos para tentar a empreitada terão quer ser conquistados através de luta obstinada, tal a impregnação hoje de todos os recintos pelo espírito daquela vaga.

Contudo, para satisfazer as exigências relativas à análise da sucessão presidencial, é preciso adiantar alguns críticos, poucos e diretamente relacionados àquele andamento. Para esse efeito, interessa assinalar que o edifício teórico em causa, quando mais eminentemente teórico foi se tornando, numa completa reconfiguração das características que possuía em suas procedências práctico-políticas mais remotas, tanto menos proximidade foi mantendo com o universo marxista de idéias que, em suas origens, constituía bem ou mal sua linha de referência. De tal sorte que, no quarto de século compreendido pelo processo, uma questão práctico-política - que só tem sentido real na esfera das indagações marxistas, paulatinamente ganhou por resposta uma equação teórica divorciada do pensamento marxiano. Todavia, esse divórcio não significou uma separação da política, uma vez que o caráter eminentemente teórico do percurso nunca assumiu a forma de uma recusa da prática, nem renunciou durante muito tempo à aura marxista (o que criou enormes confusões), só o fazendo muito mais recentemente, já sob o influxo das vagas internacionais da “morte de Marx”.

É nesse quadro, tão sumariamente pincelado, que interessa aludir a certas teorias que pretendem ser o retrato de corpo inteiro da problemática brasileira. Ou melhor, àquilo que resultam ser suas expressões concentradas, enquanto sedimentos vetorias norteadores da

prática política. Dito de outro modo, interessa compreender a resultante prática da larga teorização efetuada, que deslocou uma questão da esquerda para uma solução na esquerda, e de uma forma radicalmente insatisfatória e problemática.

Deixo enfatizado ao máximo que não me refiro aqui a autores (mesmo porque alguns são amigos), mas pretendo sacudir algumas idéias e teorias que enquanto tais, uma vez postas, ficam expostas à crítica pública. Com essa ressalva, que pretende evitar melindres e a réplica escapista que converte questões teóricas e políticas em problemas pessoais, permitindo-me a ironia áspera de afirmar que o resumo da elaboração intelectual referida é o *quadrúpede teórico* formado pelas teorias da *dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade.*

Torno a repetir que não é este o lugar para fazer o exame urgente dessas teorias, processando assim sua desconstrução, mas é imprescindível identificar seus coágulos práticos, indigitando com isso seus efeitos políticos.

A *teoria da dependência* nasceu de uma lacuna ou insuficiência teórica real e muito grave, mas acabou por escavar um fosso teórico ainda maior. A reflexão que a antecedeu, concernente às relações econômicas internacionais do país, tinha por comtorno o complexo fenomênico do imperialismo, porém mentalizado predominantemente sob forma linear e unilateral. Em poucas palavras, as intrincadas relações do capitalismo mundial, - vazadas pela trama desigual entre elos ou segmentos econômicos subordinados e elos ou segmentos econômicos subordinados, que por suas interconexões perfazem a universalidade da lógica do capital, mas que por isso mesmo compreendem circuitos lógicos particulares, os quais, pelas suas determinações inerentes, geram figurações distintas e sucessi-

vas no tempo de seu desenvolvimento e concomitante complexificação -, eram reduzidas a um vínculo abstrato e uniforme, verdadeiramente unidimensional e de mão-única, através do qual a irradiação do pólo subordinante era responsabilizada sozinha por toda a determinação dissolvendo assim a legalidade específica do pólo subordinado, que caía desse modo na penumbra e na irresponsabilidade econômico-soietária e política. Isto é, o pólo subordinado acabava por ser desenhado como um epifenômeno evanescente. Em suma, o imperialismo era concebido como um princípio genérico e como tal aplicado na confecção analítica, ou seja, a “dialética” consistia em subsumir àquele princípio dados empíricos da invasão do capital externo, na crença de que com esse procedimento se realizava a sempre alardeada análise científica de realidade.

A rejeição crítica dessa exercitação teórica rudimentar, nos momentos germinais da teoria da dependência, pretendeu corretamente, ao menos na aparência, recuperar e entender a concreta existência do pólo subordinado em sua estruturação e dinâmica, para desvendar com isso sua natureza e as implicações dela decorrentes. Curiosa e sintomaticamente, à medida em que foi crescendo a elaboração intelectual projetada, ocorria uma inversão nos pesos conferidos aos pólos do problema originário. Quanto mais corpo ganhava a ormação econômica subalterna, com menos perfil ia ficando o outro extremo. De maneira que se repôs um movimento reflexivo abstrato e unilateral, somente que com os sinais trocados. Enquanto a reflkexão sobre o imperialismo no pré-64 fazia desaparecer da análise a formação subordinada, a nova perspectiva teórica operava a mágica de dar sumiço à irradiação das formação subordinantes e ao próprio nexu problemático da relação desigual entre as formações, esvaziando o caráter dessa vinculação fundamental nas generalidades dos temas referentes à internacionalização do capital. Que isso tenha ocorrido através de medições como, por exemplo, levar o fenômeno da dependência a trafegar para o fenômeno da interde-

pendência, e também por meio do paulatino afastamento dos parâmetros analíticos marxianos e da adoção simultânea de outras vertentes, são inflexões muito importantes que exigem, sem dúvida, exame detalhado, mas que, vale repetir, aqui não é proposto nem o poderia ser. O que não impede, todavia, a constatação dessas ocorrências, bem como o registro grifado de que a teoria da dependência terminou por ser uma pirueta conceitual, que dissolveu a possibilidade de traduzir teoricamente o laço real que ata o país ao capitalismo mundial. As conseqüências daí geradas, para além da esfera representativa, são enormes e danosas, especialmente na perspectivação dos rumos econômicos, sociais e políticos que urge empreender.

Não há dúvida, a teoria vulgar do imperialismo era solidária com a fantasia do capitalismo nacional autônomo, entretanto, a aparentemente erudita teorias da dependência não ultrapassa também as fronteiras da ilusão, pois, em sua ingenuidade real, retorna a velha quimera do superimperialismo com suas expectativas de felicidade planetária, através da civilização racional do capital em duto com a perfectibilização dos processos representativos e operacionais do estado.

Porém, nesse rumo, não apenas a imperialização, ou seja, a relação desigual entre as entificações nacionais dos circuitos do capital, é suprimida, mas também, como acaba de ser aludido, a própria identidade do capitalismo enquanto forma societária erguida sobre a contradição estrutural entre capital e trabalho. Recuando léguas da melhor compreensão do modo de produção capitalista, este passa a ser entendido, em sua forma atual, simplesmente como a interatividade dos homens moldada pelo engenho tecnológico, cuja feição social passa a ser uma questão política.

Para bem compreender esse reducionismo regressivo, é preciso levar em conta que é constitutivo da teoria da dependência o olhar

representativo que desintrega a unidade humano-societária concretamente existente; golpe de vista que desfaz o sensível para “refazê-lo” a partir de *tipos-ideais*, oferecendoem lugar do *ser-precisamente-assim* das coisas, o rearranjo subjetivo dos fenômenos pulverizados.

Desse modo a *dependência* resulta apenas de uma construção mental, da qual não faz parte, por “deliberação científica”, a enervação condutora das desigualdades internacionais das nações. Do mesmo modo que é excluído o eixo de contraposição entre o trabalho vivo e o trabalho morto, isto é, a clivagem entre classes sociais, que são substituídas, nominalmente ou não, pela noção de *agentes, não mais submetidos a contradições*, mas apenas a *conflitos*, ou seja, figuras isoladas que por seus interesses particulares entram em choque, embora passíveis de ajustamento e coordenação pela via das regras públicas de conviniência, vale dizer, da ação política na comunidade do estado.

É de notar que nessa constelação teórica intervém uma característica operação dos procedimentos intelectuais assentados e prismados pelo estatuto do capital, - a eliminação da categoria da particularidade, pela violência de seu confinamento à mera existência fantasmática enquanto mediação formal. É através dessa amputação dos seres reais e de seus processos germinativos e reprotutivos que todas as exclusões referidas são postas em prática. Desde logo a eliminação das formas particulares do capitalismo, no caso em suas objetivações subordinante e subordinada, que por essas identificações expressam diferenças de *qualidades* no substrato universal do capitalismo, em claro contraste com os delineamentos da teoria da dependência que, retendo somente a universalidade do capitalismo como tipo-ideal, reduz as diferenças internacionais apenas a *graus* de propriedade ou impropriedade no desenvolvimento do capital, assemelhando-se com isso às antigas teses do desenvolvimento. Assim também a exclusão das classes, categorias parti-

culares da universalidade societária do capital; ou para exprimir o mesmo, lançando mão de um ponto de partida incomum - a universalidade do trabalho, quando então o capital e o conjunto de suas máscaras individuais se materializam como uma particularização do trabalho morto. E do mesmo modo ainda, quando o espaço público, a comunidade abstrata, é tomada como realidade não clivada, a não ser na infinitude das clivagens individuais, que remetem cada uma, enquanto pólo singular ao pólo da universalidade de todos os homens, o que fica de fora é justamente a particularidade da classe social, porção menor é diferenciada do conjunto inclusivo de todos os indivíduos, pela determinação da qual e só por ela cada individualidade é concretamente incluída na universalidade, cada um é posto na tensão dinâmica da relação fundamental entre indivíduo e gênero. Ou seja, nas sociedades clivadas, a classe é a mediação efetiva entre cada indivíduo e o gênero a que está formalmente subsumido, meio substantivo que decide a respeito desse pertencimento e resolve a forma de sua efetivação. Em última análise, é o meio selector que, de fato, inclui ou exclui, dá ou veda o acesso de cada um à comunidade humana.

A supressão intelectual dessa forma de existência, forma inco-tornável na sociedade de classes, é paradigmática para os processos em geral de liquidação da categoria da particularidade, e enquanto tal é o meio que permite o estabelecimento da fórmula convencional que remete direta e linearmente, um ao outro, indivíduo e sociedade, concebidos como extremidades autônomas e extrínsecas, quando não excludentes. Plataforma ideal para sustentar a independência entre o plano econômico-societário da produção da vida, reduzido aos limites tacanhos do egoísmo racional, e o plano político, reafirmando em sua simplicidade de vontade ativa, cuja ordenação não pode ser oferecida senão pelo antigo coágulo metafísico encerrado na idealidade do “homem justo e racional”.

É sobre esse mesmo fundamento que se ergue logicamente a aspiração e a luta pela *democracia*, o que significa que esta é projetada sobre a diluição de sua rigorosa determinação enquanto efetiva *liberdade limitada*. É mais uma vez a amputação da particularidade, agora em pleno terreno político, fazendo coincidir a emancipação pública específica de uma dada forma de sociabilidade com a noção de liberdade propulsionada para a atmosfera de sua universalidade indeterminada, ou seja, promovendo uma expansão puramente de uma entificação histórica.

Trata-se, em verdade, do cancelamento da natureza política da democracia, tornando a democracia a identidade da liberdade; ou, por outro lado, do cancelamento da democracia como plenitude da forma do poder de estado, tornando a política a identidade da liberdade; do que resulta uma tríplice identificação: democracia = política = liberdade. Apenas sob este silogismo é que a democracia é uma universalidade, mas então ela é somente a universalidade de um logo, porque restringida a um conjunto de regras formais. O que, de fato, ela não é enquanto emancipação pública particular e real, uma vez que como tal é muito mais do que uma forma, por ser substantivamente a liberdade da propriedade privada, razão porque democracia e mercado (livre concorrência) são momentos de uma unidade social concreta.

Porém, o que importa aqui é a tríplice identidade entre liberdade, política e democracia, isto é, a democracia desembaraçada de seu *ser-precisamente-assim* particular e por esse meio erigida em padrão, a um tempo genérico e insuperável de política igualada à liberdade, o que lhe confere a condição de arquétipo.

É justamente o arquétipo democrático ou a democracia como critério de verdade que faculta a edificação da *teoria do autoritarismo*, esse segundo tipo-ideal que integra o quadrilátero teórico aqui submetido a uma rápida descrição crítica.

A atividade conceitual, que erige a categoria puramente representativa do *autoritarismo*, combina no fundamental duas operações mentais. A primeira secciona e autonomiza o *círculo político* do entrelaçado de todos os outros circuitos que amalgamam a existência societária concreta, em especial e radicalmente da malha fundante do produção e reprodução da vida. Não é um procedimento original ou inovador nem por isso menos eficiente ou supérfluo. Por seu efeito homo-geneizador é momento imprescindível para tornar inspecíficas as formas de dominação política, ou seja, é a maneira de transitar para coagulações abstrativantes que possam deslizar, sem impedimentos formais, sobre o leque das peculiaridades distintas de formações sociais diversamente objetivadas em suas características. Que isso impeça a efetiva apropriação intelectual de cada caso concreto não é nenhuma dificuldade para esse tipo de postura teórica, uma vez que não pretende que as abstrações configuradas correspondam a alguma realidade enquanto tal, mas apenas que sejam instrumentos subjetivos de aproximação cognitiva, sendo que nisto mesmo se esgota para ela todo o conhecimento possível.

A segunda operação realiza um enquadramento classificatório, partindo do paradigma da democracia. Por definição negativa, no pólo simétrico à democracia, aparece o *totalitarismo* como expressão pronta e acabada de sua negação absoluta, e o *autoritarismo* como uma figura intermediária, desprovida enquanto tal de partes e, procedimentos básicos do perfil democrático, sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é do formato totalitário. Assim, o *autoritarismo* é a voz abstrata que denomina os quadros em geral de carência democrática, a falta decisiva, ainda que parcial, de franquias públicas. Ou seja, enquanto o *autoritarismo* é a atrofia ou a ausência, em graus diversos, de liberdade política, o *totalitarismo* é o regime do terror contra o indivíduo, movido pelo estado policial, que concentra em si todos os poderes e através deles exerce todos os controles sociais.

Que o *totalitarismo* seja, logicamente, o produto conceitual de uma definição pela negação, bem como o *autoritarismo* uma modulação reduzida e suavizada do mesmo, e ambos, portanto, não mais do que os feitos de uma contraposição ao paradigma da democracia, é tão transparente que basta lembrar a determinação do estado democrático ou liberal: a sociedade política de direito, cujo poder difuso se manifesta por controles sociais pluralistas.

Tão claros quanto seus passos teóricos constitutivos são as conseqüências político-práticas da teoria do autoritarismo; em verdade, elas são resultantes tautológicas de seus pressupostos. E não é surpreendente que assim seja,, uma vez que o critério de verdade - o paradigma democrático - é simultaneamente e *a priori* a finalidade da consecução prática pretendida. Assim, o propósito político rege os meios analíticos (o valor como critério de construção do tipo-ideal), que não precisam, desse modo, ultrapassar o nível das redundâncias, no jogo de suas abstrações que só reiteram a si mesmas, elaborando não mais do que um mero discurso justificativo.

Jogo e discurso, todavia, perversos, uma vez que impedidos, pelo seu próprio estatuto, de se alçarem sequer à interrgação efetiva pelas condições de possibilidades da objetivação da democracia, não só porque seu arquétipo repousa sobre o “homem justo e racional”, o que torna a questão pretensamente sem sentido, como também porque seus apetrechos de análise são impotentes para uma empreitada dessa ordem, já que obrigatoriamente ignoram por completo as exigências da lógica da concreção (o caminho de volta”, a rota da verdadeira cientificidade - que vai do abstrato ao concreto, ao qual Marx se refere em plena maturidade). Isto expõe a pior das conseqüências da teoria do autoritarismo, a velatura com que encobre a natureza das formas de dominação política que pretende identificar, pois só diz o que elas *não são*, sendo incapaz de oferecer a determinação *do que sejam*. Em conseqüência, por suas generalidades é igualmente incompetente para assinalar a direção e os meios de ul-

trapassagem, em cada caso concreto, das configurações em que é aguda a restrição à liberdade política.

Todavia, é preciso ressaltar que, para além das ilações práticas das teorias da dependência e do autoritarismo, os descaminhos do processo sucessório atual contam ainda com o respaldo de uma tese mais antiga e de efeito ainda mais funesto, por todos conhecida como a *teoria do populismo*.

Velha de uma quarto de século, a *teoria do populismo*, mais do que qualquer outra das que integram o quarteto teórico dominante, é diretamente responsável pelo desatino da maioria dos posicionamentos daqueles que - pessoas ou organizações políticas - pensam e querem firmar opções e atitudes *de* ou *na esquerda*. O peso que recai sobre ela não é uma casualidade. Primeira a brotar do clima de repúdio à atuação desfigurante da esquerda tradicional no pré-64, a teoria do populismo nasceu como a própria encarnação do espírito que operou rusticamente a identificação entre os atrelamentos caudatários do PCB e as equações táticas do frentismo ou das coalisões partidárias. Para a *crítica do populismo*, apesar de uma certa sublimação conceitual, a diversidade dessas questões desapareceu e restou quase que somente uma espécie de sinonímia, que expressava por qualquer dos lados o diapasão da política dolosa. crime contra a independência e as perspectivas dos trabalhadores, embaídos que eram no seu absorvimento às rotas de afirmação do capital industrial.

De fato, em suas origens e nates do cabamento de seu formato por contornos de natureza politicista, a teoria do populismo teve pretensões históricas, tanto no plano analítico como em seu aroma doutrinário. Abstraídas influências e confluências com a sociologia hispano-americana (Gino Germani, Torcuato Di Tella Etc.), que reforçaram seu tempero formalista, a *crítica do populismo* pretendeu nada menos do que se alçar à condição de teoria do desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1964. Interpretação, ademais, que se apresenta-

va como forjada pelo prisma da *radicalidade proletária*, cujo teor político supunha resgatar assim da *diluição de classes*, cuja promoção era feita, segundo a análise, pela *política de massas* da burguesia industrial ascendente. Em verdade, a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos-ideais.

Seja como for, o período compreendido - entre a ascensão armada ao poder pela Aliança Liberal (1930), que abriu as comportas para uma reconversão pelo alto da rígida estrutura econômico-política do país, e a queda de J. Goulart por via militar - é determinado como a fase de configuração e desenvolvimento do capitalismo industrial. Todavia, na expansão desse mundo urbano-fábril não impera a hegemonia da burguesia industrial, mas esta condiz a dominação com outros setores proprietários, inclusive com seus “adversários derrotados” de ontem, e tudo se entrelaça ainda e fundamentalmente com o advento da chamada *política de massas*, em que estas passam a exercer funções políticas reais, embora subalternas. E com isso é dado por configurada o que com certa pompa recebe a denominação de *democracia populista*.

Não cabem aqui maiores considerações sobre a fragilidade dessa armação teórica, que se restringe a um descritivismo empirista por cima do qual é derramado um vago glacê de significados através de conceitos muito problemáticos. Mas importa registrar, sempre em razão dos alvos centrais desse texto, e mais pela insuficiência do que pela curiosidade de certas elaborações da teoria do populismo, que esta, na trilha de seus embaraços, chega inclusive a determinar a especificidade do *populismo* como uma forma de dominação no

contexto de um *vazio de poder*, circunstância em que, como é sabido, nenhuma das classes em presença é capaz de efetivar sua hegemonia, associando-o desse modo, em sua genese, à crise da hegemonia oligárquica e da correspondente fachada liberal do pré-30, ao mesmo tempo em que sustenta que o populismo é a época do fortalecimento do poder executivo e na qual o estado passa a exercer funções econômicas de grande vulto.

Essa mera agregação “factual”, epidermicamente incoerente na forma em que é enlaçada, entretanto, é muito mais do que uma eventual contradição nos termos. Além de exemplar quanto à forma de seus procedimentos metodológicos, é através desse pano de fundo mal cosido que a teoria do populismo assenta a base e os contornos de suas teses mais caras, operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo fica às voltas com a “anomalia” do quadro brasileiro. Se a burguesia industrial, por sua fraqueza, tem de admitir o condomínio do poder, um poder afinal que é um *vácuo político*, e assim mesmo a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque está em curso uma *grande artimanha*. De fato, para a teoria do populismo, a democracia, partido e o líder populista são em conjunto ou cada um de per se o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. isto é, no quadro das hegemônias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante, ou, para usar uma pérola de um dos formuladores da teoria, a atitude das massas acaba por ser “uma forma substantiva da hegemonia inexistente”. Seja lá o que possa ser uma forma substantiva de algo inexistente, em suma, o afirmado é que o reino do populismo promove o obscurecimento da divisão real da sociedade em classe, no lugar das quais é entronada a entidade de povo ou nação, significando comunhão de interesses ou a solida-

riedade própria das comunidades. Essa notável constatação só não é mais brilhante porque deixou de esclarecer em que sob tal acepção o *populismo*, em última análise, se diferencia da forma em geral da dominação capitalista. Esta nasceu, é bom recordar, com a necessária pretensão à representatividade universal e tem proclamado - com requintes espirituais ou perversidades físicas - a inquebrantável solidariedade entre o capital e o trabalho. De outro lado, a pátria, o povo e a nação também têm sido invocadas nas mais distintas configurações ou circunstâncias, não bastando enquanto tais, em suas simples enunciações, para determinar alguma forma específica de dominação capitalista.

Porém, se a *grande artimanha* insubsiste à crítica enquanto explicação histórica, é para a teoria do populismo o andaime suficiente para lidar com seu grande propósito: a falta de compostura da esquerda tradicional e na necessidade de resgatar a radicalidade espontânea dos trabalhadores.

Seu diagnóstico é, desde logo,, claro e taxativo: não apenas as massas, despreparadas em sua inexperiência, mas a própria esquerda foi aprisionada pelo ardil do populismo, tornando-se incapaz de converter a *política de massas* em *política de classe*. Ou seja, não ofereceu uma formulação alternativa ao populismo, em consonância com o potencial revolucionário, que supostamente estava contido no quadro histórico-estrutural. Numa palavra, o que é reclamado, não sem razão, é o *caminho próprio da esquerda, mas na desrazão do mero pressuposto genérico de que a revolução é possível. Tanto que até hoje, passados trinta anos, a teoria do populismo não arriscou se estender por uma teoria da revolução brasileira, nem há a menor possibilidade de que o faça de futuro, pois hoje é peça naturalmente integrada à atmosfera “pós-revolucionária” em vigor. Dito de outro modo, a análise histórica da teoria do populismo não desvendou, à semelhança das fórmulas e procedimentos de esquerda que ela tem*

por cerne criticar, o veio das transformações que conduzam a formação brasileira para além do quadro humano-societário do capital. Tudo que fez e alardeou, em última análise, não foi além da reafirmação de um princípio mais do que centenário - a máxima da independência política do movimento operário.

Mas o alarde foi feito de maneira genérica e formal, quando não meramente em estilo confuso e ruidoso. Insistiu-se até aqui na afirmação de que o objetivo primordial da crítica do populismo foi a esquerda tradicional, ou seja, a linha caudatária do PCB. Mas, sem que isso seja afirmado, a teoria do populismo estende a sua denúncia e reprovação a toda a esquerda do pré-64, garantindo, sem que sob este aspecto lhe faltem razões, que até mesmo os setores mais radicais da esquerda de então sempre estiveram de algum modo vinculados ao populismo, fazendo da tática de infiltração nos movimentos de massa e das alianças com partidos, campanhas e lideranças ditas populistas os meios de atuação política para a conquista das massas, quando então, ao menos na maioria das vezes, sucumbiam eles próprios ao ardil populista.

É esse precisamente o ponto nevrálgico da teoria do populismo. Ela concentra todos os males na política de aliança de classes, que à guisa de erudição e grande teoria ela cerimoniosamente “desvende” como política de aliança de contrários. Eis que ardil populista é decifrado como o pecado capital da aliança de contrários. O que nada mais significa que o pecado da aliança é o inverso da virtude da independência de classe. Redundando, na generalidade em que a fórmula é estabelecida e sustentada, que a política virtuosa é a arte e a vontade do isolamento. Na verdade, a implicação é apenas a consequência da conversão gravosa de um princípio em lema, ambos abstratos, com a diferença de que o último é bem menos genérico do que o primeiro. Um princípio é uma universalidade, portanto válido para todos por definição, enquanto um lema é sempre um le-

ma de alguém, ao qual ninguém mais está obrigado. Por consequência, se o princípio da independência política é um bom princípio e nessa condição um impedimento intransponível para as alianças - o que não é verdadeiro -, então nenhuma aliança é legítima e não pode ser tolerada, nem mesmo sob forma unilateral. Convertido em lema, no entanto, é apenas bandeira ou marca ostentada, que se jacta de não admitir alianças, mas que não impede de receber sem qualquer reciprocidade todas as adesões. Em suma, é um truque político como qualquer outro, independentemente da boa fé com que os mais ingênuos o assumam, ou da competência com que os mais cínicos o manipulem.

Em realidade, a independência política é a condição de possibilidade de uma aliança real, figura constituída precisamente pela conjunção de entidades distintas que resguardam suas identidades, num empenho conjunto, e que só pela manutenção da diversidade (inclusive no caso de contraditórios) dão lugar à sua entificação. Na junção de frações do mesmo gênero (por exemplo, partidos da mesma extração social ou representativos de um mesmo universo teórico-ideológico), melhor seria pensar em *unificação* temporária do que em aliança. Sem a independência dos aliados, desaparece a diversidade e com esta a própria aliança, seja pela incorporação deliberada de um das partes à outra, seja negativamente pela reles delinqüescência caudatária de uma delas, que provoca não só o desaparecimento do elo que articula os aliados, como também desmancha o integrante despersonalizado e decaído.

É desta última forma que se tratou no pré-64, não de sutil e ardiloso envenenamento pelos fluídos irresistíveis da desgraçosa burguesia brasileira. Independência política de classed não é um mero lema, nem mesmo a vácuca reafirmação abstrata de um princípio, mas a construção complexa da própria independência, que é encarnação de autonomia teórica, ideológica e orgânica, bem como

de talento e capacidades práticas de múltiplas qualidades e dimensões, sustentadas por militância lúcida e numerosa, irradiada por todos os poros da sociedade. A esquerda pré-64 obviamente não detinha tudo isso, nem muito menos. Por que a esquerda não se materializa dessa forma e continua a não se materializar é a verdadeira questão, sobre a qual a teoria do populismo não teve nem tem uma palavra a dizer.

Aliás, com o passar do tempo a teoria do populismo foi dizendo cada vez menos. Quanto mais se difundiu e dominou, tanto menos significação real foi capaz de guardar, a ponto de hoje animar sem ressalvas desde os editoriais da grande imprensa até os mais mados folhetins dos mais bisonhos remanescentes da esquerda extralegal. Como tantas vezes ocorre, sua vitória coincide com sua derrota. Reduzida a cadáver formal impera como um parasita da inteligência e da sensibilidade políticas, e enquanto tal vem exercendo na sucessão presidencial um papel de enorme importância.

Não será demasiado precisar um pouco esse destino esclerosante da teoria do populismo, mesmo porque foi sob essa forma que obteve sua máxima eficiência. Como análise histórica foi reiterada com favor por uns e mecânica e protocolarmente por outros, convertendo-se em tese oficial, mas nunca perdeu sua frugalidade e sintomaticamente estancou sobre si mesma, ou seja, foi incapaz de auxiliar na compreensão do processo brasileiro posterior ao golpe de 64.

Todavia, com relação ao novo período passou a funcionar como uma *alegoria*, lembrando sempre que o *demônio existe*; o que é extraordinariamente curioso e revelador, pois é de suas teses fundamentais a determinação de que a ruptura de 1964 é precisamente o encerramento do *colapso do populismo*, derrocada que principiara logo após o governo de Juscelino Kubitschek. Ou seja, o esgotamento de uma fase de acumulação capitalista, sustentada pelo processo de

substituição de importação, e o fim correspondente de sua forma de dominação política - a democracia populista. Diagnóstico de um período rigorosamente datado - 1930/1964 -, que assegura extinto, a teoria do populismo, abstraída sua qualidade historiográfica, tem portanto sua extensão de validade fixada por ela mesma. tanto que, na explicação política da ditadura militar, cede lugar à *teoria do autoritarismo*. Cede o papel de teoria explicativa, mas não desaparece de cena, rufa os tambores ao fundo, não deixa que seus próprios mortos sejam enterrados, ou não acredita na certidão de óbito que ela própria emitiu e firmou. Em verdade, acredita, quer acreditar ou quer fazer acreditar que os *fantasmas existem*, e para isso reajusta ou reafina suas finalidades ideológicas. De qualquer modo, Combina-se com a teoria do autoritarismo, não o faz porém como duas parcelas numa adição, ou o engate de dois elos em que ambos guardam sua integridade. A teoria do populismo perde substância para a teoria do autoritarismo; decai sua preocupação relativa à análise histórica e também progressivamente sua pretensão ao resgate da radicalidade operária. Ou seja acompanhada a teoria do autoritarismo no seccionamento e autonomização do *círculo político*, torna-se, por assim dizer, *mais política*, porque menos histórica, isto é, indiferente à malha societária em suas múltiplas determinações. Numa palavra, adota o padrão formal da teoria do autoritarismo, converte-se num *politicismo*, ou desenvolve os germens politicistas que continha desde o início, cujo critério de verdade deixa de ser a radicalidade imanente dos trabalhadores, passando a se mover pelo arquétipo da democracia. A *artimanha populista* passa a valer pelos estereótipos do que pela sua “verdade histórica”. São acentuadas mais e com ênfase maior suas “descobertas” secundárias: os traços, cacoetes e venenos dos líderes e partidos ditos populistas síntese alusiva, poder-se-ia dizer que os adeptos da crítica do populismo, no acasalamento com a teoria do autoritarismo, deixam de pensar

na *democracia populista*, para passar a refletir em termos de *autoritarismo populista*.

Por essa via, mas comprometida pelas raízes, a teoria do populismo, não menos do que as outras fórmulas do seu quadro de articulação conceitual, não ultrapassa a mera condição de operador na abstratividade, algo como uma herança muito curiosa e tardia da conduta própria às ciências do espírito que reinaram no começo do século. Construções intelectuais que primavam por tomar impulso em referências empíricas insuficientes, para muito além das quais era estabelecida uma abstração todo-poderosa e a partir da qual a realidade era arbitrariamente deduzida. É por rumos desse tipo que tudo acabe no conceito deformador de populismo, desde a figura de Getúlio Vargas até lapsos de João Figueiredo, passando por todo um elenco de governantes pretendentes ao poder do continente latino-americano e até mesmo de outras paragens. Tão extenso quanto vago, tão impróprio quanto dúcil e indutor de múltiplas absurdidades analíticas, o conceito de populismo não é mais, enquanto conceito, do que um nome. Em verdade, não mais do que um rótulo ou apelido, um frouxismo tipo-ideal, que para se enformar no âmbito mais geral partiu de uma atrocidade, perpetrando o embaralhamento de eventos históricos específicos como o movimento dos granjeiros norte-americanos, o norodnichestvo russo e fenômenos urbanos-indústriais diversa da periferia do sistema do capital.

O que resta de fato, no processo formalizante do *autoritarismo populista*, é um ajuntado de notas reificadas e fetichizadas - desde a “independência política” até os “caracteres do populismo” - convertidos em meios para a identificação e exorcismo do inimigo, sobre o qual é lançado o *decretum horribili*.

É enquanto tal - como expediente ideológico menor, no pavoroso deserto ideológico da “esquerda” contemporânea, e para uso e abuso da prática política cotidiana, que a teoria do populismo com-

parece e atua, em sua larga difusão, no processo eleitoral em andamento.

Findo o volteio através da atmosfera teórico-ideológico, que permeia a quase totalidade dos agentes partidários *na esquerda*, motivo pelo qual se impôs à consideração, a análise do pleito sucessório pode ser retomada e seu exame levado até o fim.

A questão analítica central continua a mesma - delinear as condicionantes da irrealização da confluência eleitoral *na esquerda*. Ou seja, sumariando de passagem o evidenciado até aqui: o conjunto das teorias examinadas excomungou a inclinação pela política de alianças, típicas da postura do pré-64, da mesma forma que desamparou de qualquer projeção a problemática da identificação nacional. É só para proporcionar uma ilustração concreta, vale acentuar que demoliu a última expressão das propostas daquele período, as sempre aludidas - *reformas de base*, porém, foi incapaz de pôr em seu lugar uma alternativa. Com isso não vai insinuada a recuperação de uma plataforma antiga e perdida no tempo, ainda que vários de seus alvos fundamentais (como a reforma agrária) continuem na ordem do dia, mas fica assinalado que a cobrança por uma alternativa, feita à esquerda pré-64, continua válida hoje, mais do que ontem, para a esquerda pós-64.

É esta, a assim chamada *nova esquerda*, em suas expressões partidárias e perfis de campanha, a responsável, a responsável integral, pela ausência inaceitável de uma candidatura unificada das correntes progressistas, pela falta até mesmo de esforços e cogitações relativamente consistentes em torno dessa necessidade política vital. *Nova esquerda* que é, independentemente de diferenças que vão de partido a partido, de gênese e composição, bem como de outros muitos fatores entificadores, a incorporação prática do espírito

teórico que se acaba de traçar em algumas de suas inflexões mais características.

Sem dúvida, o PT e o PSDB, para só mencionar os partidos que na secessão jogam papéis relevantes, são impensáveis sem a alma do *quadrúpede teórico* criticamente descrito. Dela extraem suas leituras de realidade, o inventário dos problemas nacionais e o rol de suas proposituras. Seja pelo funcionamento de seus aparatos orgânicos, linhas de conduta e posturas de campanha traduzem direta e indiretamente, ortodoxa e heterodoxamente o conjunto daqueles referências e suas derivações prático-políticas. Por cima dos quais erigem os mitos de suas significações luninosas, a grandeza e a generosidade de seus propósitos, ou seja, a face incotrável da virtude política, posta a serviço dos melhores ideais em sua mais depurada e moderna encarnação.

Que a *auto-engano*, enquanto afirmação de vontade, seja inerente à figura do partido político, *parcela* que desde logo se propõe pelo todo e *contra todas as outras partes* que se expressam a sua semelhança, não significa que qualquer *ilusão de partido* seja absolutamente necessária, nem que sejam indistintas, portanto, a fantasia política obrigatória e a falácia enquanto pura falácia de avaliação, cálculo, pretensão ou procedimento. No caso, os *enganos necessários* e os equívocos “desnecessários” se associam e potencializam, redundando nas inaceitáveis condutas eleitorais que perfazem o desfile neste momento.

É mais do que oportuno recordar, justamente porque impera na atualidade a convicção inversa, que o jovem Marx já sabia que “Onde houver partidos políticos, cada um deles vê o fundamento de todo o mal no fato de que não esteja ele no governo do estado, mas seu adversário. Os próprios políticos radicais e revolucionários procuram o fundamento do mal não no *ser* do estado, mas numa determinada *forma de estado*, no lugar da qual eles querem colocar

uma *outra* forma de estado”. Posto que, vale lembrar também, remetendo ao plano mais geral, que “O entendimento *político* é justamente entendimento *da política* enquanto pensa no *interior* dos limites da política. Quanto mais vivo e penetrante for, tanto mais incompetente é para compreender os males sociais. O período clássico do entendimento político é a *Revolução francesa*. Muito longe de perceber no princípio do estado (a sociedade civil) a fonte dos defeitos sociais, os heróis da Revolução francesa percebiam muito mais nos defeitos sociais a fonte dos males políticos. Assim Robespierre não vê na grande miséria e na grande riqueza a não ser um obstáculo para a *pura democracia*. /.../ O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral, quer dizer, pleno é o entendimento *político*, tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, e tanto mais cego é em face dos limites *naturais* e espirituais da vontade, e assim incompetente também para descobrir a fonte dos males sociais”.

Pelo já dito ao longo das diversas partes desse trabalho, a evocação dessas passagens das *Glosas Críticas Marginais*, escritas em 1844 contra Arnold Ruge, além de vir muito a propósito da atrofia espiritual dos nossos tempos, tem particularmente tudo a ver com o *politicismo*, sobre cuja chaga foi posto explicitamente o dedo, quando há pouco foi oferecido o desenho do universo mental em que se movimentam o PT e o PSDB. As palavras de Marx, portanto, não aparecem meramente como Âncora ou respaldo, mas enquanto breve elucidação da natureza do *populismo*, isto é, determinado como fenômeno teórico e prático, inclusive em sua face radical, instaurado e nutrido pelo universo da lógica do capital. o diagnóstico é até supérfluo no que tange ao PSDB, dado que esse caráter é correta e explicitamente assumido pela agremiação e seus mentores. Basta, então, apenas especificar, dizendo que esse partido exprime a feição mais racionalística e tecnocrática do politicismo, o modo elitista e higiênico de calcular e prover a distribuição da justiça social. É no que se resume seu hino à modernização. Elevar o país, como escreve

F.H. Cardoso, à condição de “nação moderna e competitiva à escala mundial” (FSP - 1/6/89). Em outros termos, tornar o país contemporâneo de seu tempo, mas o sociólogo, expoente do *quadrilátero teórico* examinado, não precisa indagar porque a nação não compartilha da contemporaneidade. Basta ao senador e ideólogo do PSDB querer um Brasil “racionalmente eficiente”, o que o leva a desdobrar a empreitada em diversas modernizações - “econômica, cultural, social e tecnológica” -. É o país projetado à imagem e semelhança de um *centro de excelência*, próprio aos meios acadêmicos. O barbarismo sociológico tem equiparado muitas vezes a universidade à sociedade, agora o aristocratismo sociológico equipara a sociedade à universidade.

Nessa moldura o zelo do PSDB pela “independência política” é apenas o lema da versão encolhida da autonomia do “homem justo e racional”, tanto quanto sua repulsa nauseada pelo “populismo” é a alma efetiva da mistificação que alardeia com sua *megavalorização do partido* como ação política organizada; ambas, “independência” e “antipopulismo”, não mais do que o culto dominical no altar dos deuses ardilosos do egoísmo racional. Desse modo, sua vontade social-democrata é antes de tudo anseio de modernização capitalista e por isso mesmo vergonha intelectual do arcaico e da miséria. Vontade que julga assentar no melhor da racionalidade prática, razão que acredita, fechando o círculo, estar fincada na volição mais justa e universal.

Corporificação da vontade racional ou de racionalidade volitiva, ninguém mais do que o PSDB se caredeita, exibicionista em retidão de caráter e preparo instrumental, no direito reconhecido de ascender ao poder. A postura de Mário Covas ao longo da campanha, superpondo as imagens - do prodígio informático ao do colosso de serenidade - seria o monumento dessa crença, se não fosse a expressão risível da perplexidade dessa mesma fé factualmente des-

mentida. Vai nisso uma certa porção de semelhança não casual entre PSDB e PMDB, tanto quanto entre Covas e Ulysses. Por muitas razões e certezas o PSDB é o quase homônimo e o simples presente do PMDB, quando não há mais nome nem presente para o que o PMDB foi no passado, da mesma forma que a dignidade pessoal e a herança de lutas, inclusive as da Constituinte, já não significam, se é que alguma vez significaram, garantias de futuro. Assim, a Ulysses, patriarca bissexto da democracia, corresponde Covas, candidato a profeta impessoal e burocrático de uma velha ideologia.

Covas e suas dúzias de ministeriáveis não chegarão à praia, vão morrer na caravela longe da costa, persistindo em sua soporífera aritmética do impossível só porque os dois turnos fazem soprar os ventos da irresponsabilidade. E o PSDB com isso desmente sua propalada racionalidade, demonstrando ainda que a *vontade política*, com que tanto enche a boca, não é mais do que aposta unilateral, o eterno procedimento da política que cega a si mesma através de suas próprias viseiras.

No desatendimento ao imperativo atual da luta pelo poder, como bloqueio à consecução de um confluência eleitoral *na esquerda*, tendo por clima inspirador e arrimo intelectual o *quadrilátero teórico* debatido, o PT é um caso mais complexo, apesar de muito menos sofisticado em suas postulações e pretensões ideias, do que o PSDB.

Mais complicado ou, a rigor, simplesmente mais prolixo porque, dada a inexistência nos dias correntes de um *campo da esquerda*, o PT, cujo perfil prático e ideológico está inscrito na esfera da radicalidade política do capital, condiz com essa sua realidade autêntica a condição hipotética e fantasiosa de santuário possível ou germinal da *radicalidade do trabalho*. Não só deixa fluir como alimenta essa *dubiedade*, que se arma a seu redor e através de algumas de suas dobras e fissuras internas. Deixa-se parasitar, eis o ponto, por um espírito que não emana de seu corpo, nem o impulsio-

na, mas cuja impositação corresponde a aspirações difusas que, sem suporte ou nicho próprios, sesaguam em seu leito. O PT - como partido dos trabalhadores - é por essa via o fantasma idolatrado da esquerda ausente. A quimera palpável de esperanças e perspectivas sem sustentação orgânica, o altar visível de um deus oculto, com cuja galeria de santos e profetas parece ser possível coabitar, umavez que a simples proximidade física dos trabalhadores, por suposto, faria do PT a trincheira de todos os sonhos revolucionários.

Todavia, esse ledo engano não é uma projeção totalmente arbitrária, mas propiciada pelo fato de que, no PT ou para o PT, tudo se passa como se - *movimento sindical* fosse diretamente *movimento operário*, para usar uma expressão que se consagrou justamente por efetuar, ao contrário, a precisa distinção entre ambos. Pela indistinção entre a legítima ação corporativa de setores e frações profissionais e a atuação societária de classe que visa a reconfiguração cabal do universo humano de convivência, é que se esvai a possibilidade do PT se objetivar como uma organização política *de esquerda*, e ganaha corpo, em contrapartida, sua configuração qualitativamente diversa de partido representativo dos trabalhadores situado *na esquerda*, extremo do arco político compreendido pela equação social da lógica do capital. Identificação entre movimento sindical e movimento operário apoida sobre a noção reducionista de *agente* - profissional (sindical) e/ou político, que comparece em detrimento da categoria de classe social. Posto de outro ângulo, para o PT - movimento operário é o movimento sindical operando politicamente, mas sem a mediação das determinações sociais, ou seja, é a transpiração do *agente sindical* para o universo político, desconsideradas, portanto, as clivagens sociais determinadas pela antítese estrutural entre capital e trabalho que ordena a sociabilidade capitalista. O que é perdido nessa passagem, e com isto o teor e a direção peculiares de uma política da perspectiva do trabalho, é a própria entificação de classe que medeia entre o movimento sindical e o movimento operá-

rio. Trata-se, em resumo, de um transporte para uma política meramente assentada sobre si mesma, isto é, uma transferência *politicista* para a política, que a própria origem do PT condiciona e explica.

Basta dizer que o PT é o encontro da combatividade sindical dos últimos anos da década de 70, que preencheu de maneira notável o vácuo escandaloso a que fora reduzido até mesmo o movimento corporativo dos assalariados, pela conduta omissa, quando não diretamente desmobilizadora da esquerda tradicional, com os representantes e o clima teórico-ideológico do conjunto de teses elenco mais atrás. De maneira que o renascimento firme e pujante da movimentação dos trabalhadores veio, assim, a submergir na atmosfera politicista, quando buscou os caminhos da organização e das definições políticas. Por conseqüência, ao inverso do que se daria num rumo *de esquerda*, com seu desenvolvimento o PT simplesmente politicizou a prática sindical, não extraiu da lógica do trabalho a política que supera a política, isto é, ficou nos limites do *entendimento político*, não se alçou à política norteada pela *razão-social*.

Em síntese, o formidável movimento sindical que originou o PT resgatou as lutas corporativas, mas o PT não resgatou, pela submersão politicista, o campo *da esquerda*, cuja ausência continua sendo sua única notabilidade. No interior dessa brecha o PT é recoberto por uma espuma fantasiosa *de esquerda*, sem ter ideologia ou prática *de esquerda*. E suas lutas reais, no pólo da radicalidade burquesa, são transfiguradas, pelo olhar ansioso de todos que assim as miram, na batalha encantada pela república ou pela democracia imaginária do proletariado. Tudo isso tem por suposto uma antiga aposta, historicamente desmentida, - no brotar espontâneo do propósito de transformação radical entre os trabalhadores. O que facilita não poucas coisas, desde as tomadas de posição militante até a conquista da confortável sensação de partilhar da verdade,

sempre e quando - e isto basta - houver perfilamento com a movimentação dos obreiros; estar com ou ao lado do *proletariado*, independentemente do que ele seja ou faça num dado lugar e momento, é o título de garantia da almejada sagração revolucionária. Pois, ao sonho do espontaneísmo é intrínseca a visão mágica do trabalhador, para a qual este só pode ser o repositório indubitável de todos os saberes e virtudes.

Já dizia um renomado poeta francês que “nada é mais cansativo do que ter que explicar o que todo mundo deveria saber”. Mas, dada a contrafação das experiências do leste europeu e de sua irradiação planetária no que tange ao modo de idear e fazer o partido político da revolução do trabalho, não há como escapar à necessidade de repor essa questão e, de passagem, recordar algumas notas que caracterizam o instrumento operativo que abre caminho à revolução social.

A organização política independente dos trabalhadores é, em seu cerne, não mais simplesmente a orgânica da afirmação de uma vontade, como é do feitio das equações partidárias que a antecedem, regidas pela lógica societária do capital, mas a subsunção da vontade ativa à afirmação de uma possibilidade objetiva, racionalmente descoberta e sustentada. não se trata mais da manifestação enfática de uma volição particular, expressão de uma parcialidade social determinada, que se pensa e projeta como representante do interesse coletivo, porém da afirmação universal do homem expressa na potência de uma nova ordenação da vida societária. Por isso o chamado partido de vanguarda é de vanguarda e da revolução universal. De vanguarda porque sinaliza o devir dos passos exigidos pela autoconstrução do homem; da revolução universal porque diz respeito ao todo do gênero humano, na totalidade de seu complexo material e espiritual. Pela mesma ordem de motivos, o também denominado partido de *novo tipo* é novo; não simplesmente porque é

construído sob o atendimento deste ou daquele princípio político ou técnica organizacional (estes poderão ser tantos quantos forem as demandas variáveis da multiplicidade das situações reais), mas porque ultrapassa a mera vontade política e a mera intersubjetividade particular ou grupal. A superação destas é a projeção para além da liberdade restrita e abstrata e a elevação do simples desejo consensual ao nível humano efetivo dos atos teleológicos, que compreende a plena intervenção da subjetividade em seus momentos fundamentais: enquanto faculdade receptora que elabora a identificação da malha causal, que opera na plataforma sobre a qual a atividade é desenvolvida; e enquanto aparato que escolhe e decide, projetando a configuração do objetivo a ser efetivado.

Por essas determinações o *partido do trabalho*, o instrumento de mediação política da atividade social conscientemente transformadora, que assume a potência regencial da lógica do trabalho e a este como protoforma de toda prática social, não é o partido dos trabalhadores tomados estes no complexo imediato e negativo de sua “condição operária”, ou seja, de homens negados e despojados de sua humanidade, de seres expulsos da comunidade dos homens. O *partido do trabalho* não é a volição afirmadora dessa máxima negatividade, mas precisamente o oposto - sua máxima negação. Ou seja, o partido do trabalho não se molda, nem prefigura seus objetivos pela miséria material e espiritual dos trabalhadores em sua existência concreta de humanidade aviltada. Não é a afirmação da particularidade de classe dos trabalhadores, nem proungna pela sua universalização, o que só confirmaria para a generalidade a perversão do trabalho a meio de subsistência, redundando por sua vez na reafirmação de toda a gama de mazelas oriundas da subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto. Nestes termos, o partido do trabalho se perspectiva pela negação radical do trabalhador enquanto farrapo humano, enquanto contrafação involuntária do gênero dos homens; não subverte abusivamente os desvalores da “condição

operária”, no dever-ser absurdo da sociabilidade futura, ou seja, sua parametração não é a extensão universal dos valores supostos da miséria material e espiritual, a mistificação destes como futuro antecipado na forma de pobreza edificante.

Em realidade, o partido do trabalho é a ferramenta para a auto-negação da “condição operária ou proletária”, pois essa *condição* importa não por aquilo que é, mas porque encerra a possibilidade de deixar de ser, pelo fato de que pode se auto-suprimir e nessa supressão eliminar em conjunto a esfera de sua produção e reprodução societárias. Portanto, o partido do trabalho não é a organização política dos trabalhadores enquanto suportes do trabalho decaído, que produz a riqueza e desproduz o produtor, mas a orgânica armada pelo *estatuto do trabalho desestranhado* (ou desalienado, para empregar o termo errôneo, porém mais conhecido), ou seja, do homem que tem na forma autêntica do trabalho sua primeira necessidade, o modo inerente de realização enquanto homem na processualidade infinita do devir homem do homem. Ou, como arremate, o *partido do trabalho*, o órgão da atividade política *de esquerda* é aquele que anuncia a emancipação do trabalho e o fim do poder político.

Basta isso para assinalar com toda ênfase, em que pesem a rapidez e a abstratividade conferidas ao tratamento do tema, a diferença qualitativa fundamental entre a politização ou, a rigor, a *politização do movimento sindical*, que consubstancia uma nítida atuação política *na esquerda*, e o desenvolvimento de uma ação partidária que, mesmo sob as vicissitudes das equações táticas a que é obrigada, dá consecução à lógica revolucionária do trabalho, compondo assim a entidade e o movimento *de esquerda*. Este sim, o modo único de realização efetiva e não apenas nominal da independência política dos trabalhadores, pois a autonomia destes não é seu isolamento empírico no tablado dos jogos do poder, mas a

sustentação prática, através de todas as mediações necessárias, da possibilidade do encontro universal de todos os trabalhadores livres na “sociedade humana ou humanidade social” de que fala a X tese *Ad Feuerbach*.

É pelo abismo dessa diferença que o voluntarismo transpassa a urdidura dos partidos *na esquerda* pode conter e exercitar.

Não há no PT qualquer dimensão dessa ordem de radicalidade, qualquer traço - ideal ou prático - de identificação consistente com o diapasão teórico e analítico e, por coerência, com os timbres de uma prática perspectiva pelo estatuto da lógica humano-societária do trabalho. Nesse sentido as evidências são muitas. Desde logo pela forma totalmente oca e irresponsável com que lida com sua pretensa “vocação socialista”. Questão grave e decisiva, obviamente hoje mais do que nunca, pelo socialismo o PT simplesmente se define pela indefinição, não mais do que pela vaga e grosseira alegoria de que um dia “o povo dirá o socialismo que quer”. É muito pior do que não dizer nada, uma vez considerado o voluntarismo escapista da expressão, seu caráter de ofensa à inteligência e, o que é ainda pior, sua forma leviana de confundir os de baixo, no próprio plano de suas maiores debilidades. Em sua perplexidade, sem ser capaz de imitar uma nota significativa, a voz do PT sobre o socialismo é um sopro acanhado, que alude sem eira nem beira à mais batida e raquítica das promessas, um *futuro bom*, remoto e sem fisionomia, o equivalente às mais esgarçadas e ritualistas remissões aos céus, muito menos até do que o mais simplório doutinarismo de cartilha.

A impropriedade aguda com que o PT encara dominante e oficialmente sua “vocação socialista” não é remedida, nem mesmo em escala mínima, pelas *tendências* - ditas radicais - abrigadas em seu interior. Apesar de constituírem para alguns o ancoradouro fantasmático de suas mal cozidas esperanças, não ultrapassam a condição de simples e importunos complicadeores, que se debatem, antes de

mais nada, no naufrágio de suas próprias orientações. Como remanescentes de falácias antigas, carecem de verdadeira perspectiva de futuro, reiterando meramente de forma ruidosa seu esgotamento. Sua impotência absoluta para mudar as *coisas petistas* é puro reflexo de sua total incapacidade para mudar a si mesmas. Ancilosadas, só têm energias para multiplicar dessidências e, de uns tempos para cá, já enveredam pelos caminhos da autodissolução. No mais, deservem e agridem a causa socialista, pela rusticidade pavorosa de suas concepções e práticas, que reproduzem, às vezes ao limite de fanatismo e sempre com pobreza de inspiração, todos os velhos cacotes mitificadores da política, da idolatria partidária e da devoção pela “luta por dentro”. Enquanto tais, as *tendências* não constituem o melhor do petismo, mas uma parte do pior petelhismo, na medida em que são a desfiguração, teórica e prática, a face inaceitável e a contrafação da revolução do trabalho, ressaltadas, é evidente, individualidades de valor e caráter e as energias malbaratadas de tantos que se perdem no labirinto de seus descaminhos.

Convém agregar ainda que, em face das *tendências* e independentemente de predicados, a *Articulação* é o corpo real do PT; que seu domínio, enquanto tal, é a legítima realidade de uma postulação político-ideológica, que nasceu sob a égide da *reinvenção do mundo* como *ilusão de partido*, e desse modo amparada no direito perversor de ser o espaço cativo do antimarxismo militante.

Em sintonia com os ecos de sua mais do que vaga profissão de fé “socialista”, embora em contraste aparente com ela pela ênfase que empresta às formas da atividade política, o PT é o próprio extremismo da “revolução dos procedimentos”. Alicerça sua *novidade* na *participação*, enfatiza ao máximo a *mudança de procedimentos*, professa a idolatria dos empuxos pela base, faz-se suporte de traços da democracia popular ou direta; reverberações, por assim dizer, da radicalidade rousseauniana que, todavi, em seu apreciável porte

plebeu, só podem confirmar a natureza dessas práticas e de seus correspondentes momentos ideiais como expressões de polaridade no arco político do capital, uma vez que essas modalidades de conduta não reconvertem, nem poderiam reverter tais atos à substância política centrada sobre a lógica do trabalho. Tanto mais inconoclasta e radical ressoa esse extremismo plebeu, quanto menor for a presença da radicalidade burguesa propriamente dita. Ora, em solo brasileiro, o radicalismo burguês jamais se manifestou, nem houve nunca um partido radical da burguesia, de modo que, até mesmo por inadvertência, a “revolução dos procedimentos” pode se embrechar nesse ôco político do capital atrófico com as vestes *da esquerda*, sem no entanto abandonar seu efetivo assento *na esquerda*.

Entretanto, no caso do PT, não há nada de predominantemente inadvertido. Deliberadamente longe do melhor entendimento da sociabilidade do capital e de suas formas de dominação, e *politicizando* o movimento sindical à guisa de dar provimento político às necessidades dos trabalhadores, todo seu discurso empenho pela *democracia participista* é perfeitamente coerente, enquanto partido estacionado em moldes plebeus *na esquerda* do arco político do capital. Expressa inclusive a própria concepção de democracia, que aí está em jogo - e que se decifra, em última análise, como *possibilidade de participação*, de presença nos circuitos das tomadas de decisão, e também já de consenso negociado, ou seja, de conciliação de interesses. O PT tem feito, em certa medida, especialmente em suas instâncias mais elevadas, é justo reconhecer, o aprendizado da negociação - até mesmo como extensão de sua experiência sindical, e não há que estranhar que queira guardar o estilo plebeu de negociar: rude, áspero, desconfiado e com ar de vítima arrogante, buscando ser breve quando é preciso multiplicar os elos e intercalando dificuldades quando é preciso ser breve; postura, todavia, que até recentemente se reduzia à simples ser breve; postura, todavia, que até

recentemente se reduzia à simples teimosia e intransigência, confundidas então com a própria radicalidade.

De fato, o que há para lamentar está situado em outro ponto mais decisivo, desse complexo: democracia e participação, pela via da “revolução dos procedimentos”, tornam-se idênticas, as formas prevalecendo sobre os conteúdos, de modo que a participação se torna *participatismo* e a democracia o universo de sua realização. Em outros termos, a democracia se revela como *participacionismo negociador, o plano único ou supremo da política, a forma de encarnação da liberdade. Portanto, seja como for, algo diametralmente distinto da determinação da democracia como o regime que não estrangula administrativamente pela força as contradições sociais, mas, ao contrário, que lhes dá curso livre, de forma que elas se agudizam e explicitam, permitindo assim que sejam resolvidas, não pela simples participação política, mas pela devida intervenção social. Democracia que vale, desse modo, enquanto campo de batalha aberto para as soluções que ultrapassam, e não meramente como a instância das “participações resolutivas” que a reiteram.*

A diferença entre as duas concepções é total: a última tem por centro crítico a radicalidade do trabalho, ao passo que a primeira é regida pela lógica do capital, ainda que em sua radicalidade plebêia. O PT tem o direito incontestado de opção pela mais restrita, mas não o de fazer supor que sua escolha recaiu sobre a mais profunda. Em realidade, o que importa não é se a confusão é proposital ou involuntária, mas o entendimento de que a “revolução dos procedimentos”, a petista democracia participativa está em verdadeira consonância com seu laconismo socialista.

Esses dois aspectos característicos do PT, aos quais se associa intrinsecamente o já mencionado espontaneísmo, obrigam a concluir que seu pretendido extremismo se equaciona apenas e simplesmente como radicalidade subjetiva, enquanto vontade suposta de máxima

conseqüência, em suma como voluntarismo, que ignora o sentido e as condições de adoção e realização da postura efetivamente radical em seu momentos ideais e reais, ou seja, da *radicalidade objetiva*, que só se processa pelo cumprimento integral de atos teleológicos propriamente ditos.

Não só no atacado, nas linhas gerais de definição, mas também no varejo programático o PT é uma organização plantada *na esquerda*. Certas ênfases marcantes de sua plataforma, na campanha presidencial, traduzem esse fato com toda a evidência.

A grandiloqüência, por exemplo, com que é prometida e proclamada a suspensão do pagamento da dívida externa, quando o pagamento *já está suspenso* e sem proclamação alguma, dá bem o contraste entre a fê na vontade, inclusa a pura crença no som das palavras, e o desdém pela fisionomia até mesmo mais imediata das coisas. Ainda que outro fosse o quadro e a moratória ou a suspensão unilateral pudessem vir a ser um *verdadeiro ato*, seriam sempre um ato insuficiente e sem conseqüência bastante, toda vez que não considerassem que por si sós não são resolutivos. Ou seja, de duas uma ou se trataria de algo desencadeado em plano inferior, significando apenas manobra protelatória ou tentativa de gerar negociações a partir de posição aparentemente menos desfavorável, ou então seria atitude de força em nível mais elevado, o que descartaria a possibilidade de recuo. Nesse caso, implicaria a necessidade de uma política econômica alternativa, esquematizada sobre modificações estruturais do sistema produtivo como um todo. O PT até aqui (e decerto assim será por toda a campanha) não expressou a mínima inclinação pela segunda hipótese, em momento aludiu, em conexão com a suspensão imediata do pagamento da dívida, a um programa econômico alternativo. Sua proclamação tem sido um mero alarde de coragem e pretensão extremismo, isto é, fica encerrada e contente no interior do invólucro plebeu de sua polaridade *na esquerda*.

Há, de fato, um gosto acentuado pela declamação no conjunto da campanha presidencial petista. O que nela vem se destacando - é a vontade de dizer, e de um modo tal que a entonação sugira mais do que os termos significam. É o caso da reforma agrária, cuja fórmula proposta não ultrapassa os delineamentos tradicionais da matéria; mais do que isso, desinserida de um programa econômico alternativo, isolada em seu formato convencional, não tem as feições do tempo a que se dirige, nem o rosto de um dispositivo de transformação econômica, e por isso mesmo quase que tão somente o perfil de um “remédio social” de eficácia duvidosa. Mas é sustentada como se fosse a quinta-essência do radicalismo, a marca idelével da honra esquerdista.

Algo do mesmo tipo envolve a posição da plataforma petista no que tange ao sistema bancário nacional. Diagnosticando o óbvio com grande surpresa, manifesta escândalo diante do poderio e da capacidade mágica do capital financeiro em multiplicar lucros. E reage indignado sintomaticamente, fazendo a ameaça da estatização. Não importa que seja uma ameaça flutuante, que avança, retrocede e torna a avançar, mas que seja simultaneamente agressiva e impraticável. Fora de um projeto de reordenação global da economia nacional, que o PT não possui, nem pode entender que seja preciso formular, a estatização do sistema bancário é uma simples palavra de ordem alegórica, na qual ninguém pode acreditar, mas que faz bastante barulho e confere uma auréola de ousadia. É uma espécie de invasão do templo, vale por mostrar aos *senhores*, detrás de barricadas imaginárias, a língua do povo.

Há em tudo isso uma grande dose de *moralismo*, esse misto impalatável de ideal menor e incompreensão maior, feito de antigas e corrigueiras medianias: a “desaprovação da ganância”, a “reprovação das ambições desenfreiadas” e também de revolta diante das

“injustiças da riqueza”. O pior de tudo, no entanto, está na equação resolutive, oferecida no ápice da plataforma eleitoral petista.

Trata-se do desejo e da proposta de um *capitalismo mais justo*, isto é, de um *capitalismo honesto* que não prime pela desconsideração dos humildes; para quem, em última análise, a pobreza também seja mácula. A seu modo e em grau mais fundo, o PT, com seu capitalismo mais justo e humano, supostamente realizável por atos certos da vontade política, sucumbe ao velho mal da esquerda, feito prisioneiro no ardil da completação do sistema do capital. Finalização, porém, sob a peculiaridade de aromas ricardianos, pois visceralmente comprometida com o *distributivismo*. Mais do que isso, que tem no *distributivismo* sua espinha dorsal, a essência mesmo de sua impostação moralista. Em realidade, distributivismo e moralismo aparecem fundidos em monobloco, de tal sorte que um é o substrato do outro e vice-versa; ambos, para a efetivação, pensados como filhotes políticos, ou seja, dispositivos institucionais que perfazem o corretivo das tendências cegas e perversas do capital em fluxo desabrido. Dito de outro modo, a boa política emenda os males naturais da mecânica produtiva do capital.

Há mesmo a dizer que, para o sentimento ideológico petista, o distributivismo e o moralismo, por mais escandaloso que isso seja, funcionam como uma verdadeira aproximação do socialismo, ultrapassando de muito os limites do pensado como oimmediatamente possível das mediações táticas que arrancam para vir a dar passagem a algo para muito além de si. Não há exagero em afirmar que, para o PT real o socialismo é simplesmente a universalização das virtudes do moralismo e do distributivismo, tornadas políticas dominantes.

E, na medida em que o socialismo é convertido em sinônimo de capitalismo justo e humano, o moralismo é sua filosofia geral e o distributivismo a plataforma estruturante da emancipação do homem descenderam ao lugar do moralismo, a moralidade de senso

comum reduzida ao preconceito, a transformação social ao distributivismo, confirmam-se pelos seus fundamentos não só o âmbito de atuação do PT - sua militância *na esquerda* da esfera circunscrita pelo capital, como também o falecimento de qualquer perspectiva *de esquerda* como projeção petista de futuro.

Interessa grifar, exatamente porque o PT insiste em se afirmar como povo, que o malfadado distributivismo de extração neoricardiana é coisa muito antiga, cuja crítica e repúdio também são muito mais do que centenários.

A utopia distributiva tem por suposto a falácia da desidentidade de caráter entre o *processo produtivo* e o *processo distributivo*. Enquanto a *produção* participaria do estatuto dos objetos naturais, a *distribuição* seria uma questão institucional. Nos *Grundrisse*, Marx qualifica tal separação de “cúmulo do absurdo”, ao comentar uma frase de J. St. Mill, que em seus *Princípios de Economia Política* sustenta precisamente e da forma mais transparente essa tese: “As leis e as condições da produção da riqueza participam do caráter das verdades físicas... Isso não se dá com a distribuição da riqueza. Esta é somente um assunto das instituições humanas”. Em contraposição e na mesma passagem, Marx esclarece que “a falta de propriedade do operário” e “a apropriação do trabalho alheio por parte do capital” são duas coisas que “não exprimem senão dois pólos opostos da mesma relação - são condições fundamentais do modo de produção burguês, não seus acidentes indiferentes. Estes modos de distribuição são as próprias relações de produção, só que *sub specie distributionis*”. E arremata: “As ‘leis e condições’ da produção da riqueza e as leis da ‘distribuição da riqueza’ são as mesmas leis sob forma diversa, e ambas mudam e estão submetidas ao mesmo processo histórico; não são mais do que momentos de um processo histórico” (*op. cit.*, III, Riuniti, p. 228).

Na *Introdução* de 1857 (2b e c) com que os *Grundrisse* têm início, a questão aparece com desenvolvimentos muito maiores, ao fim dos quais é evidenciado que “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são momentos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade”. Mais ainda, que “Uma forma determinada da produção determinada, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas destes momentos entre si*”. Ou seja, a produção é o “*movimento predominante*” dessa unidade de diversos. Repetindo de outro modo, no complexo estruturado e estruturante de uma determinada forma da produção, a produção é o processo ordenador da totalidade.

E especificamente sobre a *distribuição*, lê-se: “Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas). A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determinada. Considerar a produção sem ter em conta esta distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição que constitui, na origem, um fator da produção”. De modo que “A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particu-

lares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição”.

Bastam essas determinações para tornar definitivamente compreensível que a reposição da utopia distributiva, nos dias correntes, tem por arcabouço alguns dos equívocos mais graúdos do pensamento matrizado pela lógica do capital. Com a agravante de que se trata de um passo regressivo, um convite a fazer música do futuro com uma partitura vencida do passado, algo como executar uma sinfonia com instrumentos de brinquedo.

É impossível constituir o distributivismo como tese ou proposta sem quebrar a unidade da relação entre produção e distribuição, e sem assumir a distribuição como matéria político-institucional, isto é, sem desintegrar esta última do plano econômico, ao qual pertence como momento. Em suma, sem transgredir absurdamente na ideação e pelo sonho a malha real das articulações que efetivam o sistema de produção capitalista. Por isso, quando Luís Inácio da Silva enche a boca com a garantia de que um governo do PT tomará dos ricos para dar à sofrida classe trabalhadora, sem jamais tentar dizer através de que mudanças substâncias no aparato da produção, sua ênfase nas palavras e nos gestos - feitos de convicção íntima e plena sinceridade - tem o valor objetivo de um bolha de ar lançada ao turbilhão dos ventos. É apenas e enunciado do distributivismo na versão plebéia da radicalidade.

Que o alardeado “extremismo” do PT, quanto à distribuição de renda, seja um extremismo aparente e inócuo, isto é, que não imbrica com suas raízes deitadas na produção e que, por consequência, não se expande pelo momento predominante do processo global, tem sua evidência exterior na posição anunciada quanto à política salarial relativa à esfera da administração pública, bem como naquela atinente à gestão dos fundos sociais. Em ambas tudo é alicerçado na magia da participação; esta é a perspectiva única de resolução das dificul-

dades, sem que seja feito sequer o esboço econômico sumário da própria dificuldade. Tudo é cifrado em garantir presença na arena das decisões, no círculo “político” dos embates, onde supostamente vingam ou fornecem todos e quaisquer interesses, de modo que a *probidade* no desempenho passa à condição de feitiço pueril, que imaginariamente suplanta a exigência de redefinir o sistema do quadro produtivo.

O exemplo mais extravagante e aterrador desse descompromisso com a realidade, em que a fé distributivista desemboca inadvertidamente no desmascaramento de si mesma, está na promessa enfática, inúmeras vezes reiterada por Luís Inácio da Silva, de exhibir ao funcionalismo reivindicante as “gavetas vazias”. É o tipo mais inusitado e vexatório de exibicionismo de que se possa ter notícia, especialmente provindo de quem já foi Lula na vida, ou seja, a mais feliz e vigorosa liderança sindical que a história brasileira registra. Lula sabia por experiência própria, mas o PT fez Luís Inácio da Silva esquecer, que reinvidicação salarial é luta pela vida cotidiana - guerra premente pela existência real no dia a dia, que milhões de trabalhadores têm de assegurar numa batalha contínua igualmente a cada dia, e que por isso mesmo envolve o próprio sentido de dignidade do trabalhador. Talvez, melghor seja dizer, que envolve a recuperação de dignidade através da luta aberta, no caso de todos aqueles que tenham por existência a simples luta elementar por ela. Nesse plano a melhor transparência é dada pela própria necessidade de ser atendido. Nada é mais translúcido do que a carência - material - no fluxo dos embates para ser resolvida. É inerente a ela o imperativo da resolução, é só pode desconhecer e desprezar tudo aquilo que a mantém - por bem ou por mal - em sua própria condição de necessidade insatisfeita.

Os ecos de Vila Euclides não diziam outra coisa, e naquele tempo Lula tinha acuidade auditiva para tanto. Hoje, o deputado e

candidato a presidente Luís Inácio da Silva só sabe garantir ao funcionalismo a transparência burocrática das “gavetas vazias”, na expectativa de deslumbrar as massas com tanta moralidade, que embasbacadas então se conformariam com a própria miséria. Desaprendeu o candidato, pela racionalidade às avessas do politicismo, que liderar ou dirigir é fazer o esforço de propor a melhor solução possível, no interior de uma situação dada, ou seja, que a contemplação do ôco dos cofres é a negação de qualquer tipo de empenho, um ritual abstruso diante de um altar vazio, além de ser uma paródia de um filme antigo e desapreciado - o mal afamado “apertar os cintos”, protagonizado pelo PCB ao tempo da democratização dos anos quarenta.

Ao inverso de serem constrangidos a mirar o tolo espetáculo de uma plethora de “gavetas vazias”, os que dependem de seus fundos esperam ter acesso obviamente a cofres recheados. Não podem ter bons ouvidos, a não ser para medidas que formulem os modos pelos quais os recursos possam ser gerados. Querem que se lhes diga o que pode ser feito e, acima de tudo, o que *há de ser realizado* na direção de seus interesses concretos, aliás extremamente modestos, que não podem, nem devem tolerar as incogruências do distributivismo participacionista.

Em verdade, o escândalo dessa “solução” não é privilégio absoluto do PT. mas é compartilhado com outros vertentes partidárias e distintos setores da opinião. *Na esquerda*, o PT, no entanto, guarda para si seu enunciado plebeu, enquanto sua expressão erudita aparece, por exemplo, num artigo de J.A. Giannotti (Folha de S.Paulo, 10/08/89), onde o autor sustenta a via da *negociação do arrocho*. Exibir “gavetas vazias” ou “negociar o arrocho”, não por acaso, são apenas distinções de estilo de um mesmo e único conteúdo - a proposição *ideal* de mudanças que não se pronuncia pela mudança dos lineamentos materiais do sistema de produção. Constituem a

recusa ou a incapacidade de reconhecer a necessidade e a possibilidade de um programa econômico alternativo que sustente, por suas consequências, um novo perfil da distribuição. Por isso, seja em sua versão plebéia, seja em sua vertente tecno-elitista, a tese se desnuda como um mero pragmatismo politicista de alma comprometida.

Enfeixando e resumindo, o PT, em seu aleicerçamento no *quadrilátero teórico*, que excomunga a política de alianças, desampara qualquer projeção da problemática da identificação nacional, além de reduzir a história brasileira dos últimos sessenta anos às vicissitudes unilaterais de dois ou três estereótipos fantasmáticos, constitui a figura mais prolixa dessa subsunção, uma vez que, pela índole plebéia de sua radicalidade, conduz os lemas da *independência política*, do *populismo* e do *autoritarismo* aos extremos da caricatura. Máscara apropriada em sua rispidez a um corpo real e ideal que se ordena e é limitado pela política centrada na lógica do capital, ao mesmo tempo que se deixa enganar e aceita a idolatria pelo seu lacionismo socialista, que se esgota na sua “revolução dos procedimentos” e nas inconseqüências de seu distributivismo moralista.

É enquanto tal que o PT, sem condições atuais para governar mas tendo fé na metafísica do estado e em outras crenças menos profanas, assumindo ares emblemáticos e querendo ser a síntese do novo mas, tal como Marx disse de Proudhon, não passando de um “erro composto”, se converte de negação de um projeto *de esquerda* em obstáculo principal até mesmo de uma solução eleitoral *na esquerda*.

Em nítido contraste com o PT e o PSDB, Leonel Brizola e sua legenda, desde os momentos mais recuados da campanha presidencial e até mesmo antes de seu início, tem sido a voz difusora da necessidade de alutinação das chamadas “forças progressistas”. Em

entonação ascendente, o chamamento se transformou em convocação desafiadora, a poucos dias do pleito, em apelo dramático. Foi - e será até bradar no deserto. Todavia, sob todos os primas, sobressai a virtude política do grito, restando todo o demérito para os que vêm se negando obstinadamente a ouvir. Vale dizer, fica co todos aqueles que, levando ao extremo a irresponsabilidade política reforçada pela regra dos dois turnos, renunciaram ao papel norteador que caracteriza as verdadeiras instituições partidárias, deixando de realizar a imperiosa articulação eleitoral à esquerda que o quadro brasileiro objetivamente requer e pode propiciar.

Essa surdez envolve sessenta anos de história e vinte e cinco de formação e predomínio do pernicioso quadrilátero teórico já analisado. Uma história ainda por ser escrita, que o quadrilátero muito ajudou a obscurecer, e cujos passos reais no presente, provavelmente derradeiros, auxilia ativa e desastrosamente a serem levados a cabo. Consumação histórica que não encerra, em toda lógica de seu escoamento, tal qual o golpe de 64, qualquer fatalidade, mas um complexo determinativo material e ideal, onde o estatuto do capital atrofícopôde prevalecer e se impor, graças em primeiro lugar a seus próprios expedientes, mas para cuja desenvoltura não foi desprezível a tranqüilidades espiritual que lhe foi proporcionada pelo clima teórico-ideológico das últimas duas décadas, no qual pontifica o quarteto conceitual cuja indigitação nunca é demais renovar.

A súmula do afirmado, restringida ao nóculo imediato dessa larga questão, é que o agora já inbitável sucesso de Collor de Mello, enquanto vitória da “internacionalização” sem peias da economia brasileira, em que pese venha a ser o resultado lógico do andamento capitalista no país, o produto natural hoje também estimulado pelos novos rumos internacionais em geral, não será de modo nenhum a atualização de um fadário, a conseqüência de um desenvolvimento casual inamovível; mas apenas o precalecimento da tendência ob-

jetiva mais óbvia e forte, que não terá tido que defrantar um dispositivo capaz de promover, ainda que com grandes dificuldades, uma variação de rota. Vale acentuar nessa direção que a “internacionalização” sem mais não é a única possibilidade do quadro nacional ela própria é uma figura de uma só face, nem sua efetivação desconhece ponderáveis diversificações.

Na mesma via reflexiva, o desatendimento ao lúcido apelo de Leonel Brizola não é a consequência *fatal* de uma casualidade férrea, que se cumpre de modo inexorável. O que vem sendo acolhido como uma fenômeno do impossível é na essência erro e vício da subjetividade - intelectual e política -, decaída ao nível mais baixo do rele preconceito. não é difícil pôr em evidência essa dura afirmação.

A articulação das “forças progressistas”, como diz o candidato do PDT, ou a confluência eleitoral *na esquerda*, como é sustentada no curso desse texto, no fundo não se realizou porque Leonel Brizola, pela sua consistência histórica e talento político, seria e é o vértice natural lógico e evidente da convergência político-eleitoral demandada e condicionada pelo quadro brasileiro em suas possibilidades atuais. É que o significado e os méritos do candidato, não por acaso ou mera coincidência, fazem parte substancial justamente da matéria-prima que, desfigura a malbaratada, em especial pelas tropeias da teoria do populismo, rende o *decretum horribili* com que o pavoroso reducionismo intelectual dominante atrofia e condena à escuridão as décadas mais intrincadas da história brasileira.

Leonel Brizola, nos seus erros e acertos e até mesmo por seus limites e inconcludências, acabou por se constituir na expressão mais radical oriunda das projeções representativas e das batalhas reais que teceram a malha dos embates públicos ao longo do pré-64. É o *herdeiro refundido* de um complicado e contrvertido empenho econômico-político, gerado no curso de mais de meio século, que

traduziu e, em cada medida e a seu modo, auxiliou a compor e a reforçar as próprias contraditoriedades da peculiar objetivação do capitalismo no Brasil. Postura política - a um tempo, reflexo limitado e consciência ativa - das tensões e energias efetivas, que percorriam os veios da parcela mais adiantada da formação social, em busca da contemporaneidade e, no interior desta, da equação difícil de sua indentificação nacional.

Roteiro de lutas que, na incompletude de classe de suas categorias sociais e na desigualdade aguda de suas relações externas, que assentaram o país enquanto pólo subordinado dos centros hegemônicos do capital, foi matizado por dois desafios simultâneos: a) entificar o verdadeiro capitalismo (capital industrial); b) assimilar à ordem nascente multidões cada vez maiores que, parte inerente da população nacional, não logravam integrar verdadeira e positivamente a sociabilidade existente e em transformação. Em suma, problemas candentes, que têm prevalecido por décadas, nas formas contraditórias, incoseqüentes, quando não “pecaminosas”, que são balizadas pelos caminhos e descaminhos da *via colonial*.

Essa, por elementar decoro intelectual, é a descrição mínima que tem de ser admitida em representação ao complexo mais do que intrincado do perfil da realidade nacional, aqui apenas aludido e cujo detalhamento está a exigir o esforço de investigação de muitos; e não a balela da *teoria do engano da burguesia*, âmago das gratuidades sustentadas pela teoria do populismo, cuja fé no sortilégio redutor da história a uma palavra é a medida de sua irreversível inferioridade de pensamento.

Politicismo pedestre que não se interroga nem mesmo pelas razões da necessidade do pretense *engano*. Se desde 30 o movimento proprietário se resume ou limita a tecer um engodo societário, ou seja, não arrasta em sua ascensão o conjunto das categorias sociais, não transfigura positivamente - ainda que nos parâmetros con-

traditórios próprios ao capital - a sociedade em seu todo, mas reduz ou conserva milhões em níveis intoleráveis de miséria física e espiritual, ao mesmo tempo que não logra alcançar nunca os patamares da contemporaneidade, então o problema fundamental consistiria obrigatoriamente em delucidar o *engano*, isto é, na exposição do que seja a *burguesia enganosa* e do porquê de seu ser-precisamente-assim, e não no mero registro abstrato deseu “pecado”, a partir do qual a história é deduzida. Porém, exigir algo desse tipo à teoria do populismo é de uma inutilidade brutal, pois é de sua lógica apresentar como resposta justamente o que deveria ser explicado.

Desde logo, se a *política populista* é basicamente entendida como projeto e a prática da assimilação subordinada das massas pela burguesia afluyente, então a insuficiência da abstração formulada é mais do que ostensiva, pois inexistente *assimilação* de massas promovida pelo capital que não seja subordinada, de maneira que, por consequência, resultaria que toda burguesia seria populista, ou que o populismo seria sinônimo de burguesia, o que redundaria em absurdo.

Ora, a *teoria do engano da burguesia* ou *teoria do populismo* tomba, de saída, em face da questão central, cujo teor é incapaz de sondar mínima consistência; em verdade, não atina sequer com sua existência e, portanto, com a relevância que tem para o complexo problemático em tela. A teoria do populismo pretende ser a denúncia crítica de um procedimento, de uma vontade política, mas não interroga o capital enquanto seu suporte efetivo. Pelo viés politicista, detém-se na pretendida constatação do “engano da burguesia”; este, quando muito, não mais do que aparência político-fenomenológica de uma dada essência, para a qual essa teoria não tem como ser advertida, que assim lhe escapa por completo: a debilidade estrutural do *capital enganador*. *Não pode compreender que a aparência do “engano” tem por verdade a peculiaridade do capital atró-*

fico; ou seja, que a política do “engano” é apenas a face exposta da incapacidade real do capital enquanto capital na forma dessa sua entificação específica. Em suma, que o assim e impropriamente chamado *populismo* é a expressão tópica da miséria da via colonial de objetivação do verdadeiro capitalismo. Itinerário pelo qual a incompletude de classe da burguesia não pode ir além de uma hegemonia incompleta - impossibilitada que está de ser econômica e politicamente apenas por si mesma. O reverso da medalha desse capitalismo organicamente impotente e subordinado, incapaz de convulsionar o conjunto da sociedade e que só com lentidão, estreiteza e agudas contradições vai penosamente erguendo a sociabilidade que lhe é inerente, e mesmo assim sempre muito aquém da contemporaneidade, é a sua reduzida capacidade de induzir a estratificação categorial da formação social. Por assim dizer, suas energias bastam antes para *excluir multidões, do que para entificar plena e generalizadamente a malha das classes subalternas. Estas, em sua constituição são permanentemente assoreadas pela miserabilidade que prende à indistinção social e embaraça o desenvolvimento da capacidade de mobilização e luta. Trata-se, em síntese, da configuração de uma sociedade de classes onde a contraposição de classes fica entre parêntesis*. Por outras palavras, materializa-se uma formação social cuja legalidade é regida pela antítese estrutural entre capital e trabalho, todavia, sob uma forma específica tal que sua efetivação mantém e reproduz aquele estatuto em graus apenas delimitados e ainda abstrados, não universalizados concretamente para a formação, de modo que a entificação dos membros contraditórios da equação social, no inacabamento reiterado deles, não tende a aproximar (outende a obstacular a aproximação), a não ser também abstratamente, de confrontos antitéticos. No que tange designadamente ao *trabalho*, este enquanto categoria global não é propriamente impulsionado pelos nexos de raiz de sua lógica própria, não tem como aflorar ou tender a se pôr como potência antagônica ao sistema do capital.

De fato, os excluídos ou marginalizados, que antes de tudo são os excluídos - parcial ou totalmente - da categoria dos trabalhadores, ou seja, que em primeiro lugar são a dimensão mais sensível e brutal da inconcludência objetiva da classe do trabalho no país, constituem o limite material da radicalidade possível do movimento e das lutas do trabalho, o susolo da debilidade destas em sua edificação real, e não somente o *ponto fraco* da mobilização popular, que permitiria sempre o engodo ou a manobra burguesa no interior das fronteiras do conflito.

Numa breve evocação, a suposta inclinação nacional pela brandura ou moderação políticas não é mais do que a velatura mistificada de uma impotência global: nenhuma das categorias sociais básicas tem habilitação para *resolver* as contradições que concomitantemente as une e separa, no perfil atual das marchas e contra-marchas do processo brasileiro.

Cumpre reforçar que os excluídos ou marginalizados, ou melhor, que a expressão mais aviltante da *miséria brasileira* é um dos produtos mais característicos da regência do capital atrofico, a evidência da sua incapacidade de *incluir* e, portanto, de sua morbidez congênita enquanto forma particular de capital; por isso mesmo inabilitado para conduzir a *evolução nacional* em recíproca estimulação com o *progresso social*.

Sem dúvida, a história brasileira desde a década de 30 é a história da incapacidade da versão atrofica do capital verdadeiro para integrar, de seu prisma, a maior parte da população à sociedade nacional. Enquanto tal uma história fantástica de desperdícios, sobretudo de energias ou recursos humanos. Nesse contexto, a marginalização é a própria marca registrada dos *feitos* do capital atrofico, que a *teoria da marginalidade*, no entanto, só logrou registrar como um oceano desconcertante de sacrificados e enbaídos, que pretendeu transformar, em momentos utópico-especulativos, no esteio so-

cial de supostamente novas figurações das marchas transformadoras, para além da potência e da lógica das classes. Não conseguiu apreender o fenômeno da exclusão massiva, ou antes, nem mesmo vislumbrou a necessidade de associar visceralmente a marginalidade à impotência de uma forma de capital, mas a tomou apenas, politicamente, nos seus efeitos sociais como o fracasso de uma *política econômica*. Ou ainda, não alcançou entender o universo dos condenados à escuridão como um descomunal exército industrial de reserva e, assim, enquanto figura própria de uma sociedade industrializada na subordinação. Não atinou, tal como se deu também com seus parceiros conceituais do quadrilátero teórico dominante, que estava às voltas com um modo de objetivação capitalista que des-integra (ao contrário das entificações clássicas) e que, portanto, fracassa como princípio de identificação nacional, gerando, ao inverso, uma expressão polar de dissintonia social - a marginalidade enquanto (des)ordem societária do capital atrofico.

Ao cabo, portanto, de sessenta anos de vicissitudes, o resultado é deplorável: em seu brilho artificioso de oitava economia mundial, a formação brasileira é uma sociedade urbano-industrial inco-temporânea e excludente. Todavia, a miserável resultante, bem como o longo e diferenciado processo que a engendrou não perdem por isso sua complexidade, nem são nulificadas as mutações de rumos e projetos que se verificaram nos desdobramentos do período, envolvendo a sociedade econômica e a sociedade política, governos, partidos e lideranças.

Importa aqui - e para mais não haveria espaço, nesse segmento voltado à candidatura do PDT, ressaltar a descontinuidade efetiva - real e ideal - que atravessa o conjunto dessas seis décadas, para muito além da óbvia clivagem perpetrada pelo golpe de 64. Diferenciações que não se dissolvem, mas, ao contrário, que ganham relevo precisamente porque orbitam o propósito da entificação do *verda-*

deiro capital, da sociedade industrial contemporânea; distinções que se tornam ainda mais nítidas e verdadeiramente agudas, quando se trata do outro ponto do desafio originário - a *integração social*, aspecto sob o qual o gradiente vai, desde o abandono e desprezo furioso pela questão, até a sua elevação e critério político básico. Bastam algumas indicações para ilustrar o que é preciso, a grosso modo, deixar assinalado: não só é uma grande impropriedade racionar em termos de um *ideário varguista único*, como é um simples absurdo admitir a identidade dos dois períodos em que exerceu o poder; do mesmo modo, e até acentuando afiliação e herança, os governos JK e Jango, muito distintos entre si, são diversificados também em relação aos de Vargas, sem falar da distinção entre a primeira e a segunda metade da própria administração juscelinista. Por motivos transparentes não é preciso argumentar com a *magistratura* de Dutra e o *aborto* janista. E assim por diante.

Em suma, o que é preciso resgatar - contra o embrutecimento dos vícios abstrativantes que predominam - é o peso da realidade na malha de seus atributos específicos, por mais nauseante que possa ser a mesquinhez de seu quadro geral. Compreender, portanto, que o duplo desafio, que a partir de 30 matrizou por décadas projetos e atos, não foi respondido de forma monocórdica, nem monossilábica, e principalmente que em sua dinâmica mal-sucedida não deixou de decantar uma escala de posições e re-posições, muitas das quais se viram esgotadas, vencidas ou inviabilizadas e que transfigurações se operaram nessa espécie de *depuração*.

Interessa no momento, acima de tudo, frisar a tensão entre os dois pontos do desafio originário: a ultrapassagem da sociedade agrário-exportadora pelo capital industrial, e a pretendida resposta integradora para a questão social, que a velha república considerava quase que oficialmente uma *questão de política*. Contraste que não pode ser menosprezado, nem liquefeito pelas acrobacias bizo-

nhas da *teoria do engano da burguesia*. Mas, isto sim, reconhecido em suas reais proporções, para melhor aferir a *tensão* apontada, no sentido de que a disjunção entre *evolução nacional e progresso social* não seja erroneamente apanhada como um fenômeno originado no processo de materialização da sociedade industrial, mas como um componente estrutural da formação, que a emergência daquela não alterou para melhor, apesar das esperanças que suscitou nessa direção quando encetada e ao longo de um bom número de suas evoluções.

Pode ser dito que é principalmente em torno do complexo dessa *tensão* que os processos desencadeados em 30 tecerem a malha dos acontecimentos políticos, tanto em suas predominantes “soluções” negativas, quanto sob a forma de empuxos que estimularam a *depuração* de idéias e posições, particularmente depois de 64, mas cujo processamento é anterior e, nessa condição, responsável pela diferenciação de atitudes e inflexões políticas de setores partidários e lideranças que, formalmente, integravam as mesmas legendas e, na generalidade, atuavam, como não poderia ter deixado de acontecer, no interior do movimento comum. É decisivo reaver a trama de continuidade e descontinuidade - real e ideal - compreendida pelo período, e nessa direção apreender a *depuração* como um movimento entre os dois pólos do desafio originário, decantamento que atingiu as cabeças diversificadamente. Um fluxo que, no vetor que aqui importa, foi tomando distância (modificação ou abandono) do projeto inicial do capitalismo nacional autônomo e veio depositar sua ênfase sobre o outro extremo problemático - a integração social.

Cabe denotar, então, para efeito dos propósitos estritos desse texto, que o tronco político gerado em 30, em seus desdobramentos e diferenciações, para além dos estigmas e estereótipos baratos em circulação, teve registros diversos e que, através do que foi designado como *depuração*, acabou por gerar um ramo articulado, em seu

perfil e significado políticos, sobre a perspectiva da integração social do país, ou seja, sobre o *progresso social* tomado como princípio ordenador do desenvolvimento, ou ainda como critério de identificação nacional.

Pode-se, talvez, principiamente com grande dose de má fé, negar tudo a Leonel Brizola, menos que seja a expressão mais acabada e radical dessa vertente. Em verdade, é sua própria encarnação, e sob essa face, resultante ou *depuração* é que sua candidatura se apresenta ou quer ser a *retomada* do anadamento histórico atalhado pelo golpe de 64. *Retomada*, portanto, de um *fio condutor*, gestado e legitimado por décadas de lutas; não a *continuidade* de uma fórmula político-econômica vencida. Continuidade, aliás, impossível, dada a enorme diferença entre os estágios de complexificação dos quadros de realidade do país de ontem e o país de hoje, e das imensas modificações acarretadas pelas inflexões internacionais (sobrevivência renovada da utilidade histórica do capital e ruína do leste europeu e países afins), além de todas as convulsões do universo subjetivo ocorridas nos últimos trinta anos.

Falar em *continuidade* no caso é meramente buscar o desmerecimento do comprochado senso político do candidato, sem que deixe de ser, antes de tudo, uma demonstração de pobreza de espírito. Até porque a própria conduta de Leonel Brizola no passado trazia um cunho que a afastava da simples *continuidade*. Quanto mais não seja pelo estilo e meios políticos que empregava. Bons ou maus, corretos ou equivocados, não é no momento o que vem ao caso, mas *distintos* - pela audácia e conseqüência - dos padrões da época, amplamente disseminados pelo conjunto das lideranças a que esteve associado. É justo ressaltar, sob esse aspecto, o que foi sua inclinação pela *ruptura*, numa atmosfera política que cultuava a conciliação. Basta pensar nas duas maiores intervenções de envergadura nacional que teve oportunidade de levar a cabo, justamente coinci-

dentes com os dois eventos históricos de maior relevo nos últimos trinta anos. O primeiro em 1961, quando exerceu liderança decisiva, garantindo, contra a subversão tramada pelos ministros militares, a posse de J. Goulart e a continuidade do regime democrático. Atuação, convém recordar, que desencadeou um notável movimento de resistência, combinando a mobilização popular com a articulação de setores político-partidários e também de todo o dispositivo militar compreendido pelo então 3º Exército (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Para bem clarear o destaque, não pode ficar sem menção que o *desfecho parlamentarista* conduzido por Tancredo Neves teve em L. Brizola seu opositor mais intransigente, a ponto de ter fraturado sua relação com Goulart, quando este acabou por admitir a fórmula. No segundo caso, a intervenção, ou melhor, o propósito de intervenção e o ato pessoal desencadeado tem poder de ilustração, ao inverso do anterior, somente pela grandeza de certos gestos políticos que fracassam na solidão. Foi sua tentativa isolada de buscar se contrapor ativamente ao golpe de 64, na imediatez de sua deflação. Nesse episódio sua combatividade não teve ressonância ou consequência, mas por isso mesmo, pela sua inocuidade - inclusive admitindo o total equívoco da forma dada à tentativa - expressa, talvez melhor do que qualquer outro evento, o sentido de ruptura ou caráter de radicalidade de que estava imbuído caracteristicamente seu modo de fazer política.

É com esse talhe e conteúdo de *herdeiro refundido* de caminhadas “que vêm de longe”, de remanescente remudado que se ergue na polaridade da articulação entre o *popular* e o *nacional*, vale dizer, que se orienta pela plataforma política da *identificação nacional* centrada no *estatuto popular*, ou seja, ordenada pelo *progresso social*, é que se deu o retorno político de L. Brizola depois de quinze anos de exílio, apenas que revestidos, sem necessidades intrínseca, por alguns enunciados exóticos do “socialismo moreno” e logo depois por asserções de fé social-democratas. Exterioridades os dois,

não mais do que um esforço de “atualização” ou “modernização”, com vista a estampar uma *face de reapresentação* - não postíça, mas pura cédula de identidade política, que fosse inteligível para o país dito politicamente alfabetizado, através da qual a comunidade com este pudesse ser tentada, pois de outra parte, o diálogo com as multidões foi repostado e desdobrado com naturalidade, pela via expressa do alfabeto encarnado na tradição de lutas e consistência de conduta e liderança do atual candidato à presidência, cuja fala e prática traduzem para elas a prioridade de resolução ao menos de suas carências mais elementares.

É evidente que, em toda sua conseqüência e polaridade, a versão pedetista ou brizoliana da plataforma *popular-nacional* não é uma projeção para além das fronteiras do universo do capital. Tal como as demais instituições partidárias de que já se tratou, o PDT é uma legenda *na esquerda* e não *de esquerda*. Mas, nesse caso, trata-se de uma definição pacífica e assumida. Leonel Brizola e o PDT jamais projetaram de si mesmos imagem diversa, nunca reivindicaram qualquer outra condição política, em tempo algum pretenderam exhibir fisionomia distinta ou deter outro significado.

Por isso mesmo, com saudável coerência, das suas fantasias políticas obrigatórias, de seu necessário auto-engano como afirmação de vontade partidária, não participa a idealidade ou pretensão de assumir e representar a lógica humano-societária do trabalho, nem de assentar sobre a mesma as diretrizes de sua ação pública dos trabalhadores, não tomam essa missão para sí, nem pertinente e inteligente. Há que reparar que o mesmo se dá quanto à organização sindical, por mais estranho que isso possa parecer, principalmente a quem observe o fato através das lupas estereotipantes da teoria do populismo. Em suma, como seria dito no passado, Brizola não é uma opção pelo proletariado. Isso pode ser uma lástima, mas não um pecado destinado à expiação, especialmente num país e

numa moldura internacional onde assunções partidárias daquela ordem simplesmente inexistem.

Vale, portanto, a nitidez e o recorte da posição assumida. cabe no perímetro desta, a argüição de seu sentido e validade, de sua potência e efetividade de atuação, contanto que reconhecido, desde logo, que não promove ambigüidade na fronteira delicada entre estar *na esquerda* e ser *de esquerda*. Antes a superioridade política orientadora - por clareza dos limites estabelecidos, do que vagas indefinições ilusórias que entorpecem.

É interessante constatar que essa equação não mistificada de perspectiva política seja acompanhada, em pontos incisivos do aparato de convicção partidário, por traços igualmente não fetichizados, a propósito exatamente de aspectos que constituem hoje a própria fetichização da organização política.

De fato, no curso do século XX a instituição partidária conheceu independentemente de vetores ideológicos, sua máxima mitificação, em outros termos, transideologicamente o *partido* é, ao longo dos novecentos, o altar do culto político. É suficiente, como evidência, a idolatria stalinista e a ritualística fascista, às quais é devido acrescentar, agora, a nova fé prosaica dos que em conjunto podem ser designados sumariamente como os crentes do social-democratismo-liberal ou liberalismo-social-democrata.

Em realidade, a instituição partidária sob a forma atual do *mito do partido* é uma verdadeira santíssima trindade, síntese de partido, programa e formas de procedimento. Uma religião envelhecida, sob novos parâmetros, que pretende estar debutando na passarela. Extrai sua mística de heranças comprometidas - a santidade da *organização* do fanatismo stalinista, o fundamento da *volição* do arcaísmo liberal. O *mito do partido* enquanto organização volitiva sagrada ou sagrada volição organizada, sempre uma fé cega na vontade, que também sempre redundando na forma jurídica do contratualismo,

se desvenda no coágulo de fé do liberalismo - que compreende as instituições sócio-políticas como puro e simples resultado da vontade dos homens. Nesse retrocesso fetichizado ao partidarismo mais arcaico, seja em sua forma racionalística-burocratizante, ainda que repleto de delicadezas e medidas, seja em sua expressão plebéia, que acaba reduzida ao prosaísmo acovardado - terrorismo e as *formas de procedimento* compartilham da aura sacrossanta como índices privilegiados da deificação.

Da hipertrofia das formas de procedimento, em sua versão extrema de “revolução dos procedimentos”, já se falou o suficiente, e quanto à mitificação do *programa* bastam umas tantas palavras. Na medida em que a ênfase nas formas de procedimento não é mais do que a reafirmação da vontade no andamento de seus passos por seus próprios trilhos, o *programa* é a vontade na forma de meta ou objetivo - *télos*, a vontade em seu fim. Também aqui é secundário se a mitificação é vendida na fina embalagem do pragmatismo racionalístico, ou se é atirada às cabeças com os salamaleques desajeitados do plebeísmo vacilante. O que prevalece é que a *fetichização do programa*, enquanto manifestação de *mito do partido*, é a simples reafirmação do *fetice da vontade*.

De outra parte, há que anotar em distinção sumária que, em sua forma efetiva e legítima, programa é próprio ou precípua de partido, instrumento de sua afirmação orgânica, representação societária e perspectiva global, e não o mero utensílio eleitoral de candidaturas. Distintamente, a candidato compete a apresentação de plataforma, sinopse de mensagens nítidas, pontos fulcrais para um itinerário no poder, ou seja, a sinalização de rumos e sua firme sustentação. Ponto característico de inflexão racional e democrática é que, da apresentação de plataforma e de sua discussão pública, seja decanada a súpula de uma atuação governamental. Convém explicitar, portanto, que um autêntico programa de partido pré-existe e subsis-

te às campanhas eleitorais, não estando exposto, por natureza, a modificações durante a exercitação delas, ao contrário da *plataforma*, cujo caráter só se atualiza por sua capacidade de flexibilização e ajustamento nas lutas e diálogos de curto prazo. Dito de forma mais abstrata, enquanto um *programa partidário* é uma peça *estratégica*, isto é, a expressão teórica da globalidade de sua propositura, a *plataforma* é *tática*, ou seja, um ato restrito de efetuação-prática. De modo que o que caracteriza uma proposta eleitoral não é uma brochura mais ou menos alentada, escrita na última ou na penúltima hora, ou ainda em meio à campanha e que seja, em sua pobreza racionalista, o elencamento de circunstância, tecnicista ou acadêmico, de problemas e “soluções”, destinadas apenas a pressão sedimentada de uma identidade prática refletida, a mensagem visível que opere a triangulação real entre candidato, eleitor e projeção resolutive do grupo realmente fundamental de problemas que assoberbam e desafiam circunstancialmente e estruturalmente.

Em face do *mito de partido* e dos atributos que o integram, os procedimentos de L. Brizola são fortemente contrastantes. À semelhança de sua equação não mistificada de perspectiva política, tranquilamente assumida como exercitação *na esquerda*, também não faz parte do seu aparato de convicções a fetichização da instituição partidária, do programa e das formas de procedimento. É, numa palavra, pode ser dito que a “crítica” injuriosa com que é dominantemente exorcizado não é outra coisa senão a voz ruidosa da própria mitificação perdida em seu desentendimento.

Todavia, isso não isenta Leonel Brizola e o PDT de quaisquer críticas, no que tange à problemática partidária. Mesmo porque, como já foi aludido anteriormente, certos méritos de posicionamento e conduta do PDT podem estar derivando de sua própria debilidade. Porém, há muito mais do que isso a observar, principiando pela própria debilidade. Esta é um traço real e notório do PDT, desde lo-

go pela sua restrita implantação territorial. É em verdade uma agremiação regionalizada, que se destaca pela ausência gritante em grande parte do país. Ao mesmo tempo padece de imensa inorganicidade, vivendo em grande medida de sístoles e diástoles eleitorais, o que se vincula, entre outras razões, à incapacidade até aqui demonstrada de formular consistentemente seu perfil estratégico. Essas e outras características negativas, como a excessiva improvisação, inclusive com relação a articulações e alianças, fragilizam não apenas a legenda, mas até mesmo a liderança de Brizola, o que é o dano maior, como a presente campanha presidencial já tornou evidente. Ademais, se tantas fraquezas coabitam com a virtude da não subsunção ao *mito do partido*, é porque enorme é o vigor político de L. Brizola, mas tais desproporções e contradições não garantem para sempre o equilíbrio existente, e até podem expor a uma outra ordem de fetichização, qual seja a de sucumbir à inverção da ordem real dos valores, que a converte ilusoriamente os graves traços de debilidade em propriedades partidárias positivas.

Todavia, diante da situação partidária em geral e considerando que Leonel Brizola é maior do que o PDT, prevalece a alta positividade dele não ter sido contaminado pelo complexo de idéias e práticas que caracterizam o *mito do partido*, valendo aflorar a propósito duas questões de detalhe.

Entre as mais repetidas objeções feitas a Brizola, figuram a impugnação do tipo de sua conduta em relação às massas e, aspecto afim, a sua caracterização como caudilho. Sem dúvida, uma das capacidades mais extraordinárias de Leonel de Moura Brizola é o seu inegável talento de líder popular. Na atmosfera societária do *ter*, não é estranho que possa se manifestar a vontade selvagem de “aniquilar tudo que não seja suscetível de ser possuído por todos, de abstrair de modo *violento* o talento”. Essa reflexão de juventude de um antigo pensador alemão serve de pano de fundo para a questão, em-

bora o que importe mais seja ressaltar aquilo que pretende ser posto no lugar do *talento*, por aqueles que temem e condenam a chamada relação direta entre o líder e as massas. Trata-se, como é sabido, da *função mediadora do partido*, ou seja, do talento coletivo dos que não têm talento. Para além do sarcasmo, compete aventuar que tal *regulagem, na forma da contraposição em que é sustentada, não é senão mais uma imanação do espírito que promove a fetichização da instituição partidária, com sua estreita solução burocrática e jurisdicista. Ou seja, a aniquilação mesmo do que pode ser autenticamente um partido, em sua legítima condição de instrumento político, para o qual, mediação, não é estranha a dinâmica entre a ação responsável dos indivíduos, inclusive e particularmente dos talentos, e a responsabilidade da ação coletiva.*

Por fim e em estreita conexão com o que acabou de ser dito, qualificar Leonel Brizola de caudilho é simplesmente a forma pejorativa e ressentida de afirmar que ele jamais aceitou a supressão administrativa de seu talento específico e que nunca foi sensibilizado pela idealização do “homem justo e racional”, que jamais sonhou em tomar como fundamento da política, mesmo porque a multidão de excluídos, parâmetro real de suas próprias idealidades, torna impossível tal sensibilização e até mesmo absurda, uma vez que o poria fora do campo político efetivo.

Campo e idealização políticos brizolianos cujos traços mais nítidos e explícitos, tal como a campanha eleitoral vem pondo em evidência, residem nos momentos econômicos de sua plataforma presidencial. Trata-se não só de clareza, mas de força estruturante, tanto pela importância conferida à necessidade de redefinir as relações econômicas externas do país, como também pelo imperativo de reordenar o aparato capitalista interno. Dito conjugadamente, Leonel Brizola ou sua plataforma presidencial concentram suas orientações, perspectivas ou princípios - na propositura da mudança da política eco-

nômica vigente, que, além de responsabilizada enquanto produtora da miserabilidade nacional, é denunciada em termos de crise terminal.

Como tudo nesta campanha do candidato pedetista, o discurso sobre os problemas econômicos não é longo, mas incisivo e reiterado. Fragmentário, sem dúvida, tecnicamente incompleto também; insuficiente, talvez, em especial se considerado extrinsecamente à unidade significativa do próprio orador (como é feito generalizadamente pelos seus inimigos e adversários) ou, pior ainda, se focado tola ou capciosamente como *paper* e não como definição e mensagem voltadas para a mobilização de dezenas de milhões de eleitores. Se como texto deixa bastante a desejar, como vigor é contundência de propósitos suplanta os enunciados de todos os outros competidores. Trata diretamente dos pontos de fundo da problemática brasileira, sem dispersão tecnicista pelas nuvens de poeira das questões derivadas ou secundárias. Em unidade simples, junta as duas pontas do quadro global - as formas atuais das relações econômicas externas mutilam as energias e a potencialidade do país, ao mesmo tempo que a equação excludente do sistema interno reitera incessantemente sua perversidade. Ambas têm de mudar.

Essa afirmação sem véus, categórica e límpida, distingue L. Brizola de todas as outras candidaturas *na esquerda*, além de ser a única a dividir o campo de batalha em duas partes reais. De um lado, os antigos e novos epígonos do *desenvolvimento econômico subordinado*, tendo por expoente Collor de Mello, produtos e herdeiros enquanto tais do espírito de 64, no que este contém de essencial - a perspectiva da associação deliberda e orgânica com as engrenagens do capital metropolitano na dinâmica de sua mundialização. De outra parte, a posição que é desenhada por uma consciência mais larga e profunda do complexo problemático brasileiro, cética com razão, em graus diversos, no que tange à panacéia ingênua, mas sem-

pre perversa, do *associacionismo subordinado*. No círculo dessa postura, hoje muito esteritado, Leonel Brizola ;e a feição mais completa e integral, por isso mesmo politicamente a mais conseqüente e radical, tendo por limite extremo somente o próprio perímetro da esfera lógica do capital, para além do qual não se desloca. Porém, nessas fronteiras, onde estanca em companhia dos demais partidos e candidatos situados na esquerda, supra a todos, sem sombra para dúvidas, na sinalização resolutiva dos desafios da urdidura econômica.

É útil uma pincelada comparativa em geral: enquanto Collor e Brizola configuram a contraposição polar, - o primeiro propugnando a *boa parceria* com o capital estrangeiro, tomada como associação desnuda de qualquer reserva ou reticência, a própria razão de ser de todos os demais ingredientes de sua plataforma, como por exemplo a privatização e o saneamento do estado e das finanças; e sendo de longa data o segundo a própria corporificação da descrença crítica e ativa da *boa parceria*, por ele identifica, ao inverso, corretamente como *relação desigual*, e por isso mesmo levado a estabelecer o imperativo da reformulação dos vínculos econômicos externos, em consonância com a reordenação simulatânea do sistema de produção interno -, enquanto o desenho das extremidades é nítido e cortante a excludência entre elas, totalmente diverso é o panorama gris das ambigüidades que atravessam a questão nas definições e indefinições do PSDB e do PT. Destes, os mais definidos são os tucanos, por isso mesmo também os mais francamente negativos. Para eles a *boa parceira* não é uma tese estranha, que o digam os autores e adeptos da *teoria da dependência* que pululam em suas fileiras, ou então este monumento de sinceridade e imperícia políticas a que foi arrastado Mário Covas com a energética oração do “choque de capitalismo”.

O neoconservantismo paulista vibrou, mas foi a primeira vez que o eletrocutado foi o próprio e possivelmente involuntário execu-

tor. O ponto é que tudo é uma questão de molho para o abominável gosto tucano, de modo que para ele a *boa parceira* é um bom prato, contanto que seja levemente banhada em *sauce* social-democrata, ou seja, o PSDB quer a *boa parceira* com o certificado de garantia de que a exploração que ela virá a promover será *cuidadosa*, uma *exploração justa* para o país e para todos os trabalhadores, tanto quanto está tecnicamente seguro de que a abolição do capitalismo cartorial brasileiro proporcionará a mesma coisa. Nesse assunto - para o PT essa grave questão não passou até agora de um *assunto*, se é que chegou a tanto, o que por si só é largamente sintomático - apesar de certo embaraço e perplexidade para tratar dele ao longo da campanha, o assumido é quase que simplesmente a versão plebéia do certificado de garantia dos tucanos. É até menos do que isso, se forem considerados apenas os discursos patéticos de Luís Inácio da Silva ao fazer comparações entre a venda de força de trabalho às multinacionais e a venda da mesma mercadoria a empresas de estirpe inferior, ou então quando, abrindo os braços no vídeo, acolhe a chegada dos capitais, mas adverte que bons meninos, no seu futuro governo, terão que obedecer a um punhado de regras. Em suma, a falta de consistência e seriedade ou a consistência e a seriedade desgovernadas, com que o PT e o PSDB tratam da delicada e complexa questão das relações internacionais do capital, é tanta que um dos nomes mais influentes da intelectualidade nacional, que mescla o PT e o PSDB em suas simpatias partidárias, o que o torna especialíssimo como exemplo, acaba de afirmar, em plena antevéspera do pleito, que no segundo turno votará em qualquer um contra Collor, menos em Brizola.

Tanta lucidez e disposição de luta hão de ter emocionado Collor de Mello, um motivo a mais para explicitar todo o relevo da verdadeira dimensão de lutas que a plataforma brizoliana contém e implica.

O enunciado simples e direto dos grandes objetivos, acompanhado apenas do contorno sumário de algumas políticas setoriais, não é somente a equação de uma fórmula comunicativa, mas também o modo de acentuar a suficiência dos mesmos, bem como de sinalizar para a malha de tensões, confrontos e contradições que o conjunto traz embutido. Cada ponto fundamental da proposta é, assim, por sua própria extensão - meta e processo de luta.

Desde logo porque a plataforma de Leonel Brizola encerra uma *dupla ruptura*, que compreende obviamente o caminho mais do que intrincado e difícil de sua realização. A afirmação categórica e reiterada da mesma é simultaneamente a sustentação de sua necessidade e possibilidade, inclusive, porém, da indeterminação de seu itinerário de consecução, já que este último dependerá sempre, em todas as suas inflexões importantes, do quadro correlativo das forças favoráveis e hostis, em cuja armação e dinâmica pesará um infinidade de vetores ligados a todos os gomos e enervações da sociabilidade. Indeterminação de caminhos, portanto, que não é passível de preenchimento ou superação por via do detalhamento técnico, ou seja, pelo estabelecimento *a priori* de um fluxograma, como algumas vezes com ingenuidade e outras com má fé é cobrado do pleireante, a pretexto de melhor definição “programática”.

Não exige sensibilidade política extraordinária a percepção de que as linhas mestras da propositura do candidato do PDT são mesmo em sua expressão mais moderada, projeções deflagradoras de contradições, e que por isso subentendem resoluções efetivadoras mediadas por largos e fortes embates. De sorte que nessa plataforma a mobilização pelo voto é imediatamente uma mobilização para a luta.

Em verdade, urdir uma política global que rompa com a subordinação econômica externa e com o sistema interno da produção socialmente excludente, o que significa a reordenação societária do

capital pelo princípio do *progresso social*, é operar uma aproximação do que foi referido como *primeira transição*, na Parte II desse artigo. Aproximação objetiva, independentemente das intenções ou limites, até mesmo declarados, do proponente. Limites, aliás, cuja medida real só poderá ser dada no eventual processo de lutas, mesmo porque seria meramente especulativo supor que sejam absolutamente rígidos, impassíveis de qualquer flexibilização e alargamento. Ao contrário, quem empunha e oferece uma plataforma política, que se decifra por uma *perspectiva de lutas*, admite ao menos em princípio sua própria mutabilidade, ou melhor, conta com o fato incontornável da fixação processual dos limites, na própria marcha dos acontecimentos e embates.

De toda maneira, o que importa é precisamente essa *perspectiva de lutas*, cujo *projeto*, repetindo, perfaz uma aproximação dos alvos da *primeira transição*, que nestas condições pode funcionar como critério de avaliação, medindo *projeto* e *perspectiva*, justamente porque os ultrapassa como horizonte, além de proviur de raiz distinta.

A *primeira transição*, largo e complexo momento inicial de um processo muito mais amplo que remete para além do capital, compreende o rompimento com a ordem do capital estruturalmente induzido, subordinado e excludente; ou seja, é o movimento de ruptura das condições de reprodução dos efeitos da *via colonial*, implicando a reestruturação do *sistema produtivo*, sem que haja ultrapassagem do *modo de produção*, reconhecida em sua inviabilidade imediata, mas através da desativação ou cancelamento dos aspectos mais gravosos do sistema do capital em sua objetivação atrofica. Ao contrário das propostas que visam econômica e/ou politicamente completar o capital incompletável, a *primeira transição* parte dessa *incompletude* como face irremovível, diante da qual a *perspectiva do trabalho* desencadeia sua lógica, nos contornos de sua afirmação

defensiva. Vale dizer, nas fronteiras da recusa do trabalho em continuar pagando, sob a forma de sua superexploração, a conta da acumulação ampliada do capital subalterno. Nessa aparente restrição, trata-se, de fato, de uma alternativa não apenas realista pela sua delimitação, mas condutora de uma reconfiguração econômico-societária pautada num processo em que, ao ordenamento social pela lógica do trabalho, vai correspondendo em sentido contrário o dessordenamento do capital. Pode ser dito, em outros termos, que é uma rota pela qual se transita da (des)ordem social controlada pelo capital para uma arrumação societária do *capital socialmente controlado*. O que já significa algo para além da generalidade e exterioridade da mediação do simples e mero controle político, uma vez que o norma jurídica não teria mais por base exclusivamente a igualdade exterior da troca, mas seria levada a incorporar a substantividade do estudo interno do trabalho, ou seja, a liberdade do trabalhador entraria ao menos em tensão com a liberdade da propriedade privada, que não seria extinta, porém enformada pela emergente legalidade social do trabalho.

Vai de si, enquanto processo transitório, que tal quadro seja instável. Todavia, é inegável que suplanta em qualidade a inerente, mórbida e redundante instabilidade econômica e política do capital atrofico, incapaz de transitar para qualquer lugar, a não ser de um nível a outro de seu insuperável atrofismo. Seja grifado também, nesse rápido esboço, que a *primeira transição* não é concebida como um passo histórico inelutável, nem enquanto *sine qua non* do trânsito para além do capital, menos ainda como “etapa necessária”, mas designadamente enquanto alternativa real da perspectiva do trabalho, inscrita no campo dos possíveis da atualidade brasileira. Alternativa, em primeiro lugar, aos interesses do capital atrofico; em segundo, ao eqívoco dos projetos da esquerda de completação do capital; por fim, em terceiro, ao prisma falacioso do etapismo e à

forma abstrata e bizantina da querela entre reformismo e revolucionarismo.

Nessa direção, vale resumir, para efeito de ilustração concreta, o elenco dos propósitos fundamentais que configurariam o programa da *primeira transição*.

O primeiro e mais geral diz respeito à universalização das relações internacionais do capital, com acento sobre a sua particularização objetivadora de vínculos desiguais, causa e efeito de supremacias e subordinações econômicas, na trama mundializada em que os países são e estão interconectados. Em verdade, urdidura de *formas de existências* e não apenas de laços exteriores, cuja reflexão tem sido predominantemente banalizada; numa palavra, reduzida ao maniqueísmo entre a figura da *subsunção a relações subordinadas* e o estereótipo da *reclusão autárquica da economia*. Como esta última é, de fato, uma franca impossibilidade, funciona apenas como um recurso numa demonstração por absurdo, que sustenta por exclusão, no caso, o determinismo inexorável da primeira. Com isso é deixado de fora o verdadeiro complexo problemático; a transformação da modalidade das relações. Isto é a alternativa não é *ter* ou *deixar de ter* relações econômicas internacionais no seio cósmico do capital, mas entre *relações subordinantes*, que inferiorizam na desigualdade, e *relações soberanas*, compatibilizadas com a progressão sócioeconômica do país e das populações.

Tem de ser compreendido como historicamente comprovado que da perspectiva da lógica do capital atrófico é impossível a articulação de relações saudáveis e apropriadas, na exata medida de sua subalternidade estrutural e da tara manifesta com que opera a exclusão social. A redefinição positiva das relações econômicas externas do país, por conseqüência, só é pensável na moldura do *capital socialmente controlado*, ou seja, da perspectiva do trabalho em sua afirmação defensiva. O que conduz ao entendimento de que a

reordenação dos laços entre o país e a economia mundial não tem solução através de um ato banal de vontade política, seja excluindo imaginariamente o país da economia planetária, seja simplesmente sucumbindo à vaga neoliberal. Ela tem seu travejamento efetivo pelo plano de resolução do desafio econômico interno a redefinição do aparato produtivo.

A mudança do sistema de produção, na impossibilidade da superação do modo de produção, é o aspecto central do momento transitório primário, constitui propriamente seu objeto concentrado, uma vez que é o meio e a forma de combater e eliminar a exclusão social pela sua raiz - a superexploração do trabalho. Subentende um programa econômico de recomposição da malha dos setores produtivos, do redirecionamento de prioridades e da alocação de recursos (privados e públicos), de maneira que o *aparato* de produção e reprodução material da vida posto a serviço da sociedade global, deixando assim de funcionar exclusivamente em benefício da acumulação do capital atrófico e metropolitano. Não se trata de optar acanhadamente entre uma *economia exportadora* e uma *economia de mercado interno*, mas da estruturação de um *conjunto* que não seja exportador às custas da força de trabalho (pela exploração da perversamente chamada mão-de-obra barata), nem concentrado sobre o mercado interno através do amesquinamento das necessidades e da forma de satisfazê-las. O que remete à questão do desenvolvimento das forças produtivas: nem a queima de aparatos tecnológicos em simples benefício da competitividade do capital, nem a equação precisa de manutenção, crescimento e renovação tecnológica de acordo com as exigências do novo sistema de produção, cuja medida não é mais dada exclusivamente pelas necessidades cegas do capital, mas também pelas necessidades humano-societárias da sociedade arrumada em torno do capital socialmente controlado.

Que tudo isso signifique *restrições ao capital interno é o mínimo que se pode perspectivar (afirmação defensiva)*, e é exatamente disso que se fala como eixo programático. Restrições ou desatualização das dimensões mais gravosas ou pervertoras do capital atr;ofico e associado são exatamente os *parâmetros* da primeira transição; aspectos perniciosos entre os quais figuram, no topo da negatividade, as *relações desiguais e subordinantes* com a economia mundial e a *superexploração do trabalho*.

De fato, trata-se da dessacralização da propriedade privada, hoje mais do que nunca um imperativo. Tanto que a reflexão em geral sobre a *propriedade* não consegue ultrapassar a disjuntiva entre privatismo e estatismo. E tão estrangulado é o pensamento dominante que, diante do desmantelamento do leste europeu, todo o refrigerio que restou às “cabeças progressistas” está no refúgio sob as saias da propriedade privada. Decerto, nunca é demais repetir que socialismo não é estatismo, contanto que seja compreendido que sua base material é a *propriedade social*, cuja constituição é o objetivo primordial da transição. Compreender, portanto, que ela é *posta* numa processualidade mais ou menos longa, convivendo assim com outras formas de propriedade até sua universalização, cuja forma concentra não é preciso hoje se pôr a adivinhar. Acima de tudo, importa aqui que ela pode conviver com outras formas de apropriação.

A figura da *propriedade social* vem muito a propósito da questão agrária brasileira. A posse e o uso da terra é um antigo problema estrutural, cuja solução tem sido alardeada sob a forma primária e restrita da reforma agrária, resumida ao parcelamento de glebas deste ou daquele tamanho. Que em parte, muito em parte, o problema deva ser enfrentado por essa via, pode ser considerado pacífico. Porém, quando entra em consideração a questão global do uso e posse da terra, ou seja, no momento em que o setor agropecuário é ponderado no âmbito da mudança do *sistema de produção*,

avulta a estreiteza da reforma agrária parcelária. Em outras e poucas palavras, consistindo neste o terceiro ponto de inflexão da *primeira transição*, quando se trata de desmontar o sistema de produção socialmente excludente - e a estrutura no campo é a matriz histórica dessa excludência, torna-se transparente a impropriedade de projetar a equação em termos de uma pletera de pequenas propriedades (nesse ponto a plataforma de L. Brizola exhibe seu traço mais fraco, mesmo que não se diferencie muito de seus concorrentes, a não ser sob o aspecto técnico).

O porte da questão impulsiona para espaços resolutivos mais arrojados, na medida em que é extravagante supor que a economia de subsistência seja o limite de suas possibilidades, ou o estatismo a chave de ouro de sua solução. Em verdade uma reforma agrária da perspectiva do trabalho compreenderá um conjunto de medidas e fórmulas diversas, correspondentes à diversidade das situações, desde o parcelamento, passado pelo ajustamento rigoroso das disposições relativas a salários e condições de trabalho no campo, até o equacionamento de caso a caso em que somente passos mais avançados podem conduzir a bom termo. É onde se abre o espaço para a introdução germinal da propriedade social. Casos em que, por exemplo, o parcelamento conduziria à inviabilização econômica ou a retrocessos de produtividade, ou ainda em propriedade onde o desmonte dos mecanismos da superexploração do trabalho revelasse impossibilidade de sustentação privada. Importa mais nesta projeção, no entanto, o perfil da construção do que o contorno da negatividade que a suscita. Exatamente para fixar que a figura jurídica que lhe daria suporte a distinguiria da propriedade estatal, mesmo porque o estado não teria nem a posse nem a gestão da mesma, mas apenas a obrigação do investimento, de acordo com um plano específico, cujo ressarcimento seria efetuado após um determinado prazo de carência. Propriedade social de contorno comunal; por exemplo, propriedade do município, mas não da Prefeitura ou da Câmara dos Vereadores.

dores, gerida (e não apropriada) *qualificadamente* em toda a gama de suas necessidades técnicas pela sua força de trabalho. Seria distinguida pela excelência de seu padrão tecnológico e pelo nível de suas condições de trabalho e asslariamento. Constituiria, de fato, não apenas um exemplo, mas um émulo no interior de sua faixa de atuação. Essa descrição sumaríssima, que não pretende passar uma receita, mas reconhecer uma possibilidade, só pode ser apreciada sob os parâmetros da *primeira transição*, ou seja, do *capital socialmente controlado*, vale dizer, *sob os critérios da lógica do trabalho em sua afirmação defensiva*, e só neste enquadramento comparece no *delineamento programático da mesma*.

Por fim, o quarto e último ponto, que comparece seja porque com plementa o primeiro, seja porque a exploração ideológica, relativa à formação dos denominados blocos econômicos internacionais, chegou à saturação e favorece pesadamente a restauração conservadora neoliberal.

Desde logo, a globalização do capital é uma verdade e a formação dos blocos um fato. Entretanto, abertura de fronteiras não é abolição de fronteiras, nem a mundialização do capital deixa de ser por isso uma objetivação de vínculos desiguais, inclusive no próprio interior dos blocos. Em outros termos, a internacionalização não assegura nem tem por escopo a igualdade nas relações econômicas das nações. É muito diverso entrar para o circuito mundializado da economia como país produtor e exportador de capitais e artefatos tecnológicos de ponta, ou como receptor carente, coberto de dívidas. Mesmo na integração dos blocos, quanta diferença em comparecer ao grande mundo das trocas com vinho, azeite e força de trabalho in natura portugueses ou de outra parte, com moeda rutilante e poderosos sortilégios industriais tedescos. Outro exemplo, com o mesmo significado: o atrapalhado gigante do norte, para o qual afluem as maiores torrentes de recursos mundiais, engatou o modesto Canadá num

trato de livre comércio, mas a generosidade de ambos só foi capaz de conceder ao México atarantado “tratamento preferencial” no plano econômico de longo prazo. E quando se chega à jaula dos “trigres asiáticos”, os rugidos são nipônicos, mas o sotaque é americano.

Sim, é bem verdade, nos assim chamados “blocos” as coisas e os valores fluem e um país para outro, é destes para tantos outros de outras partes, mas não sem “regras”, medidas e proporções. Não é preciso negar que todos tiram vantagem, mas a diferença está na qualidade e grandeza das próprias vantagens. Também pode ser concebido que seja melhor do que nada. Mas o que é nada economicamente na universalização do capital? *Nada* é simplesmente não ser reciclado para uma nova fase de acumulação ampliada global, que redispõe sua pletora de vínculos assimétricos.

Que a mundialização e a reciclagem que lhe corresponde irradiem as implicações de largo alcance da revolução tecnológica, é mais uma verdade, mas a mistificação está em inferir que por isso o capital deixou de ser o problemático capital, e que sua universalização seja, sem mais, já e agora, a extinção das unidades nacionais, através da qual dissemina suas benesses redentoras para além de quaisquer limites.

De há muito o capital atravessa fronteiras geográficas e nacionais; se no passado precisou de armas, hoje o míssil econômico é bastante para qualquer segura e limpa travessia. Todavia, fronteiras cruzadas não desmoronam, contanto que sejam abertas. Em verdade, o “internacionalismo capitalista” não é a abolição das fronteiras, nem a supressão das nações. Isso eliminaria as relações desiguais, igualizaria a riqueza dos povos. O capital em sua globalização precisa de fronteiras dúteis, sanfonantes. Despídos de fantasia neoconservadora, os blocos, na competição intestina à globalização, são a criação de uma espécie de “nações” maiores e mais fortes, igualmente desiguais entre si. A globalização é a livre concorrência travada

em dimensões siderais por nações galácticas. Enquanto os países restantes, feito poeira cósmica, assistem embasbacados o grande espetáculo, temendo ficar sem qualquer figuração.

Nesse *Show* nas estrelas os países latino-americanos correm o mundo pedindo para ser claque. É o que lhes reserva, no momento, a perspectiva do capital atrofico. Mas a qualquer tempo, da mesma lógica, só podem almejar papéis coadjuvantes, na escala dos vínculos assimétricos a que estão condicionados. Qualquer mudança para além disso teria por passo mediador a formação do mercado latino-americano; os países mais fortes articulando em torno de si os demais, na constituição de um bloco de pressão no cenário global. O que é uma impossibilidade lógica, a partir de suas subalternidades estruturais aos capitais metropolitanos, que a história só tem confirmado.

Diverso é o quadropela intervenção da lógica do trabalho em sua afirmação defensiva, ou seja, a integração econômica latino-americana é convertida em possibilidade, desde logo e fundamentalmente porque a *primeira transição* compreende a desmontagem das *relações subordinantes* com as economias centrais. Não é preciso acentuar o feito que teria sobre o sistema mundial o surgimento, mesmo em seus primeiros passos, de uma integração latino-americana desencadeada e ordenada pela arrumação societária do capital socialmente controlado. E basta essa sinalização.

O conjunto desses quatro pontos: rupturas das relações subordinantes com o capital mundializado, reordenação do sistema de produção interno, aprofundamento orgânico da reforma agrária e integração econômica latino-americana, constitutivos da *primeira transição*, é o parâmetro da perspectiva societária do trabalho para a avaliação da plataforma brizoliana. Esta - cujas raízes e legalidades são diversas, estritamente circunscritas à radicalidade política do capital - pelo seu binômio decisivo, que faz a articulação entre o

imperativo do rompimento com a subordinação econômica externa e a reordenação societária do capital pelo princípio do *progresso social*, configura uma aproximação real do perfil programático da *primeira transição*. Não se confunde com esta, nem partilha longinquamente de seus fundamentos, todavia, é no quadro sucessório em curso, e não por acaso, a expressão que, nos limites de sua própria figura, melhor atende a perspectivação daquela, ou seja, o rumo objetivo das transfigurações, ainda possíveis, do quadro brasileiro na encruzilhada atual.

Por sua plataforma, que sua *perspectiva de lutas* reforça, pela densidade eleitoral e liderança popular que o respaldam. Leonel Brizola é a candidatura positiva e evidente para o imperativo da confluência eleitoral *na esquerda*, e, na falta politicamente inperdoável desta, o candidato a ser apoiado e sufragado a 15 de novembro - sem restrições.

Sua derrota possível no primeiro turno será a vitória inapelável de Collor de Mello no turno final, ou seja, a realização do espírito profundo de 64 por via eleitoral. Será, então, uma nova história, uma vez que suas possibilidades no poder se resumem predominantemente à alternativa - desastre retumbante ou sucesso ponderável. NO segundo caso, a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro, muito diverso daquele sobre o qual hoje está armada a disputa presidencial, a argumentação dos analistas, inclusive as razões desse longo discurso que vai findando.

A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de trinta anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de em quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já

nãoi terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam.

É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportuni-
dades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda
no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo?

Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde espe-
ranças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então
que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.

Comecei e quero terminar invocando Marx. Ao finalizar sua
famosa Carta a Annenkov (28/12/1846), refere-se a “todas as ten-
dências que eu ataco” e arremata, aludindo ao que seria a esquerda
da época: “Quanto ao nosso próprio Partido, ele não é apenas pobre:
uma grande parte dele irrita-se com a minha oposição às suas uto-
pias e declamações”.